

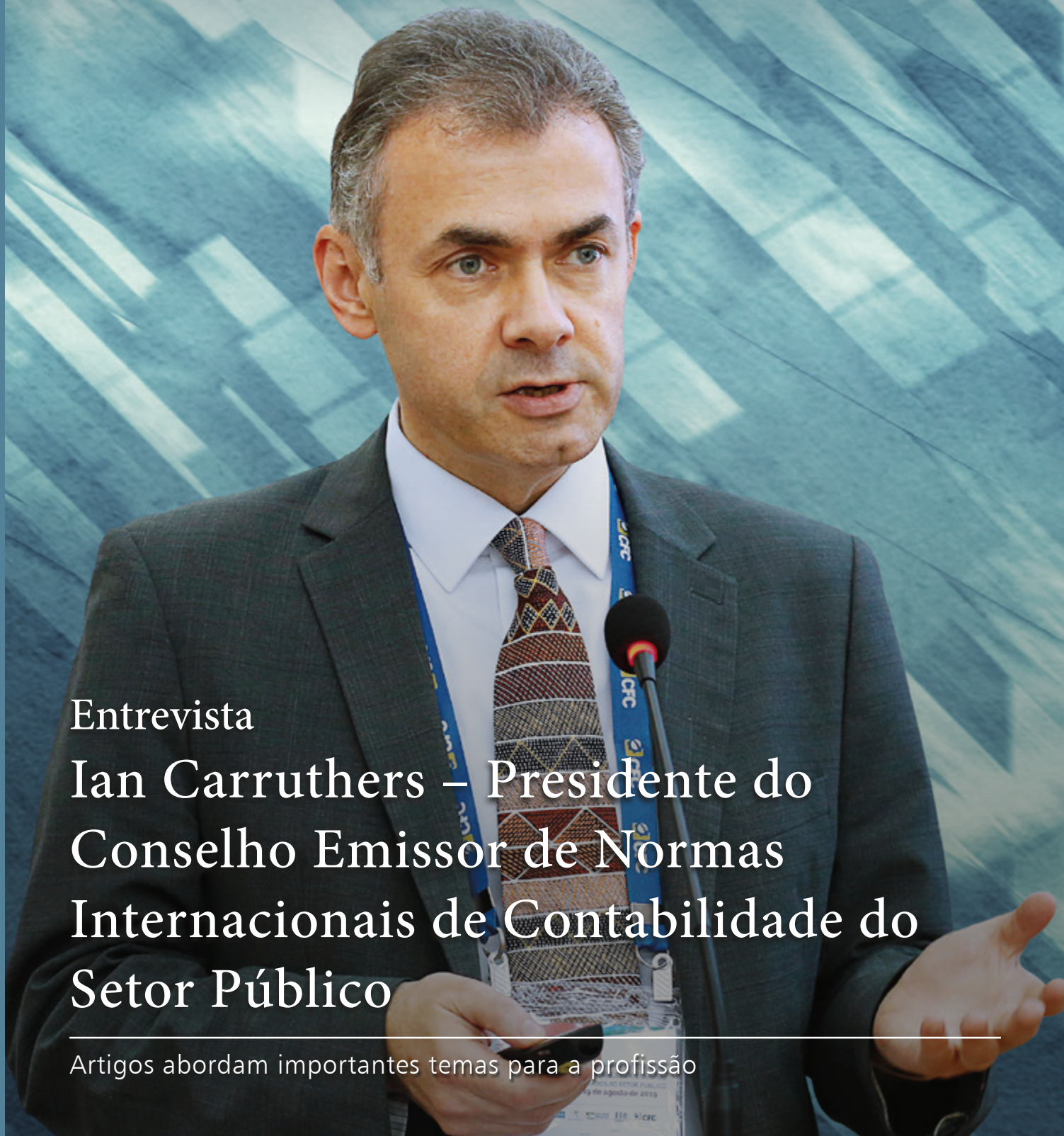
rbc REVISTA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE

REVISTA EDITADA PELO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – ANO XLVIII N° 239 – SET/OUT 2019

Entrevista

Ian Carruthers – Presidente do
Conselho Emissor de Normas
Internacionais de Contabilidade do
Setor Público

Artigos abordam importantes temas para a profissão



PALAVRA DO PRESIDENTE

Quando o Conselho Federal de Contabilidade instituiu o Comitê Gestor da Convergência no Brasil, por meio da Resolução CFC n.º 1.103, em 2007, uma das finalidades era editar normas de alta qualidade para o setor público, a partir do alinhamento com os padrões internacionais, visando contribuir com a gestão eficiente dos recursos públicos nacionais.

Mais de dez anos depois, esse trabalho permanece com os mesmos objetivos e se mantém ininterrupto graças à dedicação do Grupo Assessor das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (GA/NBC TSP), formado por profissionais que representam diversos segmentos, como as três esferas de Governo – federal, estadual e municipal –, órgãos de controle, área de auditoria e academia. Uma parceria entre o CFC e a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) vem possibilitando, ano após ano, a execução do programa da convergência das normas aplicáveis ao setor público ao padrão emitido pelo *International Public Sector Accounting Standards Board* (Ipsasb).

Aproveito esta oportunidade, na RBC, para agradecer ao vice-presidente Técnico do CFC, Idésio Coelho; à subsecretária de Contabilidade da STN, Gildehora Milhomem; e ao coordenador-geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação da STN, Leonardo Nascimento, pela condução conjunta do GA/NBC TSP. Nascimento também merece os nossos agradecimentos em função do encerramento do trabalho que vem realizando, desde janeiro de 2014, como membro do *Board* do Ipsasb. Em janeiro de 2020, a representação do Brasil no Comitê passará a ser feita pela contadora Patrícia Varela, professora da Universidade de São Paulo (USP), também membro GA/NBC TSP. À professora Patrícia, desejamos sucesso na nova tarefa.

O alinhamento das normas nacionais às *International Public Sector Accounting Standards* (Ipsas) vem seguindo, de forma gradual, um cronograma de convergência das Ipsas que estão em vigência. Esse calendário está previsto para ser concluído em 2021, mas isso não significa que as tarefas do GA/NBC TSP serão

Divulgação CFC



Zulmir Ivânio Breda
Presidente do CFC

encerradas. Ao contrário, um planejamento estratégico, divulgado recentemente pelo Grupo Assessor, traz uma série de ações que serão implementadas, a exemplo de programas de capacitação, de emissão de guias de implantação, de revisão das normas convergidas e do envio de comentários às consultas públicas do Ipsasb, entre outras tarefas.

Com todo o esforço que tem sido feito, temos a confiança de que estamos contribuindo, realmente, para a geração de impactos positivos nos relatórios dos atos e fatos administrativos, configurando-se a contabilidade um instrumento efetivo de produção de informações confiáveis, apropriadas e comparáveis das contas públicas.

Diante da relevância que o tema tem para o CFC, esta edição da RBC traz uma entrevista com Ian Carruthers, presidente do Ipsasb, o Comitê independente, apoiado pela Federação Internacional de Contadores (Ifac, na sigla em inglês), que desenvolve padrões contábeis para entidades do setor público de dezenas de países.

Além da leitura da entrevista, convido a todos para conhecerem os artigos desta edição, uma vez que a RBC tem sido, há décadas, uma indispensável fonte de informação técnica da área contábil brasileira.

Boa leitura!



SEMINÁRIO BRASILEIRO
SUSTENTABILIDADE E CUSTOS
DADOS AO SETOR PÚBLICO
19 de agosto de 2019

www.cfc.org.br

ENTREVISTA

Ian Carruthers – Presidente do Conselho Emissor de Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (*International Public Sector Accounting Standards Board – Ipsasb*)

Por Maristela Giroto

Cinco novas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) serão publicadas até o fim deste ano, para vigência a partir de 2020. Essas normas fazem parte do processo de convergência das normas nacionais para o padrão *International Public Sector Accounting Standards* (Ipsas). Conforme o planejamento elaborado pelo Grupo Assessor (GA) da Área Pública, constituído por membros do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e por especialistas, a convergência das Ipsas vai se encerrar em 2021, após seis anos de trabalho.

As normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público (Ipsas, na sigla em inglês) são elaboradas pelo *International Public Sector Accounting Standards Board* (Ipsasb), um Conselho independente apoiado pela Federação Internacional de Contadores (Ifac, na sigla em inglês).

Eventos internacionais para discutir a contabilidade pública, os desafios para a adoção das Ipsas e as oportunidades para a implementação dessas normas foram realizados em Brasília (DF), durante o último mês de agosto. Quase 20 países es-

tavam representados no VI Fórum dos Contadores Governamentais da América Latina (Focal) e no X Seminário Anual Latino-Americano sobre gestão de Tesourarias Públicas (Fotegal), que ocorreram com programações parcialmente conjuntas e simultâneas. Além desses dois eventos, no mesmo período, ocorreu também o VI Seminário Brasileiro de Contabilidade e Custos Aplicados ao Setor Público (VI SBCasp).

Esse amplo debate sobre a contabilidade pública da América Latina contou também com a presença

do presidente do Ipsasb, Ian Carruthers, além de outros membros do *Board*.

Na entrevista a seguir – publicada em português e, em seguida, em inglês –, Mr. Carruthers fala sobre a importância desses eventos para os países e para o Ipsasb; comenta sobre o estágio de adoção das Ipsas na região; analisa as principais vantagens que as Ipsas trazem à gestão das finanças públicas; e, entre outros pontos, explica os maiores desafios do Plano de Trabalho 2019-2023 do Ipsasb.

RBC – Em Brasília (DF), de 20 a 23 de agosto, o Sr. compareceu aos eventos VI SBCasp e VI Focal e conduziu as mesas redondas do Ipsasb. Qual a sua opinião sobre esses eventos, em relação às análises recebidas, quanto aos projetos em andamento e aos novos projetos do Ipsasb?

Mr. Carruthers – O VI SBCasp e VI Focal, assim como a mesa-redonda do Ipsasb, que ocorreu no dia anterior (19) a essas duas reuniões, foram eventos importantes. Eles reuniram muitos profissionais da América Latina e trouxeram análises sobre assuntos específicos, com os quais esses países estavam lidando e que o Ipsasb precisa levar em conta quando estiver estabelecendo padrões normativos. Essa troca de informações com os principais interessados na América Latina vai fortalecer a qualidade de nossas normas e ajudará a garantir que elas cumpram sua proposta.

RBC – Para o Ipsasb, qual a importância de realizar eventos como esses, com a participação de diversos países de uma região? É comum

para o Ipsasb promover ou participar de eventos deste escopo?

Mr. Carruthers – Estamos em um período no qual o número de países relatando o regime de competência vai aumentar de 25% em 2018 para 65% até 2023. Isso faz com que seja cada vez mais importante para o Ipsasb se conectar com as partes interessadas. O Conselho realizou as primeiras séries de mesas-redondas em 2018, como parte do desenvolvimento de sua Estratégia e Plano de Trabalho de 2019-2023. Por meio desse processo, nós recebemos análises diretas de quase 400 participantes, de mais de 100 países diferentes, que tiveram impacto efetivo na versão final da Estratégia.

Conforme avançamos na implementação da Estratégia, eventos regionais como esses – que permitem a troca de pontos de vista entre nós, enquanto organismo emissor de normas contábeis, e os usuários dessas normas – vão se tornar cada vez mais importantes. Eles nos ajudam a ter uma visão mais clara dos principais problemas da região e as medidas que estão sendo tomadas para enfrentá-las, e isso nos permite determinar as maneiras pelas quais

o Ipsasb pode auxiliar quando estiver editando as normas.

RBC – Comparado com outras regiões, em sua opinião, qual o atual estágio de adoção e implementação das Normas Internacionais de Contabilidade aplicadas ao Setor Público (Ipsas) na América Latina?

Mr. Carruthers – Nos últimos anos, a América Latina se tornou uma das regiões mais ativas, no mundo, em termos de adoção e implementação das normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público. Como resultado, o Índice Internacional Financeiro de Contabilidade do Setor Público da Ifac e do Instituto dos Profissionais de Finanças Públicas e Contadores Certificados (CIPFA, na sigla em inglês) mostra que a região como um todo está à frente da adoção e implementação das Ipsas, com o número de países na América Latina e Caribe em fase de implementação das Ipsas projetado para aumentar de cinco em 2018 para 21 em 2023.

RBC – O Ipsasb considera o status atual de adoção e implementação das Ipsas na América Latina satisfatório? O que pode ser feito para melhorar a processo de convergência na nossa região?

Mr. Carruthers – O Ipsasb reconhece os grandes esforços que os países da América Latina têm feito para a adoção e implementação das Ipsas e o progresso significativo que tem sido obtido. No espaço de cinco anos, nós esperamos que a maioria dos países da região esteja reportando pelo regime de competência, com as Ipsas sendo parte central desse processo, ao serem adotadas diretamente, indiretamente ou usadas como ponto de referência no desenvolvimento dos padrões nacionais.

RBC – Quais são as principais vantagens que as Ipsas trazem à gestão de finanças públicas?



Ian Carruthers, em palestra em Brasília (DF)

Mr. Carruthers – A principal vantagem das Ipsas é que elas são desenvolvidas especificamente para o setor público. Abordando questões específicas do setor, elas podem, portanto, apoiar uma melhor prestação de contas e maior transparência em todo o setor público. As Ipsas podem também melhorar a tomada de decisão, pois as informações contábeis preparadas de acordo com essas normas fornecem uma representação fidedigna da posição e do desempenho financeiro das entidades do setor público, com base em dados de desempenho mais consistentes e informações abrangentes sobre ativos e passivos. Elas podem, dessa forma, auxiliar na melhor alocação de recursos por todo o setor público, e apoiar melhorias na maneira com que seu uso é controlado, aprimorando, assim, o gerenciamento das finanças públicas como um todo. Além disso, como padrões globais, sua aplicação melhora a consistência e a comparabilidade dos relatórios contábeis e financeiros do setor público em termos mundiais.

RBC – Quais são os principais desafios do Plano de Trabalho 2019-2023 do Ipsasb? E quais são os principais projetos que vão ser realizados até 2023?

Mr. Carruthers – A Estratégia e o Plano de Trabalho de 2019-2023 abrangem duas áreas principais: emitir normas contábeis globais e incentivar a sua implementação. Em termos de entrega de normas, o Ipsasb possui um importante programa de trabalho em andamento que abrange todas as áreas de Receita, Arrendamentos e Mensuração. Este último projeto está sendo levado adiante em conjunto com o trabalho de Patrimônio Cultural e Infraestrutura – duas áreas que as partes interessadas nos reportaram como problemáticas. Todos esses projetos estão planejados para serem concluídos até o final de 2021.

Como resultado da opinião fornecida pelas partes interessadas, o Conselho adicionou dois novos projetos ao programa – Recursos Naturais e uma revisão limitada ao âmbito de sua Estru-

tura Conceitual. Esses trabalhos devem estar bem adiantados até o final de 2023. Durante 2021, o Conselho planeja consultar seus membros sobre projetos a serem adicionados ao seu programa, em adição aos projetos atuais programados para serem concluídos nos próximos anos.

RBC – Há algum outro desafio que o Ipsasb pode ter que enfrentar no futuro próximo?

Mr. Carruthers – O cenário de rápidas mudanças em termos de adoção e implementação das Ipsas vai criar novos desafios para o Conselho responder, à medida que o número de nossos stakeholders cresce significativamente, e o impacto da nossa orientação é testado na prática. Isso significa que precisaremos continuar a fortalecer nossas formas de comunicação, e melhorar a orientação que forneceremos na implementação de nossos novos e atualizados pronunciamentos, juntamente com a sua acessibilidade. Em particular, preci-



Da esq. para a dir.: Idésio Coelho, Mansueto Almeida, Gildenora Milhomem e Ian Carruthers, na abertura do VI SBCasp

saremos melhorar a disponibilidade e a pontualidade das traduções.

Também na área de incentivo à adoção, o Ipsasb precisa trabalhar com as principais partes interessadas, para expandir o entendimento e o apoio ao papel que o uso crescente de informações preparadas de acordo com o regime de competência pode desempenhar no fortalecimento da gestão das finanças públicas.

Tomados em conjunto com nosso significativo programa de definição de normas, esses são grandes desafios devido aos recursos limitados de nossa equipe, e à confiança que depositamos no tempo fornecido por nossos membros voluntários do Conselho e seus assessores técnicos. Nós somos extremamente gratos por todo auxílio que recebemos deles, juntamente ao suporte

financeiro que recebemos de governos e corpos regionais de todo o mundo, assim como o apoio de organizações profissionais de contabilidade e das firmas de auditoria, fornecidas por meio da Federação Internacional de Contadores. Eu acredito que esse forte apoio, junto à crescente expansão da implementação global das Ipsas, permitirá ao Ipsasb enfrentar esses desafios.



Ian Carruthers (à direita na mesa) durante solenidade de abertura do X Seminário Anual Latino-Americano sobre gestão de Tesourarias Públicas (Fotegal) e VI Fórum dos Contadores Governamentais da América Latina (Focal)

ENGLISH VERSION

Interview – Mr. Ian Carruthers, Chair of the International Public Sector Accounting Standards Board (Ipsasb)

RBC – In Brasilia-DF, from 19 to 23 August, you attended the events “V SBCasp and VI Focal” and led the Ipsasb roundtable. What is your feedback from these events regarding the inputs received on ongoing projects and new projects of the Ipsasb?

Mr. Carruthers – The “V SBCasp and VI Focal”, alongside the Ipsasb roundtable which was held the day before these two meetings, were important events. They brought together many professionals from around Latin-America and provided

insights into the specific issues that they are dealing with, and that the Board needs to address when we are setting our standards. This exchange of information with key stakeholders in Latin America will strengthen the quality of our standards, and help to ensure that they are fit for purpose.

RBC – For Ipsasb, how important is it to hold events like these, with the participation of several countries in a region? Is it common for Ipsasb to hold or attend events of this scope?

Mr. Carruthers – We are in a period when the number of countries reporting on the accrual basis is projected to rise from 25% in 2018 to 65% by 2023. This

makes it increasingly important for the Ipsasb to connect with its stakeholders. The Board held its first series of regional roundtables in 2018 as part of the development of its 2019-2023 Strategy and Work Plan. Through that process we received direct feedback from the almost 400 attendees from over 100 different countries, which had a real impact on the final version of the Strategy.

As we move into implementing the Strategy, regional events like these which allow the exchange of views between us as standard setters, and the users of our standards will become ever more important. They allow us to get a clearer view on the main issues that the region is facing, the actions

they are taking to address them, which then allows us to determine the ways in which Ipsasb can help when we are setting our standards.

RBC – Compared to other regions, in your view, what is the current stage of adoption and implementation of Ipsas in Latin America?

Mr. Carruthers – In recent years, Latin America has become one of the most active regions in the world in terms of Ipsas adoption and implementation. As a result, the Ifac and CIPFA's International Public Sector Financial Accountability Index shows that the region as whole is at the forefront of Ipsas adoption and implementation, with the number of countries in Latin America and the Caribbean implementing Ipsas projected to grow from 5 in 2018 to 21 in 2023.

RBC – Does Ipsasb find the status of Ipsas adoption and implementation in Latin America satisfactory? What could be done to improve the convergence process in our region?

Mr. Carruthers – The Ipsasb recognizes the tremendous efforts that Latin-American countries have been making in terms of Ipsas adoption and implementation and the significant progress that has been made as a result. In five years time, we expect that the majority of the countries in the region will be reporting on the accrual basis, with Ipsas playing a central role by being adopted directly, indirectly or used as a reference point in the development of national standards.

RBC – What are the main advantages that Ipsas bring to the Public Finance Management?

Mr. Carruthers – The main advantage of Ipsas is that they are developed specifically for the public sector. By

addressing sector-specific issues, they can therefore support stronger accountability and transparency across the public sector. Ipsas can also enhance decision-making because Ipsas compliant accounts provide a faithful representation of the financial position and financial performance of public sector entities, based on stronger performance data, and comprehensive information on assets and liabilities. They can therefore help better allocation of resources across the public sector, and support improvements in the way their usage is controlled, so enhancing overall public finance management. In addition, as global standards, their application improves the consistency and comparability of government financial reporting globally.

RBC – What are the main challenges of Ipsasb Work Plan 2019-2023? In your view, what are the main projects that will be carried out until 2023?

Mr. Carruthers – The 2019-2023 Strategy and Work Plan covers two main areas: Delivering Global Standards, and Inspiring Implementation. In terms of standards delivery, Ipsasb has a major ongoing work program covering all areas of Revenue, Leases and Measurement. The latter project is being taken forward in conjunction with work on Heritage and Infrastructure – both areas where our stakeholders have told us are problematic. All of these projects are planned for completion by around the end of 2021.

As a result of stakeholder feedback, the Board has added two new projects to its work program – Natural Resources, and a limited-scope review of its Conceptual Framework. These should both be well-advanced by the end of 2023. During 2021 the Board plans to consult its constituents on additional new projects to add to its work

program in place of the projects scheduled for completion over the next couple of years.

RBC – Is there any other significant challenge that Ipsasb may face in the near future?

Mr. Carruthers – The rapidly changing landscape in term of Ipsas adoption and implementation will create further challenges for the Ipsasb to respond as the number of our stakeholders expands significantly, and the impact of our guidance is tested in practice. This means that we will need to continue to strengthen our communication processes, and to improve the guidance we provide on implementation of our new and updated pronouncements, together with its accessibility. In particular we will need to improve the availability and timeliness of translations.

Also in the area of Inspiring Implementation, the Board needs to work with key external stakeholders to expand the understanding and support for the role that increased usage of accrual information can play in strengthening Public Financial Management.

Taken together with our significant standard setting program, these are major challenges given our limited staff resources, and the reliance we place on the time provided by our volunteer Board Members and their Technical Advisors. We are extremely grateful for all the support we receive from them, together with the financial support we receive from governments and regional bodies around the world, as well as the support from Professional Accountancy Organizations and the accountancy firms provided through the International Federation of Accountants (Ifac). I believe that this strong support, together with the increasing extent of IPSAS implementation globally, will enable Ipsasb to rise to these challenges.

SONEGACÃO



Métodos alternativos como instrumento de auxílio para evidenciação de indícios de fraudes tributárias

O objetivo desta pesquisa é analisar como o uso de métodos alternativos para evidenciação de indícios de fraudes tributárias podem ajudar no processo de auditoria fiscal da Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina (SEF-SC). Para alcançar esse objetivo, foi realizado um estudo de caso em uma empresa que possuía irregularidades fiscais comprovadas pela SEF-SC. Como técnica proposta, os resíduos de uma regressão linear simples entre diferentes contas contábeis foram analisados. Tais resíduos foram compreendidos como um meio de selecionar os itens que seriam avaliados pelos auditores e que poderiam ser indícios de fraudes fiscais. Posteriormente, os resultados foram confrontados com as irregularidades apontadas pela SEF-SC. Com isso, a pesquisa demonstrou que, ao utilizar tais procedimentos, foi possível otimizar o trabalho de auditoria, visto que as mesmas irregularidades (suprimentos de caixa por meio de sucessivos aumentos fictícios de Capital Social) encontradas pela SEF-SC também foram apontadas pelo procedimento proposto. Além disso, foram evidenciados empréstimos com taxas de juros bem abaixo dos praticados pelo mercado, o que poderia indicar indícios de fraude fiscal. Concluiu-se que os métodos apresentados são válidos e podem ser explorados pelos auditores, principalmente na área da auditoria tributária.

2143 - Recebido em 2/1/2019. Distribuído em 4/1/2019. Pedido de revisão em 11/2/2019; 20/3/2019 e em 27/5/2019. Resubmetido pelo autor em 16/3/2019; 26/5/2019 e 2/6/2019. Aprovado em 2/7/2019, na sexta rodada, por dois membros do Conselho Editorial. Publicado na edição setembro-outubro de 2019. Organização responsável pelo periódico: Conselho Federal de Contabilidade.

Júlio Cesar Fazoli

Mestre em Contabilidade pelo Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina. Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, CSE/CCN, Trindade, Florianópolis/SC. Fone: (48) 99981-5456.
E-mail: j.fazoli@gmail.com

Marcelo Machado de Freitas

Professor universitário. Mestre e Doutorando em Contabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina. Rua Francisco Pedro Machado, 555, Barreiros, São José/SC. Fone: (48) 99145-7495.
E-mail: mmf.marcelofreitas@gmail.com

Luiz Alberton

Professor Titular da Universidade Federal de Santa Catarina, Doutor em Engenharia de Produção e Sistemas. Rua Delminda Silveira n.740, ap. 906, Bairro Agrônômica, Florianópolis/SC Fone: (48) 99948-9014.
E-mail: luiz.alberton@ufsc.br

1. Introdução

De acordo com a teoria das Finanças, o Estado deve promover três funções básicas na sociedade para proporcionar o bem-estar social e garantir serviços públicos essenciais à população. A primeira, denominada função Alocativa, diz respeito ao fornecimento de bens públicos para a sociedade, que se dividem em: tangíveis (ruas, iluminação pública, saneamento básico, etc.) e intangíveis (segurança pública, justiça, etc.). A segunda função, chamada Distributiva, consiste nos ajustes na distribuição de renda que permitam um nivelamento social considerado justo pela sociedade. A terceira, a função Estabilizadora, tem como objetivo o uso da política econômica como forma de atingir um alto nível de emprego, estabilidade dos preços e obtenção de uma taxa apropriada de crescimento econômico (IRANDOUST, 2018). Para poder arcar com essas funções, o Estado precisa gerar recursos e a sua principal fonte de receita é a arrecadação tributária.

Entretanto, o correto cumprimento das funções básicas pertinentes ao Estado tem encontrado resistência em alguns setores da sociedade, sobretudo por meio de práticas ilegais de sonegação de impostos (HANLON, MAYDEW, THORNOCK, 2015). Alexandre (2008) explica que existem diversos meios de fugir da tributação e que, tradicionalmente, o critério mais adotado pela doutrina jurista para classificar tais meios toma por base a licitude da conduta. A doutrina majoritária cos-

tuma dividir as práticas em três formas: elisão (prática legalmente aceita), elusão e evasão tributárias. Para inibir práticas de elusão e evasão tributárias, o Estado utiliza diversas ferramentas e métodos para verificar o correto ingresso de suas receitas.

Nos últimos anos, governos ao redor do mundo têm utilizado cada vez mais diferentes tecnologias com o objetivo de melhorar as boas práticas de governança pública (TEO, SRIVASTAVA, JIANG, 2008, LEE, LIO, 2016, KAMOLOV, 2017). No Brasil, o Estado também tem investido em uma gama de soluções tecnológicas que proporcionaram um trabalho mais ágil e eficaz por parte da Administração Tributária brasileira. Como exemplo tem-se o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), que consiste na modernização da sistemática de entrega das obrigações acessórias às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores. Trata-se de um enorme avanço digital da relação entre o Fisco e os contribuintes (JORDÃO et al., 2015).

Contudo, o manuseio desse tipo de informação, mesmo em meio digital, tende a não ser uma tarefa trivial. Há limitações, como, por exemplo: a extensa quantidade de contribuintes, o excessivo volume de dados e informações, a pouca utilização de ferramentas de Tecnologia de Informação. Soma-se a esses problemas a impossibilidade de o auditor realizar uma revisão integral dos registros e transações con-

tábeis, utilizando-se

de métodos estatísticos para a seleção de contas contábeis a serem analisadas (RIBEIRO; DIAS FILHO, 2007, CREPALDI, CREPALDI, 2016).

Nesse sentido, o desenvolvimento de ferramentas eficazes de seleção de informações contábeis a serem analisadas é importante para a auditoria tributária, tendo em vista que, na maioria dos casos, a análise de todos os lançamentos contábeis da empresa é um trabalho impraticável. A estatística dispõe de métodos que podem ser utilizados em diversos campos das ciências sociais aplicadas e que também podem ser utilizados com eficácia nas principais etapas do planejamento de auditoria tributária, principalmente na seleção objetiva da conta contábil a ser auditada, bem como na distinção das amostras de auditoria a serem testadas.

Diante do contexto apresentado, surge a pergunta norteadora da presente pesquisa: **Como métodos alternativos para evidenciação de indícios de fraudes tributárias podem ajudar no processo de auditoria fiscal?**

Dessa forma, o presente trabalho tem por objetivo analisar como o uso de métodos alternativos para evidenciação de indícios de fraudes tributárias podem ajudar no processo de auditoria fiscal. Para isso, um estudo de caso foi realizado na Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina (SEF-SC).

De acordo com informações do Secretário da Fazenda do Estado de Santa Catarina, a sonegação fiscal praticada em Santa Catarina chega a atingir 20% do Produto Interno Bruto do Estado (PEREIRA, 2018).

Isso ajuda a dimensionar a magnitude do problema, pois tais recursos interferem na função alocativa do estado e por isso recursos valiosos deixam de ser investidos em saúde, educação, segurança pública, além de outras áreas importantes.



Dessa forma, este estudo contribui para os estudos sobre a auditoria tributária, especialmente ao aprimoramento de métodos estatísticos utilizados a esse campo. Além disso, por ter sido testada em um caso concreto, os procedimentos utilizados podem ser aplicados por auditores fiscais na apuração de possíveis fraudes tributárias.

2. Revisão Teórica

2.1 Elisão, Elusão e Evasão Tributária

A elisão fiscal pode ser delineada como a prática de negócio na qual o contribuinte, visando que a incidência tributária se dê de maneira mais branda as suas finanças, opta pela forma legalmente aceita que melhor lhe convier. Ou seja, se a hipótese de incidência é prevista de forma típica em lei, o cidadão e a empresa têm o direito de pautar sua vida econômica da maneira que lhe pareça menos onerosa (ROCHA, 2007).

A elusão fiscal é o comportamento do contribuinte, que, a rigor, não é ilícito, entretanto busca-se adotar um formato artificioso para o negócio jurídico celebrado, acarretando a não incidência tributária ou buscando que ela ocorra de

maneira menos onerosa. Tal prática é considerada pela doutrina como abuso das formas, pois o sujeito passivo adota uma conduta atípica para o ato que está sendo praticado (ALEXANDRE, 2008). Tal prática é literalmente condenada pelo Código Tributário Nacional, que, em seu Art. 116, parágrafo único, assim prescreve:

A autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos a serem estabelecidos em lei ordinária.

A evasão fiscal é classificada quando o contribuinte, para fugir da tributação ou torná-la menos onerosa, utiliza-se de meios ilícitos (ALEXANDRE, 2008). É a situação na qual o contribuinte, visando evitar o conhecimento do nascimento da obrigação tributária pela autoridade fiscal, esconde atos efetivamente praticados na ânsia de fugir à tributação. Para a doutrina, a principal característica da evasão fiscal é que, regra geral, a ação é cometida após a ocorrência do fator gerador do tributo (ROCHA, 2007).

2.2 A auditoria e as normas contábeis

A auditoria combate a assimetria informacional e possui a capacidade de orientar o seu público-alvo para decisões de melhor qualidade, sobretudo quando seus resultados são extraídos de demonstrações contábeis fidedignas da realidade patrimonial da entidade (RIBEIRO; DIAS FILHO, 2007). Um dos principais objetivos da auditoria é obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, como um todo, estão livres de distorções relevantes, independentemente se causadas por fraude ou erro (CFC, 2016).

No entanto, há um risco de que distorções relevantes não sejam devidamente detectadas nas demonstrações contábeis de determinada entidade, embora a auditoria seja adequadamente planejada e executada em conformidade com as normas técnicas vigentes. A essa ameaça é dado o nome de Risco de Auditoria (CFC, 2016).

Nos últimos anos foram desenvolvidos métodos e regras que auxiliam os auditores a executar seus trabalhos em conformidade com os padrões necessários, garantindo confiabilidade e integridade em suas conclusões. Entretanto, não obstante a regulamentação

“Conclui-se que o uso da Regressão Linear Simples e sua eventual análise dos resíduos podem contribuir na identificação de indícios de erros e/ou de fraudes tributárias.”

vigente, algumas lacunas permaneceram abertas, causando omissões em diretrizes importantes para um planejamento adequado do trabalho de auditoria (ver por exemplo AZEVEDO e LINO, 2018 e MATOS et al., 2018).

Cunha e Beuren (2006) identificaram que 91,67% dos auditores independentes das firmas caruarinense se utilizam basicamente do julgamento profissional para a execução dos testes de controle. Da mesma forma, durante a pesquisa, os autores constataram que 58,33% dos auditores entrevistados se utilizavam do subjetivismo profissional nos procedimentos substantivos de auditoria. A pouca utilização de novas ferramentas estatísticas pelos auditores também é apontada por Janvrin, Bierstaker e Lowe (2008).

Conforme Cunha e Beuren (2006), a causa desse fator pode estar relacionada com a escassez de material na área que oriente os profissionais na aplicação da estatística no seu dia a dia, tendo em vista que o uso dessas técnicas permite medir o risco, a confiabilidade, ajudam a minimizar omissões ou excessos de exames durante o trabalho do auditor.

Para efeito de exemplificação, Boynton et al. (2002) e Franco e Marra (2001) fazem remissão somente aos métodos probabilísticos tradicionais de amostragem na seleção de itens para análise em auditoria. Ribeiro e Dias Filho (2007) visitaram a literatura especializada e concluíram que a alusão ao assunto se concentra basicamente nas técnicas tradicionais de amostragem, seguindo a mesma linha exposta pela NBC TA 530 (CFC, 2009).

A preocupação com o uso adequado de técnicas de amostragem em auditoria, entretanto, não é algo recente. Hitzig (1995) fez uma extensa pesquisa com auditores (formulário enviado para

800 firmas de Nova Iorque) com o objetivo de compreender como eles utilizavam técnicas de amostragem para os testes substantivos e os testes de controle. Mais recentemente, alguns estudos propuseram algumas técnicas “alternativas” em auditoria.

Pode-se citar, por exemplo, o estudo de Gaganis, Pasiouras e Doumpos (2007), que analisou os motivos para firmas listadas na Bolsa de Valores de Londres receberem uma opinião qualificada/não qualificada nos pareceres de auditoria. O modelo em questão sugeria a utilização de redes neurais probabilísticas para a evidenciação desses motivos. Por fim, o estudo sugere que os auditores utilizem tal modelo para planejar procedimentos de maneira a alcançar níveis aceitáveis de risco de auditoria ou ainda como uma ferramenta de controle de qualidade do processo de auditoria.

Beldona e Francis (2007) aplicaram técnicas de regressão em um procedimento de auditoria nos inventários e equipamentos de uma empresa da *Fortune 100*, com o objetivo de determinar o tamanho da amostra a ser auditada. Os autores explicam que os resultados estatísticos encontrados, o tamanho da amostra indicado e as regras de decisões utilizadas são de fácil entendimento e aplicação, apesar de serem poucos utilizados no dia a dia da profissão.

Entre os estudos que procuraram aplicar métodos estatísticos em auditoria, destaca-se o trabalho de Ribeiro e Dias Filho (2007), que utilizou a Regressão Linear Simples, o coeficiente de correlação e o coeficiente de explicação (R^2), para evidenciar quais contas contábeis mereciam melhor atenção do auditor, por meio de um estudo de caso em uma empresa do setor metalúrgico. Entretanto, naquele trabalho, não era possível saber se a empresa

de fato havia incorrido em alguma irregularidade e com isso seus resultados não puderam ser adequadamente validados. A presente pesquisa busca justamente avançar nesse *gap*, pois procura utilizar os mesmos procedimentos apresentados pelos autores em um caso onde se tem conhecimento dessas fraudes tributárias.

Em estudo mais recente, Azevedo e Lino (2018) evidenciaram o distanciamento entre as normas de auditoria e as práticas adotadas pelos auditores nos Tribunais de Contas do Brasil. Ainda que os objetivos dos auditores fiscais e do tribunal de contas não sejam sempre os mesmos dos auditores independentes, as práticas e normas interferem nas atividades desses profissionais, já que aqueles profissionais muitas vezes utilizam-nas como fonte de pesquisa e por isso é pertinente questionar como tais práticas estão auxiliando os auditores tributários a prestarem uma auditoria mais eficiente. A presente pesquisa procura avançar sobre essa temática.

Qual a diferença entre auditoria contábil e fiscal? A fiscalização tributária está preocupada com a aplicação da norma contábil?

3. Método de Pesquisa

Para analisar a utilidade dos procedimentos alternativos aqui propostos, optou-se pelo método comparativo de investigação. A escolha da empresa, doravante identificada como MTW que atua no setor de telecomunicações, foi feita por meio de amostragem intencional ou por julgamento (método não probabilístico). No presente trabalho, a população da qual a amostra intencional foi extraída é a de empresas para as quais a SEF-SC tenha emitido No-

tificações Fiscais contendo como fundamentação legal fraudes nos lançamentos contábeis. O requerimento para utilização dessas informações foi realizado diretamente ao responsável pela área de Fiscalização da SEF-SC por um dos autores desta pesquisa, que também é auditor da SEF-SC. No momento da solicitação, deixou-se ratificado que todas as informações pessoais e que pudessem identificar a empresa analisada seriam ocultadas.

O trabalho buscou explorar as relações entre as contas e lançamentos contábeis estritamente relacionadas às atividades-fins da empresa (fornecimento de serviço de comunicação multimídia a seus clientes):

- a) Prestação de serviços a prazo e Aumentos em Clientes/Duplicatas a receber;
- b) Diminuições em Clientes/Duplicatas a receber e Aumentos nos Ingressos de recursos no disponível (Caixas e Bancos);

Ainda que outros grupos de contas estejam sujeitas a fraudes, a seleção dessas contas/transações foi guiada pelos resultados encontrados no trabalho de Ribeiro e Dias Filho (2007), que identificaram com os auditores a importância dessas rubricas no planejamento e na execução de auditorias. Com isso, esta pesquisa limita-se a analisar somente os grupos de contas expostos acima. Para o presente estudo, foram utilizados os fatos contábeis registrados nos livros diários de 2010, 2011 e 2012 da empresa MTW que fossem relacionados com as seguintes contas contábeis: a) Prestação de serviços a prazo; b) Clientes/Duplicatas a receber; c) Caixas; e d) Bancos.

A partir da utilização da Regressão Linear Simples, tendo como variáveis independentes “Prestação de serviços a prazo” e “Diminuições em Clientes/Duplica-

tas”, foram calculados os valores esperados para as variáveis dependentes Aumentos em Clientes/Duplicatas a receber e Ingressos de recursos no disponível (Caixa e Bancos), respectivamente. Os Modelos utilizados podem ser melhor visualizados no Quadro 1.

Feito isso, foram comparados os valores esperados das variáveis dependentes com aqueles efetivamente verificados nos lançamentos contábeis, mediante aplicação do Coeficiente de determinação (R^2). Para a seleção da conta contábil, consideraram-se um intervalo de confiança de 95% e um erro tolerável de 5%. Dessa forma, se as variações não explicadas pelo modelo de regressão linear simples fossem superiores a 5%, a conta contábil seria selecionada para verificação. Caso contrário, comprovava-se-ia, *a priori*, a adequação dos lançamentos contábeis para aquela rubrica patrimonial. Tais procedimentos também se assemelham aos utilizados por Ribeiro e Dias Filho (2007).

Caso a conta contábil fosse selecionada para análise, a amostra-

gem dos lançamentos contábeis com possíveis indícios de erros e/ou de fraudes tributárias seria feita pelo método de seleção pelos desvios-padrão dos resíduos. Com isso, o modelo proposto apresentou em quais datas os lançamentos contábeis tiveram variabilidade superior ou inferior a um desvio-padrão da média aritmética dos resíduos encontrados no modelo de regressão linear simples.

Para a análise dos testes estatísticos, foi utilizado o software IBM® SPSS® Statistics, versão 22.

4. Análise dos Dados

O primeiro modelo a ser testado (Modelo 1) foi a regressão entre o Aumento das Duplicatas/Contas a Receber (variável dependente) e a Prestação de Serviços a Prazo (variável independente). *A priori*, esperava-se uma relação alta entre essas duas contas. Os resultados obtidos são apresentados na Tabela 1.

Na Tabela 1, R representa o Coeficiente de Correlação Linear

Quadro 1 – Modelos Analisados

Modelos	Variável Dependente	Sigla	Variável Independente	Sigla
Modelo 1	Aumentos em Clientes/Duplicatas a Receber	AUM_DPTAS	Prestação de Serviços a Prazo	REC_SERV
Modelo 2	Ingressos de Recursos no Disponível	INGRESSO_DISP	Diminuição em Clientes/Duplicatas a Receber	REDUCAO_DPTAS

Fonte: elaborado pelos autores.

Tabela 1 – Resultado da Regressão Linear Simples do Modelo 1

	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig
	B	Erro Padrão	Beta		
(constante)	1530,38	741,53		2,06	0,040
REC_SERV	1,01	0,01	0,99	110,79	0,000
R	0,991				
R ²	0,983				
R ² Ajustado	0,983				
Erro Padrão da Estimativa	9581,05				

Nota: variável dependente: AUM_DPTAS

Fonte: elaborado pelos autores.

de Pearson. Trata-se de um cálculo estatístico cujo resultado conduz a duas conclusões: a) se há uma força unindo as duas variáveis estudadas; e b) como se comporta uma variável em relação à outra (CARVALHO; CAMPOS, 2008). Os valores variam entre -1 e 1 de acordo com a intensidade de correlação entre as variáveis (Correlação perfeita negativa ou positiva, respectivamente). O resultado zero indica ausência total de correlação entre as variáveis (CARVALHO; CAMPOS, 2008). No caso, R apresentou o valor de 0,991, demonstrando alto grau de correlação entre as variáveis REC_SERV e AUM_DPTA. O R^2 , por sua vez, diz respeito ao Coeficiente de Determinação. Trata-se de uma medida descritiva da proporção da variação de Y (variável dependente) que pode ser explicada pelas variações em X (variável independente) (BARBETTA; REIS; BORNIA, 2010). Contatou-se que com $R^2 = 0,983$, 98,3% das variações positivas em Duplicatas a Receber são explicadas pelas variações em Prestação de serviços a prazo.

Por meio das informações contidas na Tabela 1, pode-se evidenciar a estimativa do modelo, definida pela função. Dessa forma, o valor estimado para a AUM_DPTAS é dado pela reta de Regressão. Ou seja, caso houvesse uma Prestação de serviços a prazo (X) de R\$10.000,00, o modelo de Regressão Linear estimaria um AUM_DPTAS de R\$11.620,00 (>). Isso é melhor representado no Gráfico 1, onde é possível comparar os valores esperados pela função de Regressão (representados pela reta linear) e o AUM_DPTA efetivamente observados.

Considerando um erro tolerável máximo de 5% para R^2 (), os resultados sugerem que os registros contábeis relacionados com as transações de REC_SERV e AUM_

DPTA não apresentam discrepâncias significantes a ponto de merecer uma análise mais profunda pelo auditor fiscal responsável (segundo o modelo, apenas 1,7% dos AUM_DPTA advém de outros fatores que não sejam de REC_SERV).

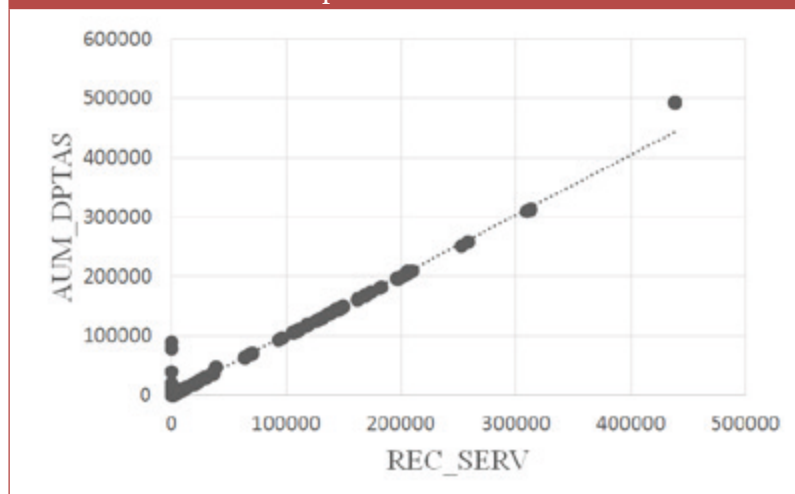
Entretanto, não se pretende afirmar que a empresa não apresentou irregularidades nessas contas. Afinal, sabe-se que os ilícitos tributários abrangem uma gama de práticas evasivas, como, por exemplo: falta de emissão de documentos fiscais de venda ou venda, utilização dolosa de alíquota inferior àquela determinada pela legislação, entre outras. Porém, levando em consideração os resultados apresentados, o au-

ditor fiscal poderia reverter seus esforços para a análise de outras contas contábeis, garantindo maior eficiência e agilidade no seu trabalho.

Com isso, partiu-se para a análise do Modelo 2, que pode ser observado nos dados da Tabela 2.

Dos resultados obtidos, pode-se chegar às seguintes conclusões sobre as variáveis REDUCAO_DPTAS e INGRESSO_DISP. Na Tabela 2, o Coeficiente de Correlação Linear de Pearson (R) apresenta um valor de correlação de 0,438, o que, para Barbetta, Reis e Bornia (2010), denota uma força de correlação moderada. Ainda na Tabela 2, R^2 apresenta um valor de 0,192, demonstrando que apenas 19,2%

Gráfico 1 – Curva de estimação dos valores de Duplicatas a Receber



Fonte: elaborado pelos autores

Tabela 2 – Resultado da Regressão Linear Simples do Modelo 2

	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig
	Coeficiente	Erro Padrão	Coeficiente		
(constante)	16031,45	1560,61		10,27	0,000
REDUCAO_DPTAS	0,938	0,070	0,438	13,44	0,000
R	0,438				
R^2	0,192				
R^2 Ajustado	0,190				
Erro Padrão da Estimativa	39047,66				

Nota: variável dependente: INGRESSO_DISP

Fonte: elaborado pelos autores.



dos ingressos de recursos no disponível (Caixas e Bancos) podem ser atribuídos ao recebimento de Duplicatas. Levando-se em consideração que a empresa somente recebe valores a prazo, era de se esperar uma maior relação entre essas duas contas.

A Tabela 2 apresenta a estimativa do modelo, definida pela função. O valor estimado para os ingressos de recursos no disponível é dado pela reta de Regressão. Por exemplo, caso houvesse um recebimento de Duplicatas (X) de R\$10.000,00, o modelo de Regressão Linear estimaria ingressos de recursos no disponível no valor de R\$25.411,40 (\hat{Y}). Isso indica que uma grande parcela dos ingressos de recursos no disponível estava vindo de outros meios que não da atividade-fim da empresa. No Gráfico 2, é possível comparar os valores esperados pela função de Regressão, representados pela reta linear, com aqueles efetivamente observados nas contas Caixas e Bancos da empresa.

Tendo em vista um erro tolerável máximo de 5% para R^2 (R^2), os resultados sugerem que os registros contábeis relacionados com os aumentos nos Ingressos de recursos no disponível (Caixas e Bancos) apresentam discrepâncias significantes a ponto de merecer uma análise mais profunda pelo auditor responsável. Segundo o modelo, 80,8% dos ingressos de recursos no disponível advêm de outros fatores que não sejam o recebimento de Duplicatas.

Após a seleção das contas que foram objeto de análise (Caixa e Bancos), passou-se para a etapa de seleção de amostras de auditoria suficientes para concluir acerca de possíveis indícios de erros ou fraudes fiscais.

A função representa o resíduo, que é a diferença entre os valores efetivamente observados como ingressos de recursos no disponível (Y) com aqueles esperados pela função de Regressão. Dessa forma, foram utilizados os seguintes critérios de seleção de amostras:

- 1) de posse dos valores de "e", calculou-se o desvio-padrão dos resíduos encontrados no modelo de regressão linear simples; e
- 2) foram selecionadas as datas cujos lançamentos contábeis apresentaram diferenças superiores ou inferiores a um desvio-padrão do valor esperado para a variável dependente. Neste caso, trata-se das datas que apresentassem lançamentos contábeis com diferenças inferiores a R\$-39.022,09 e superiores a R\$39.022,09 dos valo-

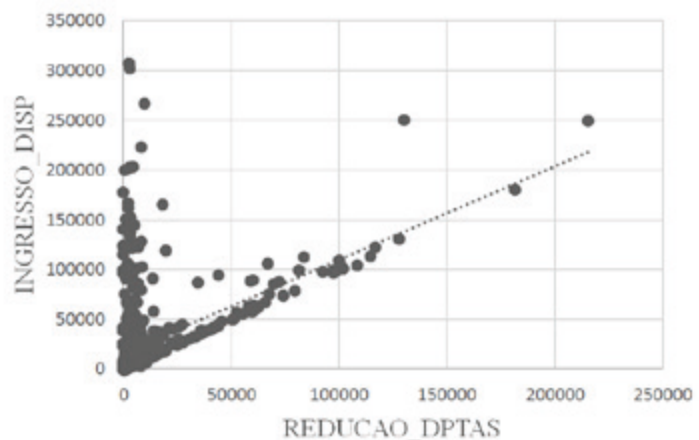
res esperados para os ingressos de recursos no disponível.

A Estatística dos Resíduos pode ser visualizada na Tabela 3.

Foram encontradas 68 transações contábeis a serem analisadas, evidenciadas conforme metodologia proposta. Tais lançamentos somam ingressos no valor de R\$8,9 milhões que precisariam de maior atenção dos auditores fiscais, já que apresentaram transações onde as datas dos lançamentos contábeis tiveram variabilidade superior ou inferior a um desvio-padrão da média aritmética dos resíduos encontrados no modelo de regressão linear simples.

Após uma análise criteriosa, foi possível chegar às seguintes conclusões acerca dos lançamentos contábeis efetuados nas contas Caixa e Bancos nas datas apontadas pela amostragem proposta no modelo.

Gráfico 2 – Curva de estimação dos valores de Ingresso no Disponível



Fonte: elaborado pelos autores (2018)

Tabela 3 – Estatística dos Resíduos do Modelo 2

	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão	N
Valor previsto	16031,41	218275,47	24973,68	18992,80	765
Resíduo	-19754,90	289241,91	0,00000	39022,10	765
Valor Previsto Padrão	-0,47	10,18	0,000	1,00	765
Resíduo Padronizado	-0,51	7,41	0,000	0,99	765

Variável Dependente: INGRESSO_DISP
Fonte: elaborados pelo autor (2018).

“O resultado direto do uso dessas ferramentas estatísticas é a identificação dos pontos mais vulneráveis nas demonstrações contábeis analisadas, o que torna a auditoria tributária mais seletiva, priorizando contas e transações contábeis que apresentem maior potencial de risco.”

4.1 Suprimento de disponibilidades por meio de sucessivos aportes de capital social

As transações referentes aos aportes de Capital Social são evidenciadas no Quadro 2.

A extração das amostras pelo método apresentado apontou os mesmos lançamentos verificados pela SEF-SF, que foram comprovados como sendo aportes fictícios de Capital Social. Ademais, devido à seleção objetiva dos lançamentos, foi possível reverter os esforços para a verificação pormenorizada da respectiva conta contábil 2.04.02.01.001 no Livro Razão da empresa. Isto resultou na observação de uma discrepância de R\$1.700.000,00 de receitas que foram omitidas ao longo dos anos de 2010 e 2011.

É justamente nesse ponto que esta proposta metodológica de seleção de contas contábeis pode gerar ganhos frente aos métodos tradicionais de seleção, fundamentados, principalmente, na experiência profissional do auditor. Enquanto o modelo proposto apresentou objetivamente as datas em que os lançamentos contábeis se mostraram discrepantes, a adoção de critérios subjetivos de seleção poderia maximizar o risco de tais lançamentos não serem detectados no momento oportuno, aumentando as chances do auditor fiscal expor-se ao risco de auditoria.

Outro ponto que merece atenção é o tempo demandado para se obterem as conclusões acima apresentadas. Conforme já explanado no presente trabalho, conduzir a auditoria

dentro de um período de tempo razoável e a um custo tolerável é uma tarefa árdua, sobretudo na administração tributária. Dessa forma, pelo método proposto, o auditor fiscal poderia, dentro de um período curto de tempo, obter os lançamentos com indícios de erros ou fraudes tributárias. Já pela seleção que prioriza a experiência do auditor, o mesmo trabalho poderia demandar um prazo muito maior para chegar às mesmas conclusões, e poderia gerar prejuízos aos cofres públicos, tendo em vista o instituto da decadência tributária.

4.2 Empréstimos junto a terceiros

Segundo os lançamentos verificados e apresentados no Quadro 3, a empresa contratou empréstimos

Quadro 2 – Lançamentos contábeis indicando aumentos fictícios de capital social

N.º do Caso	Data	Histórico	Débito	Crédito	Valor
218	05/11/2010	Adiantamento Capital Depósito Banrisul em moeda corrente.	1.01.01.02.001 Banco Z	2.04.02.01.001 XXX	50.000,00
344	09/05/2011	Adiantamento Capital	1.01.01.02.001 Banco X	2.04.02.01.001 XXX	300.000,00
359	30/05/2011	Adiantamento Capital	1.01.01.02.001 Banco Y	2.04.02.01.001 XXX	200.000,00
376	22/06/2011	Adiantamento Capital	1.01.01.02.001 Banco Y	2.04.02.01.001 XXX	200.000,00
387	08/07/2011	Adiantamento Capital	1.01.01.02.001 Banco Y	2.04.02.01.001 XXX	200.000,00
402	29/07/2011	Adiantamento Capital	1.01.01.02.001 Banco Y	2.04.02.01.001 XXX	200.000,00
414	15/08/2011	Adiantamento Capital	1.01.01.02.001 Banco Y	2.04.02.01.001 XXX	150.000,00
425	30/08/2011	Adiantamento Capital	1.01.01.02.001 Banco W	2.04.02.01.001 XXX	200.000,00
441	22/09/2011	Adiantamento Capital	1.01.01.02.001 Banco W	2.04.02.01.001 XXX	200.000,00
				Total	1.700.000,00

Fonte: elaborado pelos autores (2018).

junto a terceiros no montante de R\$1.556.618,62. Entretanto, percebe-se que, do total dos empréstimos contraídos, 64% (R\$1.003.462,47) não possuem informações completas no histórico do lançamento contábil, o que dificulta a análise do fluxo das atividades de financiamento da empresa, além de contrariar literalmente o disposto no Art. 1.184 do Código Civil (Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002):

No Diário serão lançadas, com individualização, clareza e caracterização do documento respectivo, dia a dia, por escrita direta ou reprodução, todas as operações relativas ao exercício da empresa.

A ITG 2000 (R1), em seu item 6, complementa que a escrituração em forma contábil deve conter histórico, no mínimo, que represente a essência econômica da transação ou o código de histórico padronizado, neste caso baseado em tabela auxiliar inclusa em livro próprio. Ainda que a norma admita a abreviação de históricos, eles devem ser permanen-

tes e uniformes, e o seus significados devem constar no Livro Diário. Um exemplo com pouca clareza em seu histórico que pode ser evidenciado no Quadro 3 é o lançamento 221, que apresenta unicamente o histórico de "Operação de Crédito".

Verificou-se que, nos Livros Diário e Razão da empresa, há omissão dos lançamentos do IOF e das parcelas de amortização do valor contraído dentro do período analisado (2010, 2011 e 2012). Isto pode gerar dúvidas sobre a veracidade dos negócios jurídicos celebrados. Nesses casos, caberia ao auditor fiscal circularizar as partes interessadas para a efetiva comprovação das transações contábeis escrituradas nos Livros. Entretanto, durante o processo de fiscalização realizado pela SEF-SC, tais lançamentos não foram analisados por não terem sido totalmente detectados no momento oportuno.

4.3 Sucessivas utilizações de conta corrente garantida para obtenção de capital de giro.

Conforme o Quadro 4, foram selecionados diversos lançamentos

devedores atípicos nas contas Caixa e Bancos, fazendo referência à utilização de empréstimos em instituições financeiras, a título de conta garantida (cheque especial).

A partir da seleção aleatória simples de um único lançamento (entre esses apresentados no Quadro 4), foram analisados todos os fatos contábeis que envolveram seu registro nos Livros Diário e Razão da empresa. Ao analisar os fatos, foram identificados erros simples, como, por exemplo, não manter a rubrica credora no passivo.

Neste contexto, caberia ao auditor fiscal reverter o seu esforço para obter evidências de auditoria suficientes para chegar a uma conclusão acerca dos supracitados empréstimos, escriturados nos Livros Diário e Razão da empresa. Não obstante a importância dos lançamentos, durante o processo de fiscalização, tais fatos contábeis não foram analisados pela auditoria da SEF-SC por não terem sido detectados no momento oportuno.

Quadro 3 – Relação de empréstimos verificados

N.º¹	Data	Histórico	Débito	Crédito	Valor
195	05/10/2010	Operação de Crédito	1.01....Bco Z	2.01....Bco Z - Empréstimo	52.218,94
221	10/11/2010	Empréstimo creditado	1.01....Bco W	2.02....Bco W - Empréstimo	100.000,00
257	03/01/2011	Empréstimo creditado	1.01....Bco W	2.02....Bco W - Empréstimo	30.000,00
273	25/01/2011	Empréstimo creditado	1.01....Bco Y	2.01....Bco Y Empréstimo-24x	97.266,22
277	31/01/2011	Empréstimo creditado ref. empréstimo de R\$100.000,00 em 31/01/2011 em 36 parcelas de R\$2.777,78.	1.01....Bco Z	2.01....Bco Z - Empréstimo	98.134,18
428	02/09/2011	Empréstimo creditado ref. empréstimo de R\$137.000,00 em 02/09/2011 em 36 parcelas de R\$ 3.805,56.	1.01....Bco Z	2.01....Bco Z - Empréstimo	134.605,41
430	06/09/2011	Transf. de/ou/conta	1.01....Bco W	2.02....Bco W - Empréstimo	40.000,00
457	17/10/2011	Empréstimo creditado conforme contrato mútuo (13 meses)	1.01....Bco W	2.02.... Empreend.Imobiliários Z	150.000,00
466	28/10/2011	Transf. de/ou/conta	1.01....Bco W	2.02....Bco W - Empréstimo	75.000,00
467	31/10/2011	Transf. de/ou/conta	1.01....Bco W	2.02....Bco W - Empréstimo	89.371,90
480	21/11/2011	Transf. de/ou/conta	1.01.... Bco W	2.02....Bco W - Empréstimo	100.000,00
488	01/12/2011	Empréstimo creditado conforme contrato mútuo referente 2 parcela	1.01....Bco Y	2.02.... Empreend.Imobiliários Z	200.000,00
543	15/02/2012	Transf. de/ou/conta	1.01....Bco W	2.02....Bco W - Empréstimo	80.000,00
652	20/07/2012	Transf. de/ou/conta	1.01....Bco W	2.02....Bco W - Empréstimo	5.000,00
717	22/10/2012	Empréstimo creditado no valor de R\$ 310.000,00 (Bco W) em 24x de R\$13.656,58.	1.01....Bco W	2.01....Empréstimo Bco Z -Capital de Giro	305.021,97
				Total	1.556.618,62

Legenda: ¹ = n.º do lançamento; Bco = Banco
Fonte: elaborado pelos autores (2018).

Quadro 4 – Relatório de utilização de conta garantida

N.º do Caso	Data	Histórico	Débito	Crédito	Valor
84	30/04/2010	Transferência	1.01.xxx Banco Z	2.01.xxx Banco Z - Ch.Especial	12.994,25
84	30/04/2010	Transferência	1.01.xxx Banco Y	2.01.xxx Banco Y - Ch.Especial	50.000,00
84	30/04/2010	Transferência	1.01.xxx Banco X	2.01.xxx Banco X - Ch.Especial	26.713,95
105	31/05/2010	Transferência	1.01.xxx Banco Z	2.01.xxx Banco Z - Ch.Especial	14.187,59
105	31/05/2010	Transferência	1.01.xxx Banco Y	2.01.xxx Banco Y - Ch.Especial	55.399,74
105	31/05/2010	Transferência	1.01.xxx Banco X	2.01.xxx Banco X - Ch.Especial	26.057,02
126	30/06/2010	Transferência	1.01.xxx Banco Y	2.01.xxx Banco Y - Ch.Especial	78.583,60
126	30/06/2010	Transferência	1.01.xxx Banco Z	2.01.xxx Banco Z - Ch.Especial	15.461,01
126	30/06/2010	Transferência	1.01.xxx Banco X	2.01.xxx Banco X - Ch.Especial	10.959,48
149	31/07/2010	Transferência	1.01.xxx Banco Y	2.01.xxx Banco Y - Ch.Especial	100.039,64
171	31/08/2010	Transferência	1.01.xxx Banco Y	2.01.xxx Banco Y - Ch.Especial	100.000,00
192	30/09/2010	Transferência	1.01.xxx Banco Z	2.01.xxx Banco Z - Ch.Especial	17.117,35
192	30/09/2010	Transferência	1.01.xxx Banco Y	2.01.xxx Banco Y - Ch.Especial	95.422,03
213	30/10/2010	Transferência	1.01.xxx Banco Y	2.01.xxx Banco Y - Ch.Especial	97.400,51
234	30/11/2010	Transferência	1.01.xxx Banco Y	2.01.xxx Banco Y - Ch.Especial	100.000,00
256	30/12/2010	Transferência	1.01.xxx Banco Y	2.01.xxx Banco Y - Ch.Especial	85.669,07
297	28/02/2011	Transferência	1.01.xxx Banco Y	2.01.xxx Banco Y - Ch.Especial	100.000,00
318	31/03/2011	Transferência	1.01.xxx Banco Y	2.01.xxx Banco Y - Ch.Especial	99.336,60
318	31/03/2011	Transferência	1.01.xxx Banco Z	2.01.xxx Banco Z - Ch.Especial	17.038,98
338	30/04/2011	Transferência	1.01.xxx Banco Z	2.01.xxx Banco Z - Ch.Especial	15.151,78
338	30/04/2011	Transferência	1.01.xxx Banco Y	2.01.xxx Banco Y - Ch.Especial	82.060,46
381	30/06/2011	Transferência	1.01.xxx Banco Y	2.01.xxx Banco Y - Ch.Especial	41.494,01
426	31/08/2011	Transferência	1.01.xxx Banco Y	2.01.xxx Banco Y - Ch.Especial	94.828,21
447	30/09/2011	Transferência	1.01.xxx Banco Y	2.01.xxx Banco Y - Ch.Especial	78.735,54
467	31/10/2011	Transferência	1.01.xxx Banco Y	2.01.xxx Banco Y - Ch.Especial	73.483,36
487	30/11/2011	Transferência	1.01.xxx Banco Y	2.01.xxx Banco Y - Ch.Especial	87.183,14
510	31/12/2011	Transferência	1.01.xxx Banco Y	2.01.xxx Banco Y - Ch.Especial	125.084,99
532	31/01/2012	Transferência	1.01.xxx Banco Y	2.01.xxx Banco Y - Ch.Especial	141.334,89
551	29/02/2012	Transferência	1.01.xxx Banco Y	2.01.xxx Banco Y - Ch.Especial	160.486,16
574	31/03/2012	Transferência	1.01.xxx Banco Y	2.01.xxx Banco Y - Ch.Especial	178.529,76
594	30/04/2012	Transferência	1.01.xxx Banco Y	2.01.xxx Banco Y - Ch.Especial	147.681,16
616	31/05/2012	Transferência	1.01.xxx Banco Y	2.01.xxx Banco Y - Ch.Especial	215.535,56
637	30/06/2012	Transferência	1.01.xxx Banco Y	2.01.xxx Banco Y - Ch.Especial	141.231,02
659	31/07/2012	Transferência	1.01.xxx Banco Y	2.01.xxx Banco Y - Ch.Especial	129.161,79
702	30/09/2012	Transferência	1.01.xxx Banco Y	2.01.xxx Banco Y - Ch.Especial	114.961,93
744	30/11/2012	Transferência	1.01.xxx Banco Y	2.01.xxx Banco Y - Ch.Especial	56.421,19
				Total	2985745,77

Fonte: elaborado pelos autores (2018).

4.4 Sucessivas transferências entre contas bancárias da empresa.

Conforme o Quadro 5, o modelo também evidenciou diversos lançamentos contábeis de transferência de valores monetários entre as diversas contas bancárias da empresa.

A priori, as transações acima descritas não sugerem indícios de irregularidades ou erros contábeis. Entretanto, levando-se em consideração o valor e a quantidade de transações efetuadas, e tendo em vista que as origens de

recursos destas transferências podem advir dos aportes financeiros fictícios e/ou de lançamentos com falta de clareza em seu respectivo histórico, faz-se necessário que o auditor analise com maior profundidade a veracidade desses lançamentos. Por fim, como destacado pelo auditor fiscal da SEF-SC responsável pela auditoria dessa empresa, tais fatos contábeis não foram analisados durante o processo de fiscalização por não terem sido detectados no momento oportuno.

Ressalta-se que, apesar de o modelo proposto na presente pesquisa ser mais simples do que os apresentados por Gaganis, Pasiouras e Doumpos (2007), ou por Beldona e Francis (2007), e semelhante ao de Ribeiro e Dias Filho (2007), os resultados encontrados pela presente pesquisa têm a vantagem de terem sido validados, já que apresentaram compatibilidade com os achados evidenciados (aportes fictícios de Capital Social) por meio das técnicas tradicionais utilizadas pelos auditores da SEF-SC.

Quadro 5 – Relação de transferências entre contas bancárias da empresa

N.º do Caso	Data	Histórico	Débito	Crédito	Valor
195	05/10/2010	Transferência	1.01.xxx Banco X	1.01.xxx Banco Z	40.000,00
218	05/11/2010	Transferência	1.01.xxx Banco X	1.01.xxx Banco Y	19.000,00
218	05/11/2010	Transferência	1.01.xxx Banco X	1.01.xxx Banco Y	40.000,00
221	10/11/2010	Transferência	1.01.xxx Banco Z	1.01.xxx Banco X	15.000,00
223	12/11/2010	Transferência	1.01.01.01.001 Caixa	1.01.xxx Banco Z	3.500,00
223	12/11/2010	Transferência	1.01.xxx Banco Z	1.01.xxx Banco W	30.000,00
237	03/12/2010	Transferência	1.01.xxx Banco Z	1.01.xxx Banco W	25.000,00
237	03/12/2010	Transferência	1.01.xxx Banco X	1.01.xxx Banco W	30.000,00
257	03/01/2011	Transferência	1.01.xxx Banco X	1.01.xxx Banco W	34.000,00
345	10/05/2011	Transferência	1.01.xxx Banco Y	1.01.xxx Banco X	100.000,00
381	30/06/2011	Transferência	1.01.xxx Banco X	1.01.xxx Banco Y	25.000,00
415	16/08/2011	Transferência	1.01.xxx Banco W	1.01.xxx Banco X	20.000,00
415	16/08/2011	Transferência	1.01.xxx Banco X	1.01.xxx Banco Y	20.000,00
415	16/08/2011	Transferência	1.01.xxx Banco X	1.01.xxx Banco Y	18.000,00
430	06/09/2011	Transferência	1.01.xxx Banco X	1.01.xxx Banco W	31.000,00
471	07/11/2011	Transferência	1.01.01.01.001 Caixa	1.01.xxx Banco Y	12.000,00
471	07/11/2011	Transferência	1.01.xxx Banco X	1.01.xxx Banco W	47.000,00
487	30/11/2011	Transferência	1.01.xxx Banco X	1.01.xxx Banco Y	14.000,00
487	30/11/2011	Transferência	1.01.01.01.001 Caixa	1.01.xxx Banco Y	14.000,00
501	20/12/2011	Transferência	1.01.xxx Banco Y	1.01.xxx Banco Y	95.000,00
501	20/12/2011	Transferência	1.01.xxx Banco X	1.01.xxx Banco X	6.000,00
501	20/12/2011	Transferência	1.01.xxx Banco X	1.01.xxx Banco X	6.000,00
543	15/02/2012	Transferência	1.01.xxx Banco Y	1.01.xxx Banco W	70.000,00
566	21/03/2012	Transferência	1.01.xxx Banco Y	1.01.xxx Banco W	100.000,00
582	12/04/2012	Transferência	1.01.xxx Banco Y	1.01.xxx Banco W	100.000,00
603	14/05/2012	Transferência	1.01.xxx Banco Y	1.01.xxx Banco W	100.000,00
646	12/07/2012	Transferência	1.01.xxx Banco Y	1.01.xxx Banco W	100.000,00
652	20/07/2012	Transferência	1.01.xxx Banco W	1.01.xxx Banco Y	70.000,00
669	14/08/2012	Transferência	1.01.xxx Banco Y	1.01.xxx Banco W	120.000,00
686	06/09/2012	Transferência	1.01.xxx Banco W	1.01.xxx Banco Y	50.000,00
686	06/09/2012	Transferência	1.01.xxx Banco X	1.01.xxx Banco W	11.500,00
689	12/09/2012	Transferência	1.01.xxx Banco Y	1.01.xxx Banco W	120.000,00
707	05/10/2012	Transferência	1.01.xxx Banco W	1.01.xxx Banco Y	44.000,00
707	05/10/2012	Transferência	1.01.xxx Banco X	1.01.xxx Banco W	12.800,00
711	11/10/2012	Transferência	1.01.xxx Banco Y	1.01.xxx Banco W	120.000,00
733	14/11/2012	Transferência	1.01.xxx Banco Y	1.01.xxx Banco W	140.000,00
736	20/11/2012	cheque No. 344	1.01.01.01.001 Caixa	1.01.xxx Banco Y	5.500,00
736	20/11/2012	Transferência	1.01.xxx Banco W	1.01.xxx Banco Y	15.000,00
736	20/11/2012	Transferência	1.01.xxx Banco X	1.01.xxx Banco W	4.000,00
744	30/11/2012	Transferência	1.01.xxx Banco W	1.01.xxx Banco Y	11.000,00
752	12/12/2012	Transferência	1.01.xxx Banco Y	1.01.xxx Banco W	100.000,00
752	12/12/2012	Transferência	1.01.xxx Banco X	1.01.xxx Banco W	2.000,00
				Total	1.940.300,00

Fonte: elaborado pelos autores (2018).

5. Conclusão

O Estado tem-se deparado com inúmeras práticas ilegais de sonegação de impostos, contabilizando um enorme prejuízo financeiro e social para o país. Conforme destacado, estima-se que a prática de sonegação consuma mais de 20% do PIB

do Estado de Santa Catarina. Buscando mitigar ao máximo essa prática, o Estado utiliza-se de diferentes mecanismos para evitar que a evasão fiscal das receitas ocorra. O objetivo do presente trabalho foi demonstrar como o uso de métodos alternativos para evidenciação de indícios de fraudes tributárias, especi-

ficamente o uso Regressão Linear e a análise dos resíduos dessa regressão, podem ajudar no processo de auditoria fiscal. Para alcançar esse objetivo, foi realizado um estudo de caso em uma empresa com irregularidades fiscais comprovadas pela SEF-SC.

A título de exemplo, quando se verificou a falta de relação linear

entre as variáveis Diminuições em Clientes/Duplicatas a receber e Aumentos nos Ingressos de recursos no disponível (Caixas e Bancos), gerou-se uma oportunidade de reflexão acerca dos recursos utilizados para fazer face ao fluxo de caixa operacional da empresa. Conforme demonstrado, com a adoção do modelo proposto, houve objetividade na verificação do suprimento de disponibilidades por meio de sucessivos aportes fictícios de capital social (os mesmos que a SEF-SC havia encontrado), sobretudo quando comparada à metodologia subjetiva normalmente utilizada. Outro ponto importante foi a verificação de outros lançamentos contábeis que, durante o trabalho de auditoria, mereciam análise pormenorizada do auditor fiscal, mas por não terem sido detectados no momento oportuno, foram preteridos de análise durante o processo de fiscalização.

Os resultados também apresentaram ausência de problemas significativos entre as variáveis Prestação de serviços a prazo e Aumentos em

Clientes/Duplicatas a receber, levando-se em consideração o erro tolerável de 5% para R^2 estipulado pelo presente trabalho. Entretanto, não se pretende afirmar que a empresa não apresentou irregularidades nesses lançamentos, pois, na prática, sabe-se que os ilícitos tributários abrangem uma gama de práticas evasivas.

Conclui-se que o uso da Regressão Linear Simples e sua eventual análise dos resíduos podem contribuir na identificação de indícios de erros e/ou de fraudes tributárias, conclusões similares às de Ribeiro e Dias Filho (2007). A adesão a esses tipos de ferramentas estatísticas aumenta a segurança e a confiabilidade da fiscalização, reduzindo o risco de auditoria inerente ao trabalho do Fisco. O resultado direto do uso dessas ferramentas estatísticas é a identificação dos pontos mais vulneráveis nas demonstrações contábeis analisadas, o que torna a auditoria tributária mais seletiva, priorizando contas e transações contábeis que apresentem maior potencial de risco.

Acredita-se que o maior ganho para a academia e para a prática de

auditoria seja a validação dos resultados alcançados pela presente pesquisa, já que o uso das técnicas testadas (técnicas estatísticas alternativas) evidenciaram diversos indícios de fraudes tributárias, entre os quais alguns (aportes fictícios de Capital Social) já haviam sido devidamente comprovados como fraudes tributárias pelos auditores da SEF-SC. Além disso, a pesquisa apontou outros indícios que não foram apurados tempestivamente pelos auditores. Esses indícios, todavia, carecem de validação nesta pesquisa.

Por se tratar de um estudo de caso e de sua característica não generalista, é importante que estudos adicionais procurem entender melhor o uso de ferramentas deste tipo. Além disso, sugere-se que os procedimentos utilizados nesta pesquisa sejam replicados em outros casos onde já se tem a comprovação de fraudes tributárias, como no caso da presente pesquisa. Outras relações podem ser testadas, como, por exemplo, as relações entre os estoques, os fornecedores e as saídas de caixa.

6. Referências

ALEXANDRE, R.. *Direito tributário esquematizado*. 2. ed. São Paulo: Método, 2008.

AZEVEDO, R. R.; LINO, A. F. O Distanciamento entre as Normas de Auditoria e as Práticas nos Tribunais de Contas. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, v. 13, n. 2, p. 9-27, 2018.

BARBETTA, P. A.; REIS, M. M.; BORNIA, A. C. *Estatística para cursos de engenharia e informática*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BOYNTON, W. C., JOHNSON, R. N. e KELL, W. G. Tradução de Evaristo dos Santos. *Auditoria*. São Paulo: Atlas, 2002.

CARVALHO, S.; CAMPOS, W. S.. *Estatística básica simplificada*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

CREPALDI, S. A.; CREPALDI, G. S.. *Auditoria Contábil: teoria e prática*, 10ª ed., São Paulo: Atlas, 2016.

BELDONA, S.; FRANCIS, V. E. Regression analysis for equipment auditing. *Analysis for equipment auditing*, v. 22, n. 8, p. 809-822, 2007.

BRASIL. Lei Federal n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil Brasileiro. Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/10406.htm>. Acesso em 13/06/2014.

BRASIL. Lei n.º 5.172, de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5172.htm>. Acesso em 01/03/2019.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Norma Brasileira de Contabilidade-NBC TA 200 (R1). Objetivos gerais do auditor independente e a condução da auditoria em conformidade com normas de auditoria. Publicado no Diário Oficial da União em 05/09/2016. Disponível em <[http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTA200\(R1\)](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTA200(R1))>. Acesso em 01/03/2019.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Normas Brasileira de Contabilidade. Resolução CFC N.º. 1.222, de 27 de novembro de 2009. Aprova a NBC TA 530 – Amostragem em Auditoria. Disponível em <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2009/001222>. Acesso em 13/06/2014.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Norma Brasileira de Contabilidade-ITG 2000 (R1). Escrituração Contábil. Publicado no Diário Oficial da União em 12/12/2014. Disponível em < [http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2014/ITG2000\(R1\)](http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2014/ITG2000(R1))>. Acesso em 20/05/2019.

CUNHA, P. R.; BEUREN, I. M. Técnicas de amostragem utilizadas nas empresas de auditoria independente estabelecidas em Santa Catarina. *Revista Contabilidade & Finanças – USP*, São Paulo, n. 40, p. 67 – 86, 2006.

GAGANIS, C.; PASIOURAS, F.; DOUMPOS, M.. Probabilistic neural networks for the identification of qualified audit opinions. *Expert Systems with Applications*, v. 32, p. 114-124, 2007.

HANLON, M., MAYDEW, E. L.; THORNOCK, J. R. Taking the long way home: US tax evasion and offshore investments in US equity and debt markets. *The Journal of Finance*, v. 70, n. 1, p. 257-287, 2015.

HITZIG, N. B. Audit sampling: A survey of current practice. *The CPA Journal*, v. 65, n. 7, 1995.

JANVRIN, D; BIERSTAKER, J.; LOWE, D. J. An examination of audit information technology use and perceived importance. *Accounting Horizons*, v. 22, n. 1, p. 1-21, 2008.

JORDÃO, R. V. D., SILVA, M. S., BRASIL, H. G.; VASCONCELOS, M. C. R. L.. Um caleidoscópio de perspectivas sobre o sistema público de escrituração digital-SPED. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, v., n. 26, p. 119-140, 2015.

KAMOLOV, S. Digital public governance: Trends and risks. *Journal of Constitutional History*, v. 33, p. 185-194, 2017.

LEE, M. H.; LIO, M. C. (2016). The impact of information and communication technology on public governance and corruption in China. *Information Development*, v. 32, n. 2, 127-141, 2016.

MATOS, T. M. P.; SANTOS, O. M. D.; RODRIGUES, A.; LEITE, R. O. Lobbying na Regulação de Auditoria no Âmbito do IAASB. *Revista Contabilidade & Finanças - USP*, v. 29, n. 77, p. 246-265, 2018.

PEREIRA, M. Sonegação atinge 20% do PIB de Santa Catarina. *NSC Total*. Florianópolis, set/2018. Disponível em <https://www.nscotal.com.br/colunistas/moacir-pereira/sonegacao-atinge-20-do-pib-de-santa-catarina>> Acesso em 01/03/2019.

FRANCO, H.; MARRA, E.. *Auditoria contábil: normas de auditoria, procedimentos e papéis de trabalho, programas de auditoria, relatórios de auditoria*. São Paulo: Atlas, 2001.

RIBEIRO, J. M.; DIAS FILHO, J. M.. Aplicação de métodos quantitativos em auditoria: propostas para otimizar procedimentos e reduzir riscos. *Revista de Contabilidade e Organizações – FEARP/USP*, v. 1, n. 1, p. 43– 59, 2007.

IRANDOUST, M. Government spending and revenues in Sweden 1722–2011: evidence from hidden cointegration. *Empirica*, v. 45 n. 3, p. 543-557, 2018.

ROCHA, J. M.. *Direito Tributário*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Editora Ferreira, 2007.

TEO, T. S.; SRIVASTAVA, S. C.; JIANG, L. (2008). Trust and electronic government success: An empirical study. *Journal of management information systems*, v. 25, n. 3, p. 99-132, 2008.



Análise da qualidade da prestação de serviços contábeis e os reflexos no desempenho empresarial segundo a ótica dos clientes

A percepção dos clientes quanto à qualidade na prestação do serviço é um fator fundamental a ser observado pelas empresas do ramo contábil. A qualidade percebida se torna uma vantagem competitiva e contribui com o propósito das empresas contábeis em manter e atrair novos clientes. Desse modo, torna-se importante compreender qual o papel da qualidade percebida no desempenho das empresas contábeis em relação à perspectiva de clientes e quais aspectos da qualidade são mais importantes e que carecem de maior esforço e investimento. Portanto, este trabalho objetivou avaliar a qualidade do serviço contábil prestado e relacioná-la com as medidas de avaliação de desempenho dos clientes, tais como satisfação, lealdade e propensão em recomendar a empresa (boca a boca). Por meio de um levantamento com empresas tomadoras do serviço contábil, este estudo identificou uma relação positiva entre a qualidade percebida e o desempenho com os clientes. Ademais, entre as diversas características da qualidade de serviços, a confiabilidade e segurança do serviço foram as que apresentaram maior grau de associação com o desempenho de clientes. Portanto, este estudo contribui com as empresas prestadoras de serviços contábeis ao indicar a importância da gestão e monitoramento das respostas dos clientes e ao evidenciar aspectos que devem ser priorizados para um melhor desempenho empresarial.

Valter da Silva Faia

Graduado em Ciências Contábeis, Especialista em Contabilidade e Controladoria e Mestre e Doutor em Administração. Professor do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Maringá.

E-mail: vsfaia@uem.br

Cauana Paola Bordin Silva

Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Maringá.

E-mail: cauana_bordin@hotmail.com

Nilton Facci

Graduado em Ciências Contábeis, Mestre em Contabilidade e Controladoria e Doutor em Administração Pública. Professor do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Maringá.

E-mail: nfacci@gmail.com

2157 – Recebido em 18/3/2019. Distribuído em 18/3/2019 e 29/4/2019. Pedido de revisão em 4/7/2019. Resubmetido pelo autor em 23/7/2019. Aprovado em 7/8/2019, na quarta rodada, por três membros do Conselho Editorial. Publicado na edição setembro-outubro de 2019. Organização responsável pelo periódico: Conselho Federal de Contabilidade.

1. Introdução

O ramo de prestação de serviços está evoluindo e se modificando, impulsionado, especialmente, por grandes avanços tecnológicos e pelas mudanças nas preferências e hábitos dos consumidores (PWC, 2017). Para se adaptar a essa evolução e para atender ao propósito organizacional de manter os clientes atuais e atrair novos clientes (LEVITT, 1991), as organizações prestadoras de serviços buscam cada vez mais formas de inovar e de manter a qualidade do serviço. O objetivo é atingir níveis adequados de desempenho com os clientes como forma de se consolidar no mercado e garantir a continuidade das operações.

Um dos objetivos centrais de qualquer sistema de mensuração e avaliação de desempenho com os clientes é o grau de satisfação (MARCHETTI; PRADO, 2001). A satisfação do cliente depende diretamente da percepção sobre o serviço que lhe foi entregue em relação às expectativas que foram criadas pelos consumidores previamente. Se as expectativas dos clientes com o serviço forem alcançadas, estes ficarão satisfeitos e tenderão a propagar dizeres positivos da empresa (boca a boca positivo) e a se relacionar mais vezes com a empresa

no futuro (BATESON; HOFFMAN, 2016). Se as expectativas não forem alcançadas, a insatisfação gerada aumentará o número de reclamações, os clientes passarão a propagar dizeres negativos sobre a empresa (boca a boca negativo), a reputação e imagem serão prejudicadas e, se os níveis de satisfação permanecerem baixos, os riscos de descontinuidade da empresa ao longo do tempo se tornarão maiores (KOTLER; KELLER, 2007).

Um dos fatores essenciais para a garantia da satisfação dos clientes se refere à qualidade do serviço prestado (KOTLER; KELLER, 2007). A qualidade é um conjunto de características de um serviço ou de um produto que podem afetar a sua capacidade de satisfazer, ou não, às necessidades do cliente (TINOCO; RIBEIRO, 2008). Logo, uma empresa que consegue satisfazer às necessidades dos seus clientes por um tempo maior, pode ser reconhecida como uma empresa de qualidade (BATESON; HOFFMAN, 2016).

Na prestação de serviços, a percepção de qualidade do cliente é um fator fundamental para a sobrevivência das empresas e, de modo geral, é um fator decisivo para a escolha do consumidor (SHIGUNOV, 2003). Sendo assim, as avaliações de qualidade são também funda-

mentais no contexto da prestação de serviços contábeis. Para se consolidar no mercado, as empresas prestadoras de serviços contábeis devem buscar maneiras de se renovar a cada dia, levando aos seus clientes inovações e aperfeiçoando os serviços já existentes, a fim de buscar, por meio da qualidade do serviço, altos níveis de satisfação (MOREIRA et al., 2009). As empresas que forem capazes de fornecer informações úteis e relevantes aos seus clientes certamente conseguirão garantir sua sobrevivência e obter resultados melhores no mercado (CARVALHO et al., 2008).

Portanto, pode-se dizer que o serviço prestado pelas empresas de contabilidade deve ir além de cálculos de impostos e cumprimento de legislações trabalhistas e fiscais, tendo no suporte gerencial uma oportunidade de agregar valor aos clientes, indispensável para o sucesso nos negócios (PALMA, 2006). Ou seja, o suporte gerencial é uma alternativa para as empresas de contabilidade melhorarem seus serviços por meio da oferta de ferramentas e informações úteis à gestão das empresas (MACIEL; MARTINS, 2018). A informação gerencial gerada pelas empresas de contabilidade é de grande importância para que os gestores das empresas-clien-

“Para se consolidar no mercado, as empresas prestadoras de serviços contábeis devem buscar maneiras de se renovar a cada dia, levando aos seus clientes inovações e aperfeiçoando os serviços já existentes.”

tes possam tomar a melhor decisão e, assim, atingirem um nível de desempenho melhor no seu ramo de atuação (PALMA, 2006; MOREIRA et al., 2013). Dessa forma, sugere-se que à medida que as empresas prestadoras de serviço contábil agregam valor à gestão empresarial da sua carteira de clientes, as avaliações da qualidade dos serviços se tornam melhores, assim como as avaliações de satisfação.

No entanto, uma pesquisa recente do Sebrae (2016a) sobre a relação dos contadores com as MPes aponta que existe uma grande diferença entre a percepção das empresas de contabilidade em relação ao serviço que foi prestado e a visão da empresa-cliente em relação ao serviço que foi recebido. A pesquisa aponta que, de forma geral, as empresas de contabilidade afirmam que o serviço oferecido é de alta qualidade e que disponibilizam, além dos serviços básicos, informações úteis à gestão dos negócios. Por outro lado, tem-se a visão das empresas-cliente que, em sua maioria, não observam os serviços recebidos com altos níveis de utilidade. Logo, pode-se notar a existência de uma lacuna entre as percepções dos tomadores e dos prestadores de serviços (SPINA; GIRALDI; OLIVEIRA, 2013), indicando que as empresas contratantes dos serviços contábeis não estão satisfeitas com o serviço prestado, ao contrário do que os gestores das empresas de contabilidade pensam.

Deste modo, este estudo se justifica pela importância da mensuração, segundo a ótica dos clientes, da qualidade na prestação dos serviços contábeis, cujo interesse não é apenas avaliar os níveis de qualidade em diferentes dimensões da prestação de serviços, mas também de re-

lacioná-los com variáveis importantes de desempenho em relação aos clientes, tais como a satisfação dos clientes, a intenção deles em propagar dizeres positivos e a intenção de continuar o relacionamento com a empresa. Sendo assim, este trabalho tem como objetivo avaliar a qualidade do serviço contábil prestado e relacioná-la com as medidas de avaliação de desempenho dos clientes.

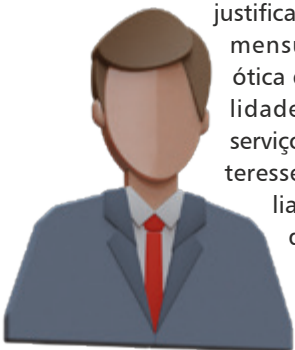
Por meio de um levantamento com empresas tomadoras dos serviços contábeis, este estudo identificou a relação entre a qualidade dos serviços contábeis prestados e medidas de desempenho de clientes, tais como satisfação, boca a boca positiva e lealdade. Ademais, sabe-se que a qualidade da prestação de serviços é um conceito multidimensional (SPINA; GIRALDI; OLIVEIRA, 2013). Para mensurar a qualidade, adotou-se o instrumento Servqual (PARASURAMAN; ZEITHAML; BERRY, 1988), o qual é composta pelas seguintes dimensões: Tangibilidade, Confiabilidade, Capacidade de Resposta, Empatia e Segurança do Serviço. Deste modo, além de evidenciar a associação entre a qualidade e as medidas de desempenho dos clientes, este estudo demonstrou os elementos da qualidade de maior associação e que merecem mais atenção e investimentos dos prestadores de serviços contábeis.

Além desta introdução, o presente trabalho está organizado da seguinte forma: primeiramente, é apresentado um referencial teórico sobre a qualidade percebida na prestação de serviços e sobre as medidas de avaliação de desempenho organizacional em relação aos clientes. Posteriormente, os procedimentos metodológicos e os resultados do levantamento realizado são apresentados. Por fim, são discutidas as principais conclusões e contribuições do trabalho, bem como são apresentadas as referências adotadas.

2. Qualidade Percebida na Prestação de Serviço

Define-se a percepção de qualidade do serviço como o “julgamento dos consumidores sobre a excelência ou superioridade geral de uma organização (...), relacionada, mas não equivalente à satisfação, e que resulta da comparação entre as expectativas e a percepção do serviço recebido” (PARASURAMAN; ZEITHAML; BERRY, 1988, p. 15). Assim, se um serviço atende às expectativas que foram estabelecidas previamente pelos clientes, cria-se uma percepção positiva da qualidade do serviço, o que representa “uma maneira de obter sucesso em relação a serviços concorrentes, especialmente quando várias empresas que fornecem serviços quase idênticos concorrem em uma área pequena” (SPINA; GIRALDI; OLIVEIRA, 2013, p. 97). Ademais, avaliar a qualidade a partir da percepção dos clientes possui grande relevância gerencial, pois, mesmo que haja uma qualidade técnica, ela pode não ser percebida e valorizada pelos clientes (VIEIRA, 2011).

O conceito de qualidade percebida é baseado na noção de desconformidade, no qual se comparam expectativas com performance (MARCHETTI; PRADO, 2001). Quando esta comparação é desfavorável, ou seja, as expectativas prévias dos clientes não foram atendidas pelo serviço prestado, há uma lacuna, a qual deve ser examinada pelos gestores no objetivo de diminuí-la (BATESON; HOFFMAN, 2016). Para tanto, os gestores precisam, inicialmente, avaliar a diferença entre o que os clientes esperam do serviço e o que a empresa pensa que eles esperam (lacuna de conhecimento). Uma vez identificado o que os clientes esperam é preciso avaliar se os padrões estabelecidos pela empresa são congruentes com as expectativas deles (lacuna de padrões).



“A intangibilidade se refere à entrega de um produto incorpóreo, que não pode ser tocado, visto ou provado antes da compra como ocorre com um bem. Portanto, a avaliação do serviço tende a ser mais subjetiva do que a avaliação de um bem tangível.”

Posteriormente, a diferença a ser reduzida é relacionada ao padrão de serviço estabelecido e o serviço que é efetivamente realizado (lacuna de entrega). Por fim, os gestores devem avaliar a diferença entre o serviço entregue e o serviço que foi prometido (lacuna de comunicações). À medida que essas diferenças forem sanadas, menor será a lacuna de serviços e maiores serão os índices de qualidade das empresas prestadoras de serviços (BATESON; HOFFMAN, 2016).

A prestação de serviços possui algumas peculiaridades que a distinguem da produção de bens e que são importantes para compreensão da percepção da qualidade de serviços por parte dos clientes. São elas a intangibilidade, a inseparabilidade, a variabilidade e a perecibilidade (KOTLER; ARMSTRONG, 2014). A intangibilidade se refere à entrega de um produto incorpóreo, que não pode ser tocado, visto ou provado antes da compra como ocorre com um bem. Portanto, a avaliação do serviço tende a ser mais subjetiva do que a avaliação de um bem tangível. A inseparabilidade se refere a não separação do produto de seu provedor, logo a produção e o consumo ocorrem simultaneamente. Portanto, o cliente não tem condições de avaliar apenas o pro-

duto final da prestação de serviços, mas avalia também todo o processo. A variabilidade se refere a condição de que os serviços dependem de quem os executam e de quando, onde e como eles são executados. A variabilidade torna difícil o estabelecimento de padrões de qualidade e a uniformidade. Finalmente, a perecibilidade se refere a impossibilidade de armazenamento do serviço para venda ou uso posterior (BATESON; HOFFMAN, 2016).

Estas características tornam mais complexa a mensuração e o gerenciamento da qualidade dos serviços (PENA et al., 2013). Por exemplo, diferentemente de um bem, cujo um produto com uma não conformidade percebida durante o processo produtivo pode ser facilmente descartado, na prestação de serviços, uma não conformidade no processo será imediatamente percebida pelo consumidor, uma vez que a produção e o consumo são inseparáveis. Na produção de bens, os clientes avaliam o produto finalizado, enquanto na prestação de serviços, os clientes não avaliam somente o resultado, mas também todo o processo (PENA et al., 2013; BATESON; HOFFMAN, 2016). Do mesmo modo, estabelecer um padrão mínimo de qualidade dos produtos na produção de bens é mais fácil do que na

prestação de serviços, devido à característica da variabilidade. Portanto, garantir a qualidade dos serviços é um desafio a ser superado constantemente pelas empresas (BATESON; HOFFMAN, 2016).

Uma alternativa para auxiliar os gestores na mensuração e, consequentemente, na gestão da qualidade de serviços é o uso de escalas a serem aplicadas com os clientes (LOPES; HERNANDEZ; NOHARA, 2009). Dentre os diversos instrumentos, destaca-se na literatura de serviços a escala Servqual, desenvolvida por Parasuraman, Zeithaml e Berry (1988). Esta escala é composta por cinco dimensões da qualidade, representando características genéricas da prestação de serviços, as quais são subdivididas “em itens que delimitam serviço sob o ponto de vista do cliente que irá julgá-lo” (SALOMI; MIGUEL; ABACKERLI, 2005, p. 281). As cinco dimensões da escala Servqual são (SPINA; GIRALDI; OLIVEIRA, 2013; PENNA et al., 2013; BATESON; HOFFMAN, 2016):

- Tangibilidade: capacidade que a empresa tem de gerenciar os aspectos físicos fornecidos aos usuários. Envolve aspectos como a modernidade dos equipamentos, boa aparência das instalações, funcionários e materiais, entre outros;

- **Confiabilidade:** capacidade que a empresa tem em cumprir com o que foi prometido, como por exemplo, entregar o que foi cumprido, entregar no prazo acordado e ausência de erros.
- **Responsividade:** compromisso da empresa em atender ao cliente prontamente, evidenciando disposição e capacidade para atender as suas demandas e o mantendo informado sobre os prazos.
- **Segurança:** inspiração de confiança e segurança ao cliente nas transações por meio da competência e a cortesia dos empregados.
- **Empatia:** capacidade da empresa em oferecer atenção individualizada ao cliente e em demonstrar a ele que os seus interesses e necessidades são conhecidas e respeitadas.

As cinco dimensões e os atributos observáveis em cada uma delas estão descritos no Quadro 1.

A operacionalização da escala Servqual é baseada na noção de desconformidade (MARCHETTI; PRADO, 2001). Primeiro, os clientes informam o seu grau de expectativa e, segundo, a percepção de desempenho em relação a cada item da escala. Portanto, cada item obterá um valor da diferença entre a expectativa e o desempenho, o qual pode ser avaliado individualmente; compor a média dos itens de uma mesma dimensão; ou compor a média geral dos itens e constituir uma Medida de Superioridade do Serviço (MSS) (MARCHETTI; PRADO, 2001; LOPES; HERNANDEZ; NOHARA, 2009). Neste estudo, optou-se por mensurar apenas a percepção de desempenho do cliente, constituindo uma medida de desempenho percebido em relação aos atributos da qualidade do serviço. Esta medida de desempenho foi relacionada com outras medidas de desempenho em relação aos clientes.

3. Desempenho com os Clientes

Para muitas empresas, especialmente aquelas em mercados competitivos, o sucesso da estratégia e os bons resultados financeiros são precedidos de bons resultados com os clientes (ATKINSON et al., 2015). As empresas precisam compreender as necessidades de seus clientes e a oferecer soluções que as satisfaçam, como forma de obter vantagens competitivas e garantir um desempenho financeiro superior em longo prazo (KAPLAN; NORTON, 1997). Desse modo, é importante que as empresas monitorem o seu desempenho por meio de métricas como os índices de satisfação, lealdade e boca a boca.

O conceito de Satisfação se assemelha ao conceito de Qualidade, pois ambos se referem à comparação entre o que foi oferecido ao cliente com o que de fato foi realizado (BATESON; HOFFMAN, 2016). De acordo com Grönroos (2004), primeiro, o cliente avalia a qualidade do serviço, para depois definir se está satisfeito ou não. Portanto,

apesar de os conceitos serem semelhantes, eles se diferem em termos operacionais e de unidade de análise (BATESON; HOFFMAN, 2016). Ao mensurar a qualidade, o foco deve ser a avaliação do processo e dos meios, enquanto na avaliação da satisfação, o foco é o resultado do serviço e o sentimento do cliente em relação ao que lhe foi entregue (MARCHETTI; PRADO, 2001). As empresas devem almejar clientes altamente satisfeitos, pois estes clientes costumam apresentar comportamentos positivos, como altas taxas de recompra, relacionamentos em longo prazo, propagando positiva (boca a boca) e uma resiliência diante de falhas nos serviços recebidos (KOTLER, 2005; BATESON; HOFFMAN, 2016; MATOS et al., 2009).

A satisfação é uma importante medida de desempenho, mas pode haver um distanciamento da intenção do cliente em manter um relacionamento com a empresa prestadora de serviços (ATKINSON et al., 2015). Clientes moderadamente satisfeitos podem optar pela concorrência diante da oferta de outros atributos de valor. Desse

Quadro 1 - Atributos da escala Servqual

<p>Confiabilidade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Entregar o serviço como prometido. • Mostrar segurança ao líder com os problemas de serviço do cliente. • Entregar o serviço certo na primeira vez. • Entregar os serviços no prazo prometido. • Manter registros sem erro. <p>Capacidade de Resposta</p> <ul style="list-style-type: none"> • Manter o cliente informado sobre a data em que o serviço será realizado. • Efetuar um atendimento rápido dos clientes. • Mostrar disposição para ajudar os clientes. • Estar preparado para atender às solicitações do cliente. <p>Itens Tangíveis</p> <ul style="list-style-type: none"> • Equipamentos modernos • Instalações com visual atraente • Funcionários com aparência asseada e profissional • Materiais visualmente atraentes associados ao serviço 	<p>Empatia</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dar aos clientes atenção individual. • Dispor de funcionários que tratam os clientes com atenção. • Ter em mente os melhores interesses dos clientes. • Dispor de funcionários que entendem as necessidades do cliente. • Oferecer horário de funcionamento conveniente. <p>Segurança</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dispor de funcionários que inspiram confiança nos clientes. • Fazer os clientes se sentirem seguros em suas transações. • Dispor de Funcionários que são consistentemente cordiais. • Dispor de funcionários que têm o conhecimento necessário para responder às perguntas do cliente.
---	--

Fonte: Kotler e Keller (2007)

modo, faz-se necessário mensurar as intenções dos clientes em contratar novos serviços ou em manter o relacionamento com a empresa no futuro, denominada, neste estudo, “lealdade”. Clientes leais são menos custosos para a empresa, requerem menos esforços de marketing, podem ser fontes espontâneas de propaganda positiva e são mais propensos a pagar preços maiores (ATKINSON et al., 2015).

No entanto, os clientes podem se manter leais em um relacionamento devido à inércia, ao alto custo de troca ou à ausência de competidores superiores, revelando que os índices de lealdade e satisfação não necessariamente são relacionados ao crescimento futuro dos prestadores de serviços maiores (ATKINSON et al., 2015). Portanto, uma medida de desempenho de clientes complementar e fortemente relacionada ao crescimento e ao lucro das empresas é a disposição dos clientes em recomendar a empresa (ATKINSON et al., 2015). A recomendação revela um grau de confiança maior do cliente, pois eles imaginam que seus amigos e colegas serão bem tratados pela empresa, além de implicar custos menores de marketing (ATKINSON et al., 2015).

4. Procedimentos Metodológicos

O presente trabalho tem como objetivo geral avaliar a qualidade do serviço contábil prestado e relacioná-la com as medidas de avaliação de desempenho dos clientes, tais como Satisfação, Lealdade e Boca a Boca. Para tanto, realizou-se um estudo descritivo e quantitativo por meio de um levantamento com as empresas clientes de empresas prestadoras de serviços contábeis (GIL, 2008). A coleta de dados ocorreu nos meses de julho e agosto de 2018, totalizando 63 em-

presas, distribuídas em nove cidades diferentes da região noroeste do Estado do Paraná. A técnica de amostragem foi a não probabilística por conveniência (MALHOTRA, 2019). Portanto, as empresas respondentes foram selecionadas pelos pesquisadores em função da disponibilidade e do acesso direto. Por meio de visitas aos empreendimentos e após as explicações do objetivo da pesquisa, foram entregues questionários aos respondentes, os quais necessariamente deveriam ser proprietários ou administradores.

O questionário utilizado foi do tipo estruturado e reuniu perguntas para avaliar a percepção dos clientes quanto à qualidade do serviço contábil recebido e o desempenho do prestador de serviço (MALHOTRA, 2019). Para mensurar a qualidade da prestação de serviços contábeis, foi utilizada a escala Servqual, extraída de Vieira (2011). Esta escala propõe a mensuração da qualidade dos serviços a partir de 22 itens organizados em cinco dimensões: Tangibilidade (4 itens), Confiabilidade (5 itens), Responsividade (4 itens), Segurança (4 itens) e Empatia (5 itens). O desempenho das empresas prestadoras de serviços foi mensurado por meio das medidas de Satisfação, Lealdade e Boca a Boca. A satisfação dos clientes foi mensurada por 4 itens extraídos de Vieira (2011), enquanto a lealdade e a propensão dos clientes em dizer coisas positivas da empresa (boca a boca) foram mensuradas por 2 itens cada extraídos do estudo de Faia, Vieira e Barreto (2014). Estas escalas foram apresentadas aos respondentes na forma de uma escala do tipo Likert de sete pontos, no qual os respondentes deveriam informar o quanto eles concordavam ou discordavam da afirmação. As escalas eram intervalares ancoradas em 1-discordo totalmente e 7-concordo totalmente.

Os participantes da pesquisa responderam ainda sobre o que

os motivou a contratar a empresa prestadora de serviços contábeis. As opções foram: indicação de amigos ou colegas, valor cobrado pela empresa, amizade ou parentesco com o dono da empresa, credibilidade da empresa ou do contador ou outro motivo. Por fim, foram inseridas nos questionários perguntas relacionadas às características das empresas entrevistadas, como o tempo de atuação no mercado, a quantidade de funcionário e o tempo em que mantém o relacionamento com a empresa prestadora de serviços contábeis.

Após a coleta de dados, foi realizada a análise e a interpretação dos resultados obtidos. Primeiro, calculou-se a média dos valores atribuídos aos itens de cada dimensão da escala Servqual por cada cliente. Assim, obteve-se o índice de desempenho percebido nas dimensões Tangibilidade, Confiabilidade, Responsividade, Segurança e Empatia. Posteriormente, os índices de cada dimensão foram submetidos a um novo cálculo de média, constituindo um índice desempenho geral da qualidade do serviço. Estes índices foram submetidos aos testes de correlação e regressão linear múltipla (CORRAR; PAULO; DIAS FILHO, 2007), como forma de evidenciar a associação entre a qualidade do serviço prestado e as medidas de desempenho com os clientes.

5. Análise dos Resultados

O presente estudo foi realizado com empresas contratantes dos serviços de empresas da área contábil. A amostra totalizou 63 questionários, dos quais 71% dos respondentes são os donos da empresa e 29% exercem a função de administrador ou gerente. Em média, as empresas estão no mercado há 17 anos (DP = 13), possuem 15 funcionários (DP = 33) e estão há 13 anos (DP = 11)

com o mesmo prestador de serviço contábil. Portanto, baseado no número de funcionários, pode-se dizer que as empresas pesquisadas são predominantemente micros e pequenas empresas, conforme o critério estabelecido pelo Sebrae (2018). Ademais, são empresas consolidadas no mercado por superarem o período de dois anos de existência, período em que o risco de mortalidade é maior (SEBRAE, 2016b) e empresas que mantêm um relacionamento de longo prazo com as empresas de contabilidade. Quanto à escolha, 41% das empresas escolheram o prestador de serviço contábil pela credibilidade do mesmo, 32% pela amizade, 17% por indicação, 6% pelo preço e 3% por outros motivos. Na Tabela 1, é possível identificar os principais dados da amostra desse estudo.

A fim de buscar a relação entre as variáveis, foi aplicado o teste de Correlação, de Pearson, o qual permite identificar o grau de associação existente entre duas variáveis (CORRAR; PAULO; DIAS FILHO, 2007). O teste de Correlação permitiu identificar, por meio de uma medida padronizada que varia entre -1 (correlação negativa perfeita) e 1 (correlação positiva perfeita), a força da relação entre as variáveis e a direção, seja ela positiva ou negativa. Para fins de análises, foram considerados significativos os coeficientes de correlação cujo grau de significância foi igual ou maior do que 95%. Os resultados encontrados são apresentados na Tabela 2.

Inicialmente, este trabalho deseja conhecer como a qualidade do serviço contábil se associa com as medidas de desempenho com os clientes. Os resultados demonstram que a qualidade da prestação de serviços contábeis se associa positivamente com a satisfação dos clientes ($r = 0,525$, $p < 0,01$), com a lealdade ($r = 0,423$, $p < 0,01$) e com o boca a boca ($r = 0,616$, $p <$

$0,01$). Desse modo, quanto maior for a percepção dos clientes em relação à qualidade do serviço, maior será o grau de satisfação e a intenção em manter o relacionamento com a empresa prestadora de serviço contábil no futuro. Ademais, encontrou-se também uma associação positiva com a disposição dos clientes em recomendar a empresa. Logo, um serviço de qualidade é positivo para as empresas de contabilidade, uma vez que a recomendação pode trazer novos clientes, além dos ganhos de reputação e credibilidade.

Sabendo que a qualidade dos serviços é importante para gerar um desempenho com os clientes, faz-se necessário compreender como as dimensões da qualidade se relacionam individualmente com as medidas de desempenho. Ou seja, analisando os efeitos de todas as dimensões da qualidade (Tangibilidade,

de, Confiabilidade, Responsividade, Segurança e Empatia) com as medidas de Satisfação, Lealdade e Boca a Boca, é possível encontrar quais dimensões possuem um grau de associação mais forte e significativo com o desempenho de clientes e que, por sua vez, demandam mais esforço e investimento das empresas prestadoras de serviços contábeis. Nesta análise, adotaram-se os critérios estabelecidos por Cohen (1988), os quais estabelecem que um grau de correlação forte deve ser superior 0,5.

Em relação à satisfação dos clientes, apenas a dimensão Tangibilidade não apresentou um grau de associação significativo, enquanto a dimensão Empatia ($r = 0,398$, $p < 0,01$) apresentou um grau de correlação moderado. No entanto, as dimensões Confiabilidade ($r = 0,541$, $p < 0,01$), Responsividade ($r = 0,531$, $p < 0,01$), Segurança

Tabela 1 – Descrição da Amostra

Características	n=63
Resposta ao questionário	
Dono ou sócio	71%
Administrador ou gerente	29%
Fatores que levaram a escolha da empresa de serviços contábeis	
Indicação	17%
Preço	6%
Amizade	32%
Credibilidade	41%
Outro	3%
Idade média da empresa em anos	17 (13) ^a
Tempo médio que a empresa utiliza os serviços em anos	13 (11) ^a
Quantidade média de funcionários	15 (33) ^a

^a Média (Desvio padrão).
Fonte: dados da pesquisa.

Tabela 2 - Correlação entre as variáveis

		1	2	3	4	5	6	7	8	9
1	Tangibilidade	1								
2	Confiabilidade	0,419**	1							
3	Responsividade	0,180	0,777**	1						
4	Segurança	0,450**	0,726**	0,676**	1					
5	Empatia	0,305*	0,740**	0,715**	0,644**	1				
6	Qualidade	0,601**	0,899**	0,825**	0,860**	0,846**	1			
7	Satisfação	0,158	0,541**	0,531**	0,523**	0,398**	0,525**	1		
8	Lealdade	0,220	0,416**	0,434**	0,314*	0,324**	0,423**	0,469**	1	
9	Boca a boca	0,380**	0,517**	0,427**	0,563**	0,593**	0,616**	0,416**	0,625**	1

Nota. **p < 0,01; *p < 0,05.

“Quando um cliente contrata o serviço de uma empresa de contabilidade, ele espera obter benefícios que vão além dos registros contábeis e fiscais.”

($r = 0,523$, $p < 0,01$) apresentaram um grau de correlação forte e positivo com a satisfação dos clientes, indicando que quanto maiores foram as avaliações dos clientes nestes quesitos, maiores foram também os índices de satisfação com o serviço prestado.

Quanto à lealdade dos clientes, novamente a dimensão Tangibilidade não apresentou grau de significância positivo. Em relação às demais dimensões, apesar das significâncias encontradas para os coeficientes de regressão, nenhuma dimensão apresentou um grau de associação forte ($r > 0,50$). Por fim, em relação ao boca a boca, todas as dimensões da qualidade percebida apresentaram efeitos significativos, mas apenas as dimensões Confiabilidade ($r = 0,517$, $p < 0,01$), Segurança ($r = 0,563$, $p < 0,01$) e Empatia ($r = 0,593$, $p < 0,01$) apresentaram um grau de associação forte.

Deste modo, destacam-se especialmente as dimensões Segurança e Confiabilidade como forte preditoras do desempenho com os clientes. Estas foram as únicas que apresentaram simultaneamente uma forte correlação com o grau de satisfação e boca a boca. Ademais, apesar de estas dimensões não apresentaram uma forte correlação com lealdade, destaca-se que Lealdade e

Boca a Boca também são fortemente correlacionadas ($r = 0,625$, $p < 0,01$). Assim, a promoção da intenção dos clientes em recomendar a empresa está fortemente associada à lealdade, destacando a importância da confiabilidade e segurança do serviço. Adicionalmente, destaca-se também a dimensão Tangibilidade, a qual revela que o esforço para a melhoria dos elementos tangíveis do serviço contábil é o que possui menor influência sobre o desempenho na perspectiva dos clientes.

Os resultados do teste de Correlação informam o grau de associação entre apenas duas variáveis. Para aprofundar a análise dos resultados e para atribuir maior robustez para análise da associação entre a qualidade do serviço o desempenho com clientes, os dados foram submetidos aos testes de Regressão Linear Múltipla. A técnica de regressão linear múltipla é “uma técnica de análise multivariada de dados

que permite analisar a relação existente entre uma única variável dependente e duas ou mais variáveis independentes, e fazer projeções a partir dessa relação descoberta (CORRAR; PAULO; DIAS FILHO, 2007, p.134)”. O objetivo desta nova análise foi demonstrar o efeito simultâneo das variáveis “idade da empresa”, “tempo como cliente da empresa prestadora de serviço contábil”, “quantidade de funcionários (tamanho da empresa)” e “qualidade do serviço contábil sobre as medidas de desempenho”. Portanto, três modelos de regressão foram elaborados, e os resultados são apresentados na Tabela 3.

No primeiro modelo de regressão, o objetivo foi explicar as variações no nível de satisfação dos clientes. O modelo criado explica aproximadamente 28,6% da variação no grau de satisfação. Quanto às variáveis do modelo, apenas a qualidade do serviço contábil apre-

Tabela 3 – Análise de regressão para o desempenho de clientes

Variáveis Independentes	Satisfação		Lealdade		Boca a Boca	
	Beta (β)	t Valor	Beta (β)	t Valor	Beta (β)	t Valor
Idade da Empresa	0,130	0,826	0,222	1,306	0,173	1,166
Tempo como cliente	-0,297	-1,937	-0,159	-0,956	-0,046	-0,320
Quantidade de Funcionários	-0,108	-0,926	-0,169	-1,340	-0,095	-0,859
Qualidade do Serviço	0,519	4,645**	0,381	3,145**	0,586	5,538**
R ²	0,286		0,161		0,361	

Notas. (β) = Coeficientes Padronizados.** $p < 0,01$

sentou um efeito significativo sobre a satisfação dos clientes ($\beta = 0,519, p < 0,01$). Ou seja, quanto maior for a percepção dos clientes de que o serviço oferecido é de qualidade, maior é o grau de satisfação dos clientes com a empresa. As demais variáveis não foram significativas para explicar a satisfação.

Em seguida, o objetivo foi explicar as mudanças que podem ser encontradas no nível de lealdade dos clientes. O modelo de regressão explica cerca de 16,1% de variação no grau de lealdade com a empresa prestadora de serviço contábil. Quando observadas as variáveis apresentadas, novamente apenas a qualidade do serviço contábil apresentou um efeito considerado significativo sobre a lealdade ($\beta = 0,381, p < 0,01$). Portanto, quanto maior for a percepção do cliente de que o serviço é de qualidade, maior será a sua lealdade com a empresa prestadora de serviços contábeis. As outras variáveis analisadas, assim como na satisfação, não tiveram efeitos significativos sobre a lealdade.

Por último, foi realizada a análise do nível de Boca a Boca positivo dos clientes em relação à empresa prestadora de serviço contábil. O modelo explica 36,1% da variação no grau de boca a boca. Novamente, a qualidade do serviço foi a única variável que apresentou efeito significativo ($\beta = 0,586, p < 0,01$). Assim sendo, quanto maior a qualidade do serviço oferecido, mais as empresas clientes recomendarão a empresa prestadora de serviço contábil a amigos e colegas.

Finalmente, como uma análise adicional, comparou-se o nível de desempenho com os clientes em relação aos fatores que motivaram os clientes a contratarem os serviços contábeis. Estes resultados podem ser observados na Figura 1.

Os resultados da pesquisa revelam que os clientes que escolheram a empresa prestadora de serviço

apenas motivado pelo preço cobrado apresentam um nível de satisfação menor com o serviço contábil do que as empresas que escolheram a empresa pela credibilidade dele ou por indicação. O mesmo resultado também foi encontrado quanto à lealdade da empresa com o prestador de serviço e quanto ao boca a boca. Logo, as empresas que optaram pelas empresas contábeis motivadas apenas pelo preço, além de estarem menos satisfeitas com os serviços recebidos, também demonstraram uma tendência de troca do fornecedor com mais facilidade, além de não recomendar ou recomendar menos os serviços a colegas e amigos.

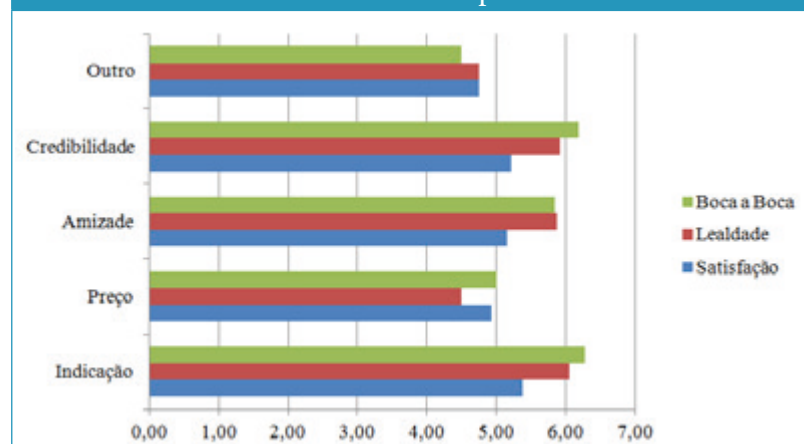
6. Considerações Finais

O serviço de contabilidade é fundamental para administradores e gestores de empresas, pois ele é capaz de gerar informações que são relevantes para tomar decisões, reduzindo incertezas e aumentando a qualidade da decisão (CAVALCANTE; RECKZIEGEL, 2007). Quando um cliente contrata o serviço de uma empresa de contabilidade, ele espera obter benefícios

que vão além dos registros contábeis e fiscais. A expectativa é receber informações que permitam a interpretação dos fatos econômicos, auxiliem a gestão de todos os departamentos da empresa e, ao final, que contribuam com a melhoria do desempenho organizacional (MACIEL; MARTINS, 2018). Portanto, além de uma competência técnica, é imprescindível que o serviço contábil preze por outros atributos como a inovação nos serviços, um bom atendimento e o conhecimento das necessidades dos clientes (MACIEL; MARTINS, 2018). Assim, as organizações contábeis elevam a qualidade dos serviços prestados agregando valor à gestão empresarial e mantendo uma vantagem competitiva frente aos seus concorrentes (PALMA, 2006).

Os resultados apontados neste estudo sendo limitados às empresas da amostra, indicaram que a percepção do cliente sobre a qualidade do serviço contábil influencia diretamente o desempenho das empresas contábeis na perspectiva de clientes. À medida que a avaliação global da qualidade é maior, maior é também o sentimento de satisfação com o serviço recebido, maior é a intenção dos clientes em manter o relacionamen-

Figura 1 – Comparação entre as motivações dos clientes e as variáveis de desempenho



Fonte: dados da pesquisa.

to com a empresa no futuro e maior é a disposição dos clientes em recomendar a empresa para amigos e colegas. Em outras palavras, a qualidade do serviço contábil revela que as expectativas criadas pelos clientes estão sendo satisfeitas, gerando atitudes positivas. Um serviço contábil de qualidade torna o custo de mudança para o cliente maior e oferece uma vantagem competitiva à empresa contábil, tornando os clientes mais leais, reduzindo o custo por cliente e promovendo uma exposição espontânea e positiva da empresa no mercado.

Ademais, destaca-se que a qualidade do serviço é um conceito multidimensional representado por elementos, como os aspectos tangíveis, a confiabilidade, a responsividade, a segurança e a empatia. Os resultados do estudo revelaram que todas estas dimensões são associadas ao desempenho com clientes, no entanto, duas dimensões se destacam devido ao forte grau de associação encontrado. São elas a percepção de confiabilidade e a percepção de segurança.

A confiabilidade está relacionada com a capacidade da empresa contábil em executar o serviço da forma que foi previamente acordado, livre de erros e de forma precisa. Ressalta-se que tanto o conceito de qualidade como o de satisfação estão relacionados à expectativa do cliente, a qual é criada antes da prestação do serviço. À medida que as expectativas são atendidas, as avaliações de qualidade e satisfação se tornam melhores. Portanto, as empresas contábeis devem cuidar para que não sejam criadas expectativas que elas não possam cumprir ou que não cumprirão. As expectativas

dos clientes devem ser conhecidas e ajustadas na fase da entrega de proposta, negociação e fechamento de contrato. Este é o momento propício para que as empresas contábeis deixem claro o escopo do trabalho, ressaltando aquilo que será feito e, muitas vezes, o que não será feito durante a prestação de serviços. É importante deixar claro também quais serviços terão cobranças adicionais. Desse modo, espera-se que as expectativas dos clientes se tornem compatíveis com o serviço que será oferecido, garantindo a confiança do serviço e melhorando o desempenho na perspectiva de clientes.

Ademais, é importante cuidar para que o serviço seja livre de erros. Uma das principais características da prestação de serviços, em geral, é a inseparabilidade, ou seja, a não separação do produto de seu provedor e a simultaneidade entre a prestação de serviços e o consumo (KOTLER; ARMSTRONG, 2014). Logo, uma falha em relação ao serviço oferecido, como, por exemplo, a não entrega de documentos no prazo e cálculos tributários ou trabalhistas errados, serão imediatamente percebidas e consistirão em uma quebra de expectativa. Como resultado, a empresa contábil deverá se envolver em práticas de recuperação da confiança dos clientes, as quais podem ser custosas, além de implicar queda no nível de satisfação, propaganda negativa e perda de clientes para a concorrência.

Já a segurança do serviço está relacionada à capacidade dos funcionários da empresa de contabilidade em inspirar confiança aos clientes (PARASURAMAN; ZEITHAML; BERRY, 1988). Além da competência técnica e funcional em contabilidade, o profissional prestador de serviço deve possuir competências interpessoais e de comunicação que o permite estabelecer uma boa relação com os clientes e se fazer compreendido em questões técnicas ou responden-

do dúvidas (REIS et al., 2015). Desse modo, o prestador de serviço inspira credibilidade e segurança, tornando melhores as avaliações da qualidade do serviço prestado, assim como obtendo boas respostas dos clientes em termos de satisfação, lealdade e recomendações.

Outro resultado importante deste estudo foi a constatação de que empresas que contrataram uma empresa prestadora de serviços contábeis motivadas principalmente pelo preço dos serviços apresentaram menores níveis de satisfação, lealdade e de recomendação. Por vezes, um preço inferior ao praticado pela concorrência pode ser um sinal de que os serviços prestados são inferiores em termos de qualidade, o que pode gerar insatisfação e atitudes negativas dos clientes. Por outro lado, clientes motivados pela credibilidade do prestador de serviços e pela indicação de amigos apresentaram resultados melhores. Estes resultados reforçam a importância de as empresas de contabilidade se preocuparem com a sua imagem e reputação, além da manutenção da qualidade dos serviços, a qual é um determinante da recomendação dos clientes.

Em posse desses resultados, este estudo oferece algumas implicações gerenciais aos prestadores de serviços contábeis. Primeiro, é preciso que as empresas de contabilidade tenham ciência de qual é a percepção dos clientes em relação a qualidade dos serviços e qual o grau de satisfação que eles apresentam. Mesmo em mercados de menor concorrência, monitorar o desempenho de clientes e a imagem da empresa é importante para que se mantenha uma vantagem competitiva, criando uma barreira de entrada para novos competidores. As empresas podem monitorar qualidade e satisfação por meio de medidas indiretas, como a criação e o gerenciamento de um canal de reclamações e, especialmente, por



meio de medidas diretas, como a realização de pesquisas periódicas com os clientes e a comparação dos resultados ao longo do tempo (BATESON; HOFFMAN, 2016).

Segundo, além da preocupação com os aspectos tangíveis do serviço, com a capacidade de resposta às demandas e com atenção individualizada às necessidades dos clientes, as empresas de contabilidade devem priorizar os esforços na confiança e na segurança dos serviços. Ambos os aspectos estão intimamente relacionados aos funcionários e na forma com que eles se relacionam com os clientes. Portanto, as empresas contábeis devem investir no seu capital humano, seja na forma de remunerações atraentes que permitem atrair e manter talentos, na promoção de um ambiente agradável de trabalho e na forma de treinamentos técnicos em contabilidade e aspectos comportamentais. As empresas devem também monitorar a satisfação dos seus funcionários como uma forma de antecipar os problemas com os clientes. Ao atender as necessidades dos funcionários primeiro, estes desempenharão melhor o serviço que será oferecido aos clientes (BATESON; HOFFMAN, 2016).

Terceiro, as avaliações de qualidade e satisfação são baseadas nas

expectativas criadas. Desse modo, as empresas devem garantir que as expectativas dos clientes são capazes de serem atendidas, garantindo a confiança do serviço. No entanto, as empresas devem também trabalhar para superar as expectativas criadas. É sabido que, em geral, os tomadores de serviço contábil esperam do contratante apenas um suporte nas áreas Trabalhista, Fiscal e Tributária, possuindo pouca ou nenhuma expectativa que receberá informações que suportem o gerenciamento dos negócios (MOREIRA et al., 2013). Desse modo, as empresas de contabilidade podem encontrar na contabilidade gerencial e no suporte estratégico à gestão uma forma de superar as expectativas criadas e melhorar as avaliações dos clientes (MOREIRA et al., 2013; MACIEL; MARTINS, 2018).

Apesar da importância dos resultados deste trabalho para a prestação de serviços na área contábil, eles devem ser interpretados à luz de suas limitações. Destaca-se que esta pesquisa se limitou a um pequeno número de respondentes acessados por conveniência. Logo, sugere-se a realização de novas pesquisas que adotem uma técnica de amostragem probabilística como forma de obter generalizações e solidificar os resultados aqui encontrados. Adicio-

nalmente, adotou-se nesta pesquisa a escala Servqual para mensurar a qualidade na prestação de serviços. Contudo, não foi proposta deste trabalho avaliar se as dimensões da escala são suficientes para mensurar o fenômeno da qualidade na prestação de serviços na área contábil. Novos estudos devem ser realizados com o intuito de avaliar a validade e confiabilidade da escala, bem como avaliar a necessidade de incluir novas dimensões. Do mesmo modo, também há na literatura escalas concorrentes para mensurar a qualidade dos serviços, as quais podem ser adotadas como forma de comparar os resultados aqui encontrados.

Por fim, os prestadores de serviços contábeis estão interessados em conhecer qual o investimento necessário para a melhoria nos índices de qualidade dos serviços para relacioná-lo com os ganhos incrementais de desempenho com os clientes e desempenho econômico. Portanto, novos estudos poderiam adotar medidas de desempenho econômico das empresas da área contábil (ex. receitas, lucratividade, rentabilidade) como variáveis dependentes da qualidade na prestação de serviços, assim como relacionar os investimentos monetários realizados com os índices de qualidade.

7. Referências

ATKINSON, Anthony A. et al. *Contabilidade gerencial: informação para tomada de decisão e execução da estratégia*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

BATESON, John E. G.; HOFFMAN, K. Douglas. *Princípios de marketing de serviços: conceitos, estratégias e casos*. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory G.; WILLIAMS, Joseph M. *A arte da pesquisa*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

CARVALHO, José R. M. et al. Requisitos de qualidade em serviços contábeis no setor de comércio. *Revista UnB Contábil, Brasília*, v. 11, n. 1-2, p. 117-144, jan./dez. 2008.

CAVALCANTE, Carmem H. L.; RECKZIEGEL, Leoneide E. Um estudo da imagem do contador no município de Itapiranga-SC. *Revista Brasileira de Contabilidade*, [S.l.], n. 165, p. 74-89, mai./jun. 2007.

CORRAR, Luiz J.; PAULO, Edilson; DIAS FILHO, José Maria (Org.). *Análise multivariada: para Cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia*. São Paulo: Atlas, 2007.

FAIA, Valter S.; VIEIRA, Valter A.; BARRETO, Magda D. T. O impacto da reputação corporativa sobre as intenções dos clientes. *Revista Interdisciplinar de Marketing*, Maringá, v. 4, n. 2, p.31-48, jul./dez. 2014.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRÖNROOS, Christi . *Marketing: gerenciamento e serviços*. 2. ed. São Paulo: Campus, 2004.

KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. *A estratégia em ação: balanced scorecard*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

KOTLER, Philip. *Administração de marketing*. 10. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. *Princípios de marketing*. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2014.

KOTLER, Philip; KELLER, K. Lane. *Administração de marketing*. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

LEVITT, Theodore. *A imaginação de marketing*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LOPES, Evandro L.; HERNANDEZ, José M. C.; NOHARA, Jouliana J. Escalas concorrentes para a mensuração da qualidade percebida: uma comparação entre a Servqual e a RSQ. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 49, n. 4, p. 401-416, out./dez. 2009.

MACIEL, Aline R.; MARTINS, Vinicius A. Percepção da qualidade em serviços contábeis: Estudo de caso em um escritório contábil em Foz do Iguaçu/PR. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, João Pessoa, v. 6, n. 2, p. 95-113, 2018.

MALHOTRA, Naresh K. *Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada*. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2019.

MARCHETTI, Renato; PRADO, Paulo H. M. Um tour pelas medidas de satisfação do consumidor. *Revista de administração de empresas*, São Paulo, v. 41, n. 4, p. 56-67, out./dez. 2001.

MATOS, Celso A. et al. Consumer reaction to service failure and recovery: the moderating role of attitude toward complaining. *Journal of Services Marketing*, [S.l.], v. 23, n. 7, p. 462-475, 2009.

MOREIRA, Rafael L. et al. A importância da informação contábil no processo de tomada de decisão nas micro e pequenas empresas. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, Florianópolis, v. 10, n. 19, p. 119-140, jan./abr. 2013.

MOREIRA, Ricardo et al. Qualidade da prestação de serviços contábeis sob a ótica dos clientes. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, Florianópolis, v. 8, n. 23, p.23-41, abr./jul. 2009.

PALMA, Daniel A. Perfil da relação profissional entre as empresas de serviços contábeis (ESC) e a micro e pequena empresa (MPE): uma pesquisa de campo na cidade de Unai (MG). *Revista Brasileira de Contabilidade*, [S.l.], n. 160, p. 74-93, jul./ago. 2006.

PARASURAMAN, Ananthanarayanan; ZEITHAML, Valarie A.; BERRY, Leonard L. Servqual: A multiple-item scale for measuring consumer perc. *Journal of retailing*, [S.l.], v. 64, n. 1, p. 12, spring 1988.

PENA, Mileide M. et al. O emprego do modelo de qualidade de Parasuraman, Zeithaml e Berry em serviços de saúde. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo, v. 47, n. 5, p. 1235-1240, mar. 2013.

PwC. *Total retail 2017: Alternativas de investimentos em um mercado cada vez mais competitivo*. 2017. Disponível em: <<https://www.pwc.com.br/pt/total-retail-17.html>>. Acesso em: 16 março 2018.

REIS, Anderson O. et al. Perfil do profissional contábil: habilidades, competências e imagem simbólica. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, Florianópolis, v. 12, n. 25, p. 95-116, já./abr. 2015.

SALOMI, Gilberto G. E.; MIGUEL, Paulo A. C.; ABACKERLI, Alvaro J. SERVQUAL x SERVPERF: comparação entre instrumentos para avaliação da qualidade de serviços internos. *Gestão & Produção*, São Carlos, v. 12, n. 2, p. 279-293, mai./ago. 2005.

SEBRAE. *Pesquisa: relação dos contadores com as MPes*. abr. 2016a. Disponível em: < https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/estudos_pesquisas/outros-estudosdestaque18,c61af925817b3410VgnVCM2000003c74010aRCRD>. Acesso em: 16 março 2018.

SEBRAE. *Sobrevivência das empresas no Brasil. out. 2016b*. Disponível em: < <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/sobrevivencia-das-empresas-no-brasil-relatorio-2016.pdf>>. Acesso em: 26 julho 2019.

SEBRAE. *Anuário do trabalho nos pequenos negócios: 2016*. 9. ed. São Paulo: DIEESE, 2018. Disponível em: <https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/s_46c9f925817b3410VgnVCM2000003c74010aRCRD>. Acesso em: 26 julho 2019.

SHIGUNOV, Tânia R. Z. A qualidade dos serviços contábeis como ferramenta de gestão para os escritórios de contabilidade. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, Florianópolis, v. 3, n. 5, p.43-62, abr./jul. 2003.

SPINA, Daniele T.; GIRALDI, Janaina M. E.; OLIVEIRA, Marcio M. B. A influência das dimensões da qualidade de serviços na satisfação do cliente: um estudo em uma empresa do setor de controle de pragas. *REGE-Revista de Gestão*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 93-112, jan./mar. 2013.

TINOCO, Maria A. C.; RIBEIRO, José L. D. Estudo qualitativo dos principais atributos que determinam a percepção de qualidade e de preço dos consumidores de restaurantes ala carte. *Gestão & Produção*, São Carlos, v. 15, n. 1, p.73-87, jan./abr. 2008.

VIEIRA, Valter A.. *Escalas em marketing: métricas de resposta do consumidor e de desempenho empresarial*. São Paulo: Atlas, 2011



Fatores determinantes da rentabilidade bancária: análise dos maiores bancos brasileiros no período de 2007 a 2017

O objetivo deste estudo é analisar os fatores determinantes da rentabilidade do setor bancário brasileiro, medido por três indicadores: Rentabilidade dos Ativos (*return on assets* - ROA), Rentabilidade do Capital Próprio (*return on equity* - ROE) e Margem Líquida dos Juros (*Net Interest Margin* - NIM). A metodologia explicativa das variáveis selecionadas consiste em um modelo econométrico que combina as características específicas dos bancos, elementos setoriais e variáveis macroeconômicas, obtendo-se estimativas com recurso aos mínimos quadrados ordinários *Panel Least Squares-Painel(PLS)* com efeitos fixos. A amostra é constituída por dados semestrais de um painel dos dez maiores bancos do Brasil em ativos totais, no período compreendido entre 2007 a 2017. Os resultados indicam que a rentabilidade das instituições bancárias brasileiras depende da evolução das suas variáveis específicas, sendo entretanto grandemente influenciada pelos determinantes macroeconômicos, cuja significância estatística é recorrente. Contudo, a preponderância dos fatores explicativos para as *proxies* da rentabilidade (ROA, ROE e NIM) não foi uniforme. Os fatores que melhor explicam o indicador ROA são a qualidade dos ativos e a variável exógena do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), enquanto que para o indicador ROE acrescem-se duas variáveis internas: alavancagem financeira e eficiência. Quando a medida da rentabilidade utilizada é o indicador NIM, as regressões evidenciam um nível explicativo global superior com as seguintes variáveis específicas: alavancagem financeira, qualidade do ativo, liquidez, custo do financiamento e estrutura do ativo, influenciando, significativamente, na rentabilidade. Destaca-se também a importância da concentração bancária, do crescimento do PIB e, em menor grau, da taxa de juro e inflação como determinantes do NIM.

2158 – Recebido em 21/3/2019. Distribuído em 22/3/2019. Pedido de revisão em 23/4/2019 e 9/6/2019. Resubmetido pelo autor em 23/5/2019 e 11/6/2019. Aprovado em 20/6/2019, na quarta rodada, por dois membros do Conselho Editorial. Publicado na edição setembro-outubro de 2019. Organização responsável pelo periódico: Conselho Federal de Contabilidade.

Autor: Me. Welber de Carvalho Batista

Graduação Ciências Contábeis pela Universidade do Estado de Mato Grosso/Unemat (2008), Especialização em Gestão de Auditoria e Controladoria no Setor Público - Faculdade Afirmativo de Cuiabá (MT) (2010), Mestrado em Finanças e Contabilidade em Portugal pelo Instituto Politécnico do Porto - Iscap/IPP. Contador - IFMT/Campo Novo do Parecis. Tem experiência na área de Administração Pública, com ênfase em Contadoria, Orçamento, Auditoria, Controle Interno e Finanças Públicas. <http://lattes.cnpq.br/5186420617665586>
E-mail: welber.batista@cnp.ifmt.edu.br

Orientador: Dr. Carlos Filipe Magalhães Bastos Mota

Licenciado em Economia, Mestre em Finanças e Doutorado em Gestão. Professor Adjunto da área científica de Gestão, grupo de disciplinas de Gestão Financeira no Iscap. Foi professor na Universidade Portucalense. Foi Diretor, Administrador e membro de Conselhos Fiscais de diversas empresas: BPSM, BNP/Paribas, BIC/BES, BPN, Cimenta, Procapital, Serviços Municipalizados de Gondomar, etc. Tem sido formador em cursos promovidos pelo Ceisap. <https://www.iscap.pt/siteceisap/index.php/bolsaformadores/tutor/58-carlos-mota>
E-mail: cmota@iscap.ipp.pt

Co-Orientadora: Dra. Mônica Campos

Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado de Mato Grosso (2007) e Especialização em Auditoria e Perícia Contábil- Unic (2011) e em Mercado de Capitais e Derivativos- UFMT (2012). Mestre em Contabilidade pela Universidade Federal Paraná- UFPR (2015). Doutorado em Contabilidade no Programa de Pós-graduação em Contabilidade da Universidade Federal do Paraná (PPGCONT-U-FPR) na área de concentração em Contabilidade e Finanças. Atualmente é professora auxiliar na Universidade do Estado de Mato Grosso no Departamento de Ciências Contábeis. <http://lattes.cnpq.br/2693029301741540>
E-mail: monica.campos_cic@hotmail.com

1. Introdução

A rentabilidade das instituições bancárias é fundamental para assegurar a sua sustentabilidade e evitar consequências negativas para os credores, em particular dos depositantes e para a estabilidade do sistema financeiro como um todo. Efeitos sociais colaterais indesejados de falências bancárias são suficientemente conhecidos para justificar essa preocupação. Contudo, no Brasil a rentabilidade bancária tem sido consistentemente positiva embora não isenta de críticas a possíveis distorções e imperfeições do mercado, críticas que tendem a crescer principalmente quando os maiores bancos internacionais ou nacionais divulgam seus altos resultados de lucro, mesmo em um quadro de crise global, tornando assim alvo de intenso debates políticos, sociais e econômicos. As instituições bancárias operam em concorrência no mercado financeiro brasileiro sob a supervisão do Banco Central do Brasil (Bacen), envolvendo suas atividades, fundamentalmente, na intermediação financeira e na prestação de serviços bancários.

Os bancos brasileiros apresentam *spreads* bancários elevados, que decorrem, principalmente, dos elevados custos da intermediação financeira. Em 2016, segundo a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) (2018), os cinco maiores bancos que operam no Brasil tiveram uma rentabilidade bancária média de 16,2%, sendo considerada elevada quando comparada com um conjunto relevante de países mas abaixo da obtida pelos maiores bancos chilenos (17,8%) e próxima da obtida na Colômbia (14,8%). Com relação à taxa

de crescimento, os ativos dos bancos brasileiros estão estimados em R\$9.025.376.634,00 (nove trilhões vinte e cinco milhões trezentos e setenta e seis mil e seiscentos e trinta e quatro) com uma taxa de crescimento anual de 1,10% em 2017. Segundo a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em 2018, o lucro divulgado em 2017 dos quatro maiores bancos brasileiros foram da ordem de R\$ 57,63 bilhões, mostrando um crescimento de 14,59% em relação ao ano de 2016.

Esse crescimento foi promovido pelo aspecto inovador desta forma de atividade financeira/bancária e, segundo a Febraban (2012), acredita-se que a estabilidade do sistema financeiro brasileiro é resultado de anos de trabalho de aperfeiçoamento do sistema, destacando a fiscalização bancária rigorosa, pouca alavancagem financeira, mercado bancário e financeiro predominantemente doméstico em processo inicial de internacionalização e com pouca exposição a risco do exterior, impedindo ou minimizando dessa forma que a contaminação de crise internacionais atingisse fortemente os bancos brasileiros e travasse o crescimento das instituições bancárias no mercado financeiro brasileiro. O Relatório de Estabilidade Financeira (REF), publicado em abril de 2018, pelo Bacen, sobre o Panorama do Sistema Financeiro Nacional, mesmo no cenário pós-crise financeira econômica, manteve o sistema bancário brasileiro em movimento ascendente de recuperação da rentabilidade, no segundo semestre de 2017, alcançando percentuais de 13,80% em dezembro de 2017 sobre o índice do Retorno do Patrimônio Líquido (ROE), configurando um aumento 1,3 pontos percentuais em rela-

ção ao primeiro semestre de 2017, demonstrando assim toda a resiliência, estabilidade e recuperação do setor bancário nacional.

As pesquisas sobre o assunto "Rentabilidade bancária no Brasil" concentram-se, em sua maioria, no foco para explicações sobre o *spread* bancário ou algumas variáveis macroeconômicas. Dessa forma, o diferencial neste estudo de rentabilidade bancária será analisar investigando os fatores determinantes, utilizando para isto 3 indicadores financeiros contábeis (ROA, ROE e NIM) consolidados no mercado bancário.

Nesse contexto, o objetivo deste estudo é analisar os fatores determinantes da rentabilidade dos bancos brasileiros medidos por três indicadores: Rentabilidade dos Ativos (*return on assets* - ROA) Rentabilidade do Capital Próprio (*return on equity* - ROE) e a Margem Líquida dos Juros (*net interest margin* - NIM) no período de 2007 a 2017. O estudo dos fatores determinantes de rentabilidade de uma instituição bancária justifica-se na medida em que, além de ser uma questão de grande importância aos gestores, analistas e reguladores do setor bancário, representa também repercussão em toda a sociedade, já que os bancos são empresas de intermediação financeira cujo desempenho afeta, significativamente, toda esta, fato que demonstra a relevância dessa investigação. Além disso, reforça-se este escopo por tratar-se de um tema de investigação com interesse significativo, dado o papel do setor bancário no contexto macroeconômico, sendo também uma questão de grande importância para as decisões das políticas monetária, financeira e econômica planejadas pelo Ministério da Fazenda (MF) brasileiro e, em particular, pelas políticas regulatórias. Assim, espera-se que este trabalho contribua para o desenvolvimento da literatura financeira bancária brasileira no-



“As instituições bancárias brasileiras praticam essencialmente sua atividade com a finalidade de gerar receitas financeiras em quatro rubricas contábeis: receitas de operações de créditos, receitas de operações de câmbio, receitas de operações de tesouraria e receitas de prestações de serviços.”

meadamente por investigar a influência dos fatores determinantes categorizados em aspectos internos das instituições financeiras, aspectos do ambiente macroeconômico e regulatório, e ainda por incluir na discussão a mensuração de rentabilidade por três diferentes indicadores: ROA, ROE e NIM, conforme Beck, Demirguc-Kunt & Merrouche (2013) e Ghosh (2014).

2. Fundamentação Teórica

2.1 O setor bancário brasileiro

No final de 2017, o sistema bancário brasileiro era constituído por 132 bancos múltiplos, 21 bancos comerciais e uma Caixa Econômica Federal. Destes, 10 são bancos públicos, 81 privados nacionais e 63 privados com controle estrangeiro. O setor bancário manteve na última década um grande dinamismo, evidenciado pelos principais indicadores de desempenho, uma aceleração dos processos de fusão e aquisição, sendo ainda acompanhado por um maior acesso ao crédito bancário pela sociedade brasileira. Os bancos nacionais em geral lideraram o setor com maior participação no crédito e captação de depósitos e maiores lucros, embora sejam menos eficientes. Outras particularida-

des a destacar são a forte presença de bancos públicos, a reduzida participação de bancos estrangeiros e o reduzido grau de internacionalização dos bancos nacionais. O Governo federal brasileiro detém o maior banco comercial, o Banco do Brasil S/A; a maior instituição de poupança, a Caixa Econômica Federal (CEF); e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que é o maior financiador de crédito em longo prazo. Outra das características observadas é o processo de concentração, que apresenta uma evolução tendencialmente crescente. Segundo o Relatório de Economia Bancária, de 2017, do Banco Central do Brasil, o *Herfindahl-Hirschman Index* (HHI) para os ativos era 0,1146 no final de 2017, situando-se no grupo de países com sistemas bancários concentrados. Os cinco maiores bancos, em uma base consolidada, respondem por 69% dos ativos e 85% dos depósitos totais do setor.

2.2 Rentabilidade Bancária

As instituições bancárias brasileiras praticam essencialmente sua atividade com a finalidade de gerar receitas financeiras em quatro rubricas contábeis: receitas de operações de créditos, receitas de operações de câmbio, receitas de

operações de tesouraria e receitas de prestações de serviços. Quanto às despesas financeiras estas instituições bancárias incorrem em duas rubricas contabilísticas: despesas de intermediações financeiras e despesas de funcionamento. Conforme Primo et al. (2013), cada rubrica dessas atividades que geram receitas ou incorrem em despesas podem ser afetadas positivamente ou negativamente, dependendo, sobretudo, do contexto de conjuntura econômica do país, ou internamente, dependendo da estrutura operacional do banco, como, por exemplo: a taxa básica de juro da economia do país influencia diretamente a receita das operações de crédito tal como a eficiência operacional exerce influência na despesa de funcionamento da instituição e consequentemente nos seus resultados, afetando diretamente a rentabilidade financeira dos bancos.

A otimização dos recursos financeiros disponíveis dos bancos e a sua rentabilidade bancária justa de retorno aos acionistas não só permite a concessão de mais crédito à economia, melhores índices de retorno de capital, como também um comportamento estabilizador dos bancos, garantindo assim a expansão sólida da economia e, reforçando o seu papel fundamental de

ser um dos pilares da macroeconomia de qualquer país (SILVA, 2017).

A literatura empírica sobre a rentabilidade bancária utiliza, como principais indicadores para aferir os seus resultados e avaliações, os seguintes índices: Rentabilidade dos Ativos (*Return on Assets* - ROA), Rentabilidade do Capital Próprio (*Return on Equity* - ROE) e a Margem Líquida dos Juros (*Net Interest Margin* - NIM).

Para Beck, Demirguc-Kunt & Merrouche (2013), o ROA reflete a capacidade de a instituição bancária transformar os seus ativos para gerar lucros e dividendos; é calculada pelo quociente entre o resultado antes de impostos e o ativo total _ um indicador baixo pode ser indicativo que está incorrendo em despesas operacionais acima do previsto. Para Guillén et al. (2014) o ROA avalia a eficiência da gestão dos ativos; reflete a capacidade do banco em utilizar os seus recursos para gerar resultados. Quanto maior o valor do ROA, melhor é a *performance* do banco. Por outro lado, o ROE reflete a capacidade de a instituição bancária gerar lucros, utilizando os seus próprios recursos e os seus acionistas; é calculado pelo quociente entre o resultado líquido e o capital próprio. Um indicador elevado representa que o banco utiliza eficientemente os recursos disponíveis dos acionistas para obter melhores resultados.

Dietrich & Wanzenried (2011) apontam que, apesar de o indicador ROE ser um dos principais indicadores para se avaliar a rentabilidade

financeira das instituições bancárias, por si só, não é considerado o melhor indicador pelos seguintes fatos: os bancos que apresentam saldos contábeis elevados de recursos próprios podem apresentar um maior ROA e um menor ROE e pelo fato de que o ROE ignora a estratégia assumida pelo banco sobre um risco mais elevado de uma alavancagem financeira, bem como o efeito da regulamentação bancária sobre o setor.

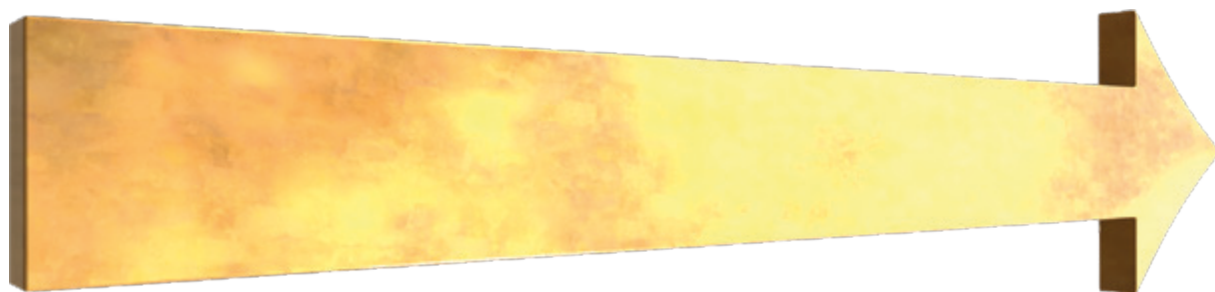
Ghosh (2014) defende o uso da margem líquida sobre os juros (NIM) para *proxie* de rentabilidade. Para o autor, o NIM reflete o grau do efeito da decisão sobre as receitas geradas e as despesas incorridas dos juros sobre os ativos que as geram; é calculado como o valor da margem líquida dos juros sobre o ativo. Um índice elevado significa que a receita dos juros é melhor e os empréstimos e rendimentos de títulos são uma fonte valiosa de resultados.

2.3 Fatores determinantes da rentabilidade bancária

Os determinantes da rentabilidade bancária podem ser internos, variando especificamente para cada banco, já que implicam influências associadas à gestão, aos objetivos e às suas características como empresa; e externos, variando setorialmente e macroeconomicamente, o que impacta a rentabilidade por uma particularidade do mercado ou por modificações na regulação no ambiente externo (KOUTSOMA-

NOLI-FILIPPAKI, MARGARITIS e STAIKOURAS, 2009; KANAS, VASILLOU e ERIOTIS, 2012; e CABRERA, 2016).

Curak, Poposki & Pepur (2012) estudaram os determinantes da rentabilidade dos bancos comerciais na Macedônia, no período de 2005 a 2010, e concluíram pela existência de três tipos de determinantes: específicos do banco (ênfase nos gastos operacionais), específicos do mercado (indicadores de risco de solvabilidade e de liquidez) e variáveis macroeconômicas (tais como o crescimento da economia ou o grau de concentração do mercado). A literatura que compara o contraste entre os determinantes internos e externo destaca o trabalho de Demirgüç-Kunt & Huizinga (1999), que concluem para um painel multinacional de bancos cujos fatores internos ou específicos representam maior valor explicativo à rentabilidade. Esse entendimento é semelhante aos estudos de Helliar, Cobb & Innes (2002) e Koutsomani-Filippaki, Margaritis & Staikouras (2009), que concluíram que a rentabilidade depende de certas características do banco, como a capacidade de desenvolver novos produtos e de mudanças na gestão financeira. No Brasil, destacam-se as pesquisas de Maffili e Souza (2011), Rover et al. (2013) e Almeida e Divina (2015) Maffili e Souza (2011), que investigaram a rentabilidade bancária das 10 maiores instituições financeiras, utilizando o ROE como parâmetro para aferir a rentabilidade no período de 1999 a 2005 e concluíram que o controle



de custos e das margens de lucro das diferentes operações bancárias, bem como as estratégias de obtenção e aplicação desses recursos contribuem significativamente para rentabilidade. Rover et al. (2013), ao analisarem os determinantes da rentabilidade, no período de 1995 a 2009, concluíram que as variáveis “liquidez”, “risco de crédito”, “despesa operacional”, “eficiência operacional e alavancagem”, aliadas às condições macroeconômicas da atividade econômica, medidas pela inflação e taxas de juro são estatisticamente significativas para explicar a rentabilidade bancária do Brasil. Almeida e Divina (2015) investigaram os determinantes dos *spreads* dos bancos brasileiros com base em um painel de 64 bancos no período de 2001 e 2012. Eles concluíram que a forma de gestão e as receitas de serviços são relevantes para determinar o *spread*, enquanto o ambiente – refletido na evolução do PIB e um índice de concentração (HHI) – afeta positivamente o *spread*.

Entre os fatores específicos dos bancos, incluíram-se a alavancagem financeira (*AF*), qualidade dos ativos (*QA*), eficiência (*Ef*), risco de liquidez (*LIQ*), custo do financiamento (*CFinan*), estrutura do ativo (*EA*) e dimensão (*D*). Também se considerou a dimensão ou tamanho da instituição (*D*) e para variáveis macroeconômicas; destacam-se a variação do PIB, taxa de inflação (*Tx Inf*), taxa de juro Selic a 6 meses (*Tx Jur*), e ainda foram acres-

cidas as variáveis *dummy* crise econômica do Brasil (CEB); e propriedade de capital.

3. Procedimentos Metodológicos

3.1 Caracterização da amostra

O estudo utiliza uma amostra não probabilística. O período analisado é de 2007 a 2017. No final de 2017, o setor bancário brasileiro era constituído por 132 bancos múltiplos, 21 bancos comerciais e uma caixa econômica. Destes, 10 são bancos públicos, 81 privados nacionais e 63 privados com controle estrangeiro. Entre o conjunto de bancos que integram o setor bancário brasileiro, destacam-se os 5 maiores bancos que detêm 69% de ativos totais consolidados e 85% de depósitos totais, fato que levou a restringir a amostra aos 10 maiores bancos do setor brasileiros. Desta forma, a análise foi feita utilizando um conjunto de dados semestrais contendo 220 observações das 10 maiores instituições bancárias em valor total dos ativos. São eles: Banco do Brasil S/A, Bradesco S/A, Caixa Econômica Federal, Itaú/Unibanco S/A, Santander S/A, Safra S/A, BTG Pactual S/A, Votorantim S/A, do Estado do Rio Grande do Sul e Citibank S/A.

3.2 Especificação do modelo econométrico

O modelo testado é estruturado em um conjunto de determinantes da rentabilidade bancária, representados como variáveis exógenas. A natureza do estudo juntamente com a disponibilidade de dados impôs a escolha de regressão múltipla pelo método PLS.

Sob esta perspectiva, o modelo geral utilizado no presente estudo implica a seguinte especificação linear geral:

$$R_{i,t} = c + X_{i,t} + e_{i,t}$$

Onde:

$R_{i,t}$ é um indicador de rentabilidade semestral do banco i no período t ;

$X_{i,t}$ é uma variável explicativa independente da rentabilidade;

c é a constante;

e $e_{i,t}$ é o termo de erro.

A variável dependente da rentabilidade ($R_{i,t}$) é medida por três indicadores alternativos: ROA, ROE e NIM. O modelo geral decomposto de acordo com três tipos de determinantes alternativos e variáveis explicativas $X_{i,t}$ (específicos dos bancos - *Esp*, setorial - *Set* e macroeconômicos - *Mac*) como previamente estabelecido – levam à seguinte especificação:

$$R_{i,t} = f(Esp_{i,t}; Set_i; Mac_t)$$

$$R_{i,t} = \alpha_0 + \sum_{j=1}^J \beta_j X_{i,t}^j + \sum_{l=1}^L \beta_l Y_t^l + \sum_{m=1}^M \beta_m Z_t^m + \varepsilon_{i,t}, \varepsilon_{i,t} = v_{i,t} + \mu_{i,t}$$

onde $R_{i,t}$ é o indicador da rentabilidade do banco i para o período t , com $i = 1, 2, \dots, N$; $t = 1, 2, \dots, T$; α_0 é o termo constante; $X_{i,t}^j$, Y_t^l e Z_t^m são as variáveis explicativas e $\varepsilon_{i,t}$ é o termo de erro. $v_{i,t}$ e $\mu_{i,t}$ resultam, respectivamente, do erro decomposto pelos fatores específicos dos bancos não observados (v) e do termo de erro idiosincrático (μ) do indicador no período. As variáveis explicativas estão agrupadas, como referido, em variáveis específicas do banco, variável do setor e variáveis macroeconômicas (os subscritos j , l e m indicam as especificações bancárias, o indicador de concentração do setor e os determinantes macroeconômicos, respectivamente). Assim, são especificados três vetores regressores:

$$X_{i,t}^j; Y_{i,t}^l; Z_{i,t}^m$$

4. Análise e interpretação dos resultados



“A otimização dos recursos financeiros disponíveis dos bancos e a sua rentabilidade bancária justa de retorno aos acionistas não só permite a concessão de mais crédito à economia, melhores índices de retorno de capital, como também um comportamento estabilizador dos bancos.”

Nesta seção, com base no modelo geral anteriormente especificado para os determinantes da rentabilidade dos bancos que operam no mercado brasileiro, são analisadas as principais estatísticas descritivas da amostra e são apresentados os resultados das regressões efetuadas para o modelo com uma abordagem estática (regressões de mínimos quadráticos ordinários corrigidos).

A Tabela 1 apresenta a estatística descritiva das variáveis consideradas no modelo. Inclui a média, mediana, máximo e mínimo, e os desvios-padrão para as variá-

veis dependentes e independentes. A estatística descritiva da amostra evidencia que, no mercado brasileiro e para a totalidade do período, os bancos apresentam um padrão de rentabilidade positiva, de 9,67 por cento sobre o capital próprio Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) e 0,81 por cento sobre os ativos Retorno sobre o Ativo (ROA). Os valores mínimos evidenciam a existência de rentabilidades negativas em algumas entidades bancárias. A diferença entre a média e a mediana para o ROA sugere a existência de dissimilaridades entre os bancos que integram a amostra. Por

sua vez, a Margem de Juros Líquida (NIM) observa valores médios de 5,48 por cento e desvio-padrão de 1,29 por cento. A atividade bancária mostra-se como um setor com elevada alavancagem média; os ativos totais representam cerca de 15 vezes o valor dos capitais próprios. Com relação aos indicadores macroeconômicos, as estatísticas descritivas revelam um crescimento médio do Produto Interno Bruto (PIB) inferior a um por cento, mas com oscilações grandes, incluindo valores negativos nos semestres coincidentes com a crise econômica do Brasil. A taxa de juro foi em

Tabela 1 – Estatísticas descritivas da amostra 2007 a 2017

Variáveis Indicadores de Rentabilidade	Média	Mediana	Máximo	Mínimo	Desvio-Padrão	N. Observações
ROA	0,00813	0,00617	0,0788	0,01536	0,0105	220
ROE	0,09670	0,09002	0,5832	0,12168	0,0830	220
NIM	0,05487	0,05373	0,0906	0,01081	0,0128	220
Macroeconômicas						
PIB	0,00920	0,00644	0,0498	0,03202	0,0216	220
Taxa de Juros	10,8259	10,9000	14,150	6,90000	2,2095	220
Taxa de Inflação	2,96363	2,82000	6,8000	0,93000	1,3476	220
Específicas						
Alavancagem Financeira (AF)	15,3012	13,6254	46,884	3,03591	8,3348	220
Estrutura do Ativo (EA)	0,26372	0,23448	0,5694	0,04926	0,1357	220
Qualidade do Ativo (QA)	0,06712	0,06892	0,1541	0,00549	0,0286	220
Custo do Financiamento (CF)	0,02741	0,02591	0,0677	0,00278	0,0141	220
Risco de Liquidez (RL)	0,33414	0,28699	0,7138	0,07572	0,1578	220
Dimensão (D)	8,30682	8,12797	9,1577	7,08199	0,5537	220
Eficiência (Ef)	0,01380	0,01325	0,0330	0,00135	0,0069	220
Índice Concentração Bancária (ICB)	0,06206	0,06112	0,0806	0,03895	0,0128	220

Fonte: Base de dados recolhidos e processados no software Eviews, versão 9

média de 10,8 por cento e a taxa de inflação variou entre um mínimo de 0,93 por cento e um máximo de 6,8 por cento.

As tabelas 2 e 3 apresentam os resultados obtidos nas várias estimações realizadas. Efetuaram-se quatro estimações para cada um dos indicadores de rentabilidade (ROA, ROE e NIM). A primeira regressão inclui apenas as variáveis específicas do banco; a segunda agrega o índice de concentração setorial; a terceira adiciona as variáveis macroeconômicas; e a quarta testa a variável *dummy* associada à crise econômica brasileira. A Tabela 2 apresenta os resultados da estimação do modelo que utiliza o ROA e o ROE como variável dependente,

respectivamente; inclui os coeficientes para os resultados das regressões PLS corrigidas de autocorrelação e multicolinearidade. O teste de Especificação, de *Hausman*, foi utilizado para identificar qual o modelo a utilizar, entre efeitos aleatórios e fixos, ou sem efeitos e que melhor se ajustava aos dados. Os resultados do teste indicaram que o modelo com efeitos fixos é o mais adequado.

Quando o ROA é utilizado como variável dependente, a regressão, considerando apenas as variáveis específicas dos bancos apresenta um R^2 de 42 por cento e R^2 ajustado de 37,4 por cento. Este resultado indica que o modelo especificado explica 37,4 por cento da

variação no ROA. As restantes regressões melhoram ligeiramente a capacidade explicativa do modelo. Apenas uma variável específica qualidade do ativo (QA) foi considerada significativa ao nível de 5 por cento.

Verificou-se que o ROA dos bancos que atuam no mercado brasileiro está negativamente relacionado com o peso das provisões constituídas para créditos duvidosos (QA). Além da influência estatística da variável independente QA, verificou-se que o índice de rentabilidade ROA foi explicado, na terceira e na quarta regressão, pelos indicadores do ambiente de macro – PIB e taxa de inflação – e em menor grau, pelo índice de concentração bancária (ICB). O sinal positivo do coefi-

Tabela 2- Regressões do ROA e ROE sobre os determinantes da rentabilidade

Variáveis	OLS- ROA				OLS- ROE			
AF	4.44E-05 (8.39E-05)	3.58E-05 (7.71E-05)	4.68E-05 (7.25E-05)	3.67E-05 (7.67E-05)	0.00646*** (0.00121)	0.00658*** (0.00121)	0.00630*** (0.00116)	0.00627*** (0.00116)
QA	-0.06816* (0.03717)	-0.08018** (0.03298)	-0.07260** (0.03116)	-0.07379** (0.03159)	-0.67908** (0.28864)	-0.50912** (0.24184)	-0.45713** (0.22790)	-0.46066** (0.23314)
Ef	0.80171 (0.53136)	0.81600 (0.53307)	0.79933 (0.54736)	0.79686 (0.54427)	8.57902** (3.82185)	8.37696** (3.65299)	8.62821** (3.74499)	8.62089** (3.75191)
LIQ	0.02878 (0.03800)	0.02927 (0.03742)	0.03718 (0.02947)	0.03732 (0.02953)	0.03813 (0.35571)	0.03130 (0.35650)	0.09842 (0.32089)	0.09885 (0.32077)
CF	-0.00700 (0.12557)	0.00235 (0.12232)	0.09845 (0.12586)	0.10195 (0.12225)	0.44536 (1.01889)	0.31298 (0.99596)	0.45999 (1.40231)	0.47036 (1.41985)
EA	-0.02795 (0.04789)	-0.03023 (0.04623)	-0.04783 (0.02970)	-0.04787 (0.02974)	-0.26983 (0.40343)	-0.23749 (0.41030)	-0.31336 (0.35192)	-0.31348 (0.35253)
D	-0.00735 (0.00534)	-0.01110 (0.00792)	-0.00956 (0.00789)	-0.00972 (0.00773)	-0.02156 (0.04739)	0.03139 (0.05754)	0.04860 (0.05247)	0.04815 (0.05233)
ICB		0.08445 (0.08315)	0.14348* (0.08024)	0.13014 (0.09761)		-1.19396 (0.79215)	-0.79525 (0.76085)	-0.83473 (0.78253)
PIB			0.08714** (0.04138)	0.08780** (0.04114)			0.63183** (0.33088)	0.63378** (0.33250)
Tx Jur			-7.86E-05 (0.00041)	-0.00018 (0.00047)			0.00328 (0.00309)	0.00297 (0.00372)
Tx Inf			0.00088* (0.00053)	0.00085 (0.00055)			0.00306 (0.00440)	0.00295 (0.00430)
CEB				0.000942 (0.003163)				0.00279 (0.01472)
Const.	0.06008 (0.05019)	0.08689 (0.06760)	0.06688 (0.06998)	0.07012 (0.06714)	0.15042 (0.42146)	-0.22854 (0.48667)	-0.45553 (0.46149)	-0.44594 (0.45864)
R^2	0.4201	0.4226	0.4464	0.4468	0.4194	0.4267	0.4405	0.4405
R^2 Ajustado	0.3744	0.3740	0.3908	0.3882	0.3736	0.3785	0.3843	0.3812
F	9.1918***	8.6967***	8.0262***	7.6174***	9.1655***	8.8459***	7.8348***	7.4257***
N	220	220	220	220	220	220	220	220

Fonte: Base de dados recolhidos e processados no software *Eviews*, versão 9

Os valores da tabela indicam o coeficiente das variáveis e os valores entre parênteses indicam o erro padrão das estimativas da variável. Além disso, *, ** e *** indicam significância do valor do coeficiente a 10%, 5% e 1% respectivamente. Foram obtidos erros padrão robustos utilizando *White standard errors & covariance (d.f. corrected)* para a heterocedasticidade. Valor significativo da estatística F indica a significância conjunta de todas variáveis explicativas

ciente da relação entre o ROA e o crescimento do PIB implica que os bancos obtenham melhores resultados nas fases positivas do ciclo econômico. Este fato é consistente com outros estudos sobre bancos como Mirzaei et al. (2013) ou Demirgüç-kunt e Huizinga (1999).

Os valores da tabela indicam o coeficiente das variáveis e os valores entre parênteses indicam o erro padrão das estimativas da variável. Além disso, *, ** e *** indicam significância do valor do coeficiente a 10%, 5% e 1% respectivamente. Foram obtidos erros padrão robustos, utilizando *White standard errors & covariance (d.f. corrected)* para a heterocedasticidade. Valor significativo da estatística F indica a significância conjunta de todas variáveis explicativas.

Com relação aos resultados dos modelos, mensurando a rentabilidade pelo ROE, é possível verificar que, embora com menor nível de ajustamento estatístico, verifica-se que a taxa de rentabilidade do capital próprio (ROE) é explicada por três indicadores específicos dos bancos: Alavancagem Financeira (AF), Qualidade dos Ativos (QA) e Eficiência (Ef). O coeficiente da variável Alavancagem Financeira foi positivamente significativo nas quatro equações com o ROE, o que contraria as evidências empíricas encontradas por autores como Berger (1995) ou Athanasoglou et al. (2005). No entanto, o resultado vai de encontro ao argumento de outros autores que consideram que a excessiva adequação do capital tem um efeito negativo sobre a rentabilidade dos bancos Goddard et al. (2004). À medida que ocorrem maiores exigências de capital próprio (e menor alavancagem), o custo global do capital aumenta, não sendo compensado pela eventual redução dos custos de endividamento. Além disso, o nível de alavancagem dos bancos brasileiros é

moderado comparativamente a outros mercados, como, por exemplo, na União Europeia. Assim, o efeito final é a redução da rentabilidade bancária (ZHOU e WONG, 2008). A qualidade do ativo (QA) influencia a rentabilidade em todos os modelos, com significância de 5%. Além disso, o sinal desta variável é negativo. Como teoricamente esperado, um maior esforço de constituição de provisões e imparidades para os créditos de liquidação duvidosa reflete-se na rentabilidade das instituições (LIANG et al., 2013; CÁPRA-RU e IHNATOV, 2014)

A terceira regressão acrescenta

variáveis macroeconômicas ao modelo e o ajustamento do modelo, melhorando ligeiramente como resultado da contribuição da variável crescimento do PIB cujo relacionamento positivo com a rentabilidade está de acordo com o sinal previsto. Ao estimar o modelo para a totalidade dos determinantes selecionados, o ajuste estatístico da equação como modelo explicativo do ROE fica praticamente inalterado em coerência com o resultado obtido para a variável *dummy* utilizada para avaliar os efeitos da crise econômica brasileira de 2014-2016. O ajuste do Coeficiente da Crise Brasi-

Tabela 3 – Regressões do NIM sobre os determinantes da rentabilidade

Variáveis	OLS- NIM			
AF	0.00023*** (6.86E-05)	0.00020*** (6.02E-05)	6.63E-05 (6.91E-05)	3.98E-05 (7.14E-05)
QA	-0.03498 (0.05340)	-0.08220 (0.05327)	-0.09198* (0.05303)	-0.09509* (0.05314)
Ef	-0.01652 (0.31534)	0.03960 (0.33604)	0.31908 (0.30327)	0.31263 (0.29652)
LIQ	-0.08546*** (0.02777)	-0.08356*** (0.02634)	-0.09259*** (0.02436)	-0.09222*** (0.02444)
CF	1.19566*** (0.18069)	1.23244*** (0.19524)	0.95744*** (0.19345)	0.96657*** (0.19133)
EA	0.04554 (0.04140)	0.03656 (0.03998)	0.07597** (0.03377)	0.07586** (0.03419)
D	-0.01256** (0.00485)	-0.02728*** (0.00744)	-0.02881*** (0.00724)	-0.02921*** (0.00710)
ICB		0.33171** (0.13201)	0.29173*** (0.10002)	0.25696** (0.10976)
PIB			-0.11014*** (0.03846)	-0.10843*** (0.03557)
Tx Jur			0,00113*** (0.00035)	0.00087** (0.00044)
Tx Inf			-0.00082* (0.00044)	-0.00091** (0.00044)
CEB				0.00245 (0.00243)
Constante	0.14208*** (0.04001)	0.24737*** (0.05520)	0.25265*** (0.05738)	0.26110*** (0.05619)
R ²	0.6198	0.6433	0.7084	0.7100
R ² Ajustado	0.5898	0.6133	0.6791	0.6793
F	20.6879***	21.4322***	24.1811***	23.0917***
Número Observações	220	220	220	220

Fonte: Base de dados recolhidos e processados no software *Eviews*, versão 9

Os valores da tabela indicam o coeficiente das variáveis e os valores entre parênteses indicam o erro padrão das estimativas da variável. Além disso, *, ** e *** indicam significância do valor do coeficiente a 10%, 5% e 1% respectivamente. Foram obtidos erros padrão robustos utilizando *White standard errors & covariance (d.f. corrected)* para a heterocedasticidade. Valor significativo da estatística F indica a significância conjunta de todas variáveis explicativas

leira (CEB) apresenta-se insignificante do ponto de vista estatístico, não sendo capaz de captar os efeitos do ciclo econômico. Assim, mantêm-se as principais influências sobre a rentabilidade constituídas pelas três variáveis específicas dos bancos e a variável macroeconômica PIB. A Tabela 3 apresenta os resultados dos modelos econométricos mensurando a rentabilidade pelo NIM.

Os valores da tabela indicam o coeficiente das variáveis e os valores entre parênteses indicam o erro padrão das estimativas da variável. Além disso, *, ** e *** indicam significância do valor do coeficiente a 10%, 5% e 1% respectivamente. Foram obtidos erros padrão robustos utilizando *White standard errors & covariance (d.f. corrected)* para a heterocedasticidade. Valor significativo da estatística F indica a significância conjunta de todas variáveis explicativas.

Observa-se um aumento do valor explicativo global (R^2 de 62 por cento; R^2 ajustado de 59 por cento) e também o número de variáveis específicas bancárias e externas com significado estatístico. A Alavancagem Financeira (AF) está associada positivamente ao NIM e é altamente significativa nas primeiras duas regressões, perdendo o seu significado após a introdução das variáveis macroeconômicas. Pelo contrário, a qualidade do ativo (QA) é explicativa apenas nas duas últimas regressões e com os sinais esperados.

A relação entre a Rentabilidade e a Eficiência (Ef) é registrada como estatisticamente descartável enquanto a liquidez se mostra altamente explicativa e com sinal negativo tal como nos estudos de Câpraru e Ihnatov (2014) e Hussain (2014). De igual forma, a variável custo do financiamento ($CFund$) é significativa e apresenta sinal positivo, como na investigação de Dietrich e Wanzenried (2014). Com relação à Estrutura do Ativo (EA), o

sinal aparece concordante com vários estudos similares, isto é, uma maior intensidade ou peso do crédito tem reflexos positivos na rentabilidade (HEFFERMAN e FU, 2010; SUFIAN e HABIBULLAH, 2009; LANINE e VENNET, 2007), embora nem todas as estimações evidenciem significado estatístico.

A dimensão (D) das instituições, medida pelo logaritmo natural do ativo, foi significativa até 5% para as várias regressões e de sinal negativo. Ou seja, os maiores bancos ou com maiores ativos apresentam piores rentabilidades. Isto pode significar a existência de economias de escala (HAVRYLCHYK e JURZYK, 2011; HEFFERMAN e FU, 2010; CÂPRARU e IHNATOV, 2014).

O índice de concentração bancária (ICB), medido pelo índice *Herfindahl-Hirschman*, foi relevante em todas as regressões, com um efeito positivo considerável. Tais resultados sugerem que a concentração de mercado é um importante aspecto na explicação da rentabilidade bancária (HAVRYLCHYK e JURZYK, 2011; HOUSTON et al., 2010). Refere-se, no entanto, que o mercado bancário brasileiro pode ser descrito geralmente como um mercado de concentração baixa moderada. No período analisado, o índice de concentração bancária situou-se no intervalo inferior a 0,10, embora com uma evolução consistentemente crescente. A influência do determinante macroeconômico PIB é estatisticamente clara. No entanto, o sinal negativo indica um efeito contrário ao esperado. Mas alia-se a outros estudos, como, por exemplo, o de Havrylchyk e Jurzyk (2011). O fator "taxa de juro" mostrou-se igualmente significativo e com sinal positivo. Tal efeito foi referido na revisão de literatura, observando-se que a rentabilidade dos bancos beneficia as taxas de juros mais elevadas (DIETRICH e WANZENRIED,

2014; EWIJK e ARNOLD, 2014; CLAYEYS e VENNET, 2008; HAVRYLCHYK e JURZYK, 2011). Quanto à taxa de inflação, apresenta influência estatística ao nível de 5%, e o seu sinal negativo é idêntico ao estudo obtido por Câpraru e Ihnatov (2014).

De forma adicional para teste do Controle de Propriedade, ao confrontar os bancos privados e estrangeiros *versus* bancos públicos, o valor explicativo dos modelos varia. Enquanto os bancos públicos registram um nível de ajustamento significativo dos modelos explicativos do ROA e NIM, superior aos bancos privados, nas regressões do ROE sucede o inverso. Um resultado interessante foi que, para os bancos sob controle público, a quase generalidade das variáveis explicativas específicas dos bancos não é significativa. Excetua-se o custo do financiamento. Além disso, as variáveis independentes externas – setorial e macroeconômicas – demonstram significado estatístico ao nível de 10% em pelo menos um dos modelos. Optou-se por evidenciar somente os resultados dessa investigação acional.

5. Conclusões

Este estudo teve por objetivo principal analisar os fatores determinantes da rentabilidade dos bancos brasileiros medidos por três indicadores: Rentabilidade dos Ativos (*Return on Assets* - ROA), Rentabilidade do Capital Próprio (*Return on Equity* - ROE) e a Margem Líquida dos Juros (*Net Interest Margin* - NIM) no período de 2007 a 2017, verificando ainda as relações existentes entre o nível de rentabilidade das instituições bancárias brasileiras e os seus determinantes categorizados em internos e externos. O estudo consiste em uma análise econométrica expressa por um modelo geral de regressão linear múltipla, que contrapõe a variável dependente (ROA,

ROE e NIM) a um conjunto de determinantes selecionados, com o objetivo de aferir o seu impacto global e o valor explicativo de cada variável. Definiu-se um painel de dados equilibrado constituído pelas dez maiores instituições bancárias brasileiras e um total de 220 observações semestrais. A estimação do modelo recorreu ao método *Panel Least Squares (PLS)* para efeitos fixos, corrigido pela heterocedasticidade e pela autocorrelação. As variáveis explicativas que integram o modelo final foram divididas em fatores específicos das entidades bancárias (Alavancagem, Qualidade do Ativo, Eficiência, Liquidez, Custo do Financiamento (*Funding*), Estrutura do Ativo e Dimensão), um fator de concentração de mercado (ICB) e variáveis externas macroeconômicas (PIB, Taxa de Juro e Taxa de Inflação), incluindo-

se ainda a variável crise econômica brasileira de 2014-16 (CEB). Os resultados obtidos confirmam consistentemente a significância estatística dos determinantes, específicos, setorial e macroeconômicos, para explicar a rentabilidade bancária no Brasil. Conclui-se, portanto, que os principais achados encontrados no estudo contribuíram para o crescimento da literatura financeira contábil bancária sobre os determinantes internos da rentabilidade mais significativos e com maior poder explicativos são a Qualidade do Ativo e a Alavancagem Financeira, mas os restantes fatores específicos são igualmente explicativos ainda que com intermitências. Os resultados enfatizam também que as variáveis que expressam o ambiente macroeconômico são indicadores influentes na rentabilidade bancária brasileira.

O Índice de Concentração Bancária e a propriedade e origem do capital são ainda determinantes relevantes. Assim, a rentabilidade dos bancos brasileiros é explicada por diferentes determinantes em um conjunto amplo e este estudo corrobora um quadro de compreensão e orientação para a definição de estratégias bancárias de melhor rentabilidade. O estudo apresenta algumas limitações que devem ser levadas em consideração para serem revista e melhorada. Em estudos futuros, podem-se destacar a importância de ultrapassar as limitações da dimensão amostral, temporal com medidas alternativas de *proxies* para as variáveis e discutir ainda a oportunidade de utilizar fatores adicionais na análise, tal como a *governance* corporativa e novas metodologias ao modelo econométrico.

6. Referências

- ALBERTAZZI, U., & GAMBACORTA, L. (2009). Bank profitability and the business cycle. *Journal of Financial Stability*, 5(4), 393-409.
- ALBULESCU, C. T. (2015). Banks' profitability and financial soundness indicators: A macro-level investigation in emerging countries. *Procedia economics and finance*, 23, 203-209.
- ALLEN, L., DeLong, G., & SAUNDERS, A. (2004). Issues in the credit risk modeling of retail markets. *Journal of Banking & Finance*, 28(4), 727-752.
- ALMEIDA, F. D., & DIVINO, J. A. (2015). Determinants of the banking spread in the Brazilian economy: The role of micro and macroeconomic factors. *International Review of Economics & Finance*, 40, 29-39.
- ALTUNBAS, Y. & MARQUES, D. (2008). Mergers and acquisitions and bank performance in Europe: The role of strategic similarities. *Journal of Economics and Business*, 60 (3), 204-222.
- ANBAR, A., & ALPER, D. (2011). Bank specific and macroeconomic determinants of commercial bank profitability: Empirical evidence from Turkey.
- ARELLANO, M., BOVER, O., (1995). Another look at the instrumental variables estimation of error-component models. *Journal of Econometrics* 68, 29-51.
- ATHANASOGLU, P. P., DANIILIDIS, I., & DELIS, M. D. (2014). Bank procyclicality and output: Issues and policies. *Journal of Economics and Business*, 72, 58-83.
- ATHANASOGLU, P. P., S. N. BRISIMIS., DELIS M. D. (2008) Bank-specific, industry-specific and macroeconomic determinants of bank profitability, *Journal of International Financial Markets, Institutions and Money* 18, 121-136.

ATHANASOGLU, P.P., BRISSIMIS, N.S., (2004) The effect of mergers and acquisitions on bank efficiency in Greece. *Bank of Greece Economic Bulletin* 22, 7-34.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (2017) – Relatório de Economia Bancária - acesso em março de 2018 em <https://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/n/REB>

BANCO CENTRAL DO BRASIL (2018) – Relatório de Estabilidade Financeira – Panorama do Sistema Financeiro Nacional acesso em julho de 2018 em <https://www.bcb.gov.br/?relestab201804>

BARTRAM, S.M., & WANG, Y. H. (2015). European financial market dependence: An industry analysis. *Journal of Banking & Finance*, 59, 146-163

BCBS - Basel Committee on Banking Supervision. (1988). International convergence of capital measurement and capital standards. acesso em fevereiro de 2018 em <http://www.bis.org/publ/bcbs04a.pdf>

BCBS - Basel Committee on Banking Supervision. (2010). Basel III: A global regulatory framework for more resilient banks and banking systems. acesso em fevereiro de 2018 em <http://www.bis.org/publ/bcbs189.pdf>

Beck, T., Demirguc-Kunt, A., & MERROUCHE, O. (2013). Islamic vs. conventional banking: Business model, efficiency and stability. *Journal of Banking and Finance*, 37, 433-447.

Belke, A., Haskamp, U., & Setzer, R. (2016). Regional bank efficiency and its effect on regional growth in "normal" and "bad" times. *Economic Modelling*, 58, 413-426.

BELTRATTI, A., & PALADINO, G. (2015). Bank leverage and profitability: Evidence from a sample of international banks. *Review of Financial Economics*, 27(1), 46-57

BOLT, W., DE HAAN, L., HOEBERICHTS, M., VAN OORDT, M. R., & SWANK, J. (2012). Bank profitability during recessions. *Journal of Banking & Finance*, 36(9), 2552-2564.

BOUBAKRI, N., COSSET, J. C., GUEDHAMI, O., & FISHER, K. (2005). Ownership Structure and the performance of privatized banks. *Journal of Banking and Finance*, 29(8), 2015-2041.

BOURKE, P. (1989). Concentration and other determinants of bank profitability in Europe, North America and Australia. *Journal of Banking & Finance*, 13(1), 65-79

BROCK, P. L., & SUAREZ, L. R. (2000). Understanding the behavior of bank spreads in Latin America. *Journal of development Economics*, 63(1), 113-134.

CABRERA, A., & MANUEL, C. (2016). La rentabilidad de los bancos comerciales y el ambiente macroeconómico: el caso peruano en el período 1982-2014.

CALEM, P., & ROB, R. (1999). The impact of capital-based regulation on bank risk-taking. *Journal of Financial Intermediation*, 8(4), 317-352.

ÇİPRARU, B. & İHNATOV, I. (2014). Banks Profitability in Selected Central and Eastern European Countries. *Procedia Economics and Finance*, 16, 587-591.

CAPRIO, G., & KLINGEBIEL, D. (1996). Bank insolvency: bad luck, bad policy, or bad banking?. In Annual World Bank conference on development economics (Vol. 79).

CHEN, S. H., & LIAO, C. C. (2011). Are foreign banks more profitable than domestic banks? Home-and host-country effects of banking market structure, governance, and supervision. *Journal of Banking & Finance*, 35(4), 819-839.

CHORTAREAS, G. E., GARZA-GARCÍA, J. G., & GIRARDONE, C. (2012). Competition, efficiency and interest rate margins in Latin American banking. *International Review of Financial Analysis*, 24, 93-103.

CLAESSENS, S., KLINGEBIEL, D., & LAEVEN, L. (2001). Financial restructuring in banking and corporate sector crises: Which policies to pursue?. *Managing the real and fiscal effects of banking crises*, 428, 1-14.

CLAEYS, S., & VANDER VENNET, R. (2008). Determinants of bank interest margins in Central and Eastern Europe: A comparison with the West. *Economic Systems* 32(2), 197-216.

COHEN, L., & HOLLIDAY, M. (1996). *Practical statistics for students: An introductory text*. Sage.

CURAK, M., POPOSKI, K., & PEPUR, S. (2012). Profitability determinants of the Macedonian banking sector in changing environment. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, 44, 406-416.

DE HAAN, J., POGHOSYAN, T. (2011). Bank Size, Market Concentration, and Bank Earnings Volatility in the US. De Nederlandsche Bank Working Paper

DELIS, M. D., & KARAVIAS, Y. (2015). Optimal versus realized bank credit risk and monetary policy. *Journal of Financial Stability*, 16, 13-30.

DEMIRGÜÇ-KUNT, A. & HUIZINGA, H. (1999). Determinants of Commercial Bank Interest Margins and Profitability: Some International Evidence. *The World Bank Economic Review*, 13(2), 379-408.

DIETRICH, A., AND G. WANZENRIED, (2011) "Determinants of bank profitability before and during the crisis: evidence from Switzerland" *Journal of International Financial Markets, Institutions and Money* 21, 307-327.

ECONOMÁTICA INSIGHTS (2018) – Balanço consolidado grandes bancos 2017. acesso em setembro de 2018 em <https://insight.economica.com/balanco-consolidado-bancos-2017/>

EWIJK, S. E., & ARNOLD, I. J. (2014). How bank business models drive interest margins: Evidence from US bank-level data. *The European Journal of Finance*, 20(10), 850-873.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DOS BANCOS (2012) – Relatório Anual – acesso em abril de 2018 em <https://portal.febraban.org.br/pagina/3048/19/pt-br/relatorio-anual>

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DOS BANCOS (2018) – Panorama de Crédito – acesso em abril de 2018 em <https://portal.febraban.org.br/pagina/3130/21/pt-br/panorama>

GAGANIS, C., LIU, L., & PASIOURAS, F. (2015). Regulations, profitability, and risk-adjusted returns of European insurers: An empirical investigation. *Journal of Financial Stability*, 18, 55-77.

GANDER, J. P. (2013). Integrating bank profit and risk-avoidance decisions for selected European countries: A micro-macro analysis. *Economic Modelling*, 31, 717-722.

GARCÍA-HERRERO, A., GAVILA, S., & SANTABARBARA, D. (2009). What explains the low profitability of Chinese banks?. *Journal of Banking & Finance*, 33, 2080-2092.

GHOSH, A. (2015). Banking-industry specific and regional economic determinants of non-performing loans: Evidence from US states. *Journal of Financial Stability*, 20, 93-104.

GHOSH, S. (2014). Risk, capital and financial crisis: Evidence for GCC banks. *Borsa Istanbul Review*, 14(3), 145-157.

GODDARD, J., LIU, H., MOLYNEUX, P., & WILSON, J. O. (2011). The persistence of bank profit. *Journal of Banking & Finance*, 35(11), 2881-2890.

GODDARD, J., MOLYNEUX, P., WILSON, J. O., & TAVAKOLI, M. (2007). European banking: An overview. *Journal of Banking & Finance*, 31(7), 1911-1935.

GUILLÉN, J., RENGIFO, E. W., & OZSOZ, E. (2014). Relative power and efficiency as a main determinant of banks profitability in Latin America. *Borsa Istanbul Review*, 14, 119-125.

GUO, X., DUFF, A., & HAIR, M. (2010). The antecedents and consequences of commitment in bank–corporate relationships: evidence from the Chinese banking market. *Asia Pacific Business Review*, 16(3), 395-416.

HAANA, J. & POGHOSYAND, T., (2011) Bank Size, Market Concentration, and Bank Earnings Volatility in the USA. *Working Paper, No 282, march 2011*. Amsterdam.

HAVRYLCHYK, O., & JURZYK, E. (2011). Inherited or earned? Performance of foreign banks in Central and Eastern Europe. *Journal of Banking & Finance*, 35(5), 1291-1302.

HEFFERNAN, S., & FU, M. (2008). The determinants of bank performance in China.

HELLIAR, C., COBB, I., & INNES, J. (2002). A longitudinal case study of profitability reporting in a bank. *The British Accounting Review*, 34(1), 27-53.

HOUSTON, J. F., LIN, C., LIN, P., & MA, Y. (2010). Creditor rights, information sharing, and bank risk taking. *Journal of financial Economics*, 96(3), 485-512.

HUSSAIN, I. (2014). Banking industry concentration and net interest margins (NIMs) in Pakistan. *Journal of Business Economics and Management*, 15(2), 384-402

KANAS, A., VASILIOU, D., & ERIOTIS, N. (2012). Revisiting bank profitability: A semi-parametric approach. *Journal of International Financial Markets, Institutions and Money*, 22(4), 990-1005.

KÖHLER, M. (2015). Which banks are more risky? The impact of business models on bank stability. *Journal of Financial Stability*, 16, 195-212.

KOSMIDOU, K., (2008). "The determinants of banks' profits in Greece during the period of EU financial integration". *Managerial Finance* 34 (3), 146-159

KOUTSOMANOLI-FILIPPAKI, A., MARGARITIS, D., & STAIKOURAS, C. (2009). Efficiency and productivity growth in the banking industry of Central and Eastern Europe. *Journal of Banking & Finance*, 33(3), 557-567.

LAKATOS, E. M., & DE ANDRADE MARCONI, M. (2001). Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos 6ª ed. São Paulo: Atlas

LANINE, G., & VANDER VENNET, R. (2007). Microeconomic determinants of acquisitions of Eastern European banks by Western European banks 1. *Economics of Transition*, 15(2), 285-308.

LIANG, H.-Y., CHING, Y.P. & CHAN, K.C. (2013). Enhancing bank performance through branches or representative offices? Evidence from European banks. *International Business Review*, 22, 495-508

LIEBIG, T., PORATH, D., WEDER, B., & WEDOW, M. (2007). Basel II and bank lending to emerging markets: evidence from the German banking sector. *Journal of Banking & Finance*, 31(2), 401-418.

MAFFILI, D. W., & DE SOUZA, A. A. (2011). Análise da rentabilidade dos maiores bancos brasileiros no período de 1999 a 2005.

MIRZAEI, A., MOORE, T., & LIU, G. (2013). Does market structure matter on banks' profitability and stability? Emerging vs. advanced economies. *Journal of Banking & Finance*, 37(8), 2920-2937.

OREIRO, J. L. D. C., PAULA, L. F. D., SILVA, G. J. C. D., & ONO, F. H. (2006). Determinantes macroeconômicos do spread bancário no Brasil: teoria e evidência recente. *Economia Aplicada*, 10(4), 609-634.

PASIOURAS, F., & KOSMIDOU, K. (2007). Factors influencing the profitability of domestic and foreign commercial banks in the European Union. *Research in International Business and Finance*, 21(2), 222-23

PERIA, M. S. M. & MODY, A., (2004) How foreign participation and market concentration impact bank spreads: evidence from Latin America (Vol. 3210). *World Bank Publications*.

PERVAN, M., PELIVAN, I., & ARNERIĆ, J. (2015). Profit persistence and determinants of bank profitability in Croatia. *Economic research-Ekonomska istraživanja*, 28(1), 284-298.

PETRIA, N., CĂPRARU, B., & IHNATOV, I. (2015). Determinants of banks' profitability: evidence from EU 27 banking systems. *Procedia Economics and Finance*, 20, 518-524.

POLIT, D. F.; HUNGLER, B. P. (1995) Fundamentos de pesquisa em enfermagem. 3. ed., Porto Alegre, Artes Médicas.

POOL, S., DE HAAN, L., & JACOBS, J. P. (2015). Loan loss provisioning, bank credit and the real economy. *Journal of Macroeconomics*, 45, 124-136.

PORTER, M. E., & MILLAR, V. E. (1985). How information gives you competitive advantage.

PRIMO, U. R., DANTAS, J. A., MEDEIROS, O. R., & CAPELLETTO, L. R. (2013). Determinantes da Rentabilidade Bancária no Brasil. *Base*, 10(4)

ROMAN, A. Y SARGU, A. C. (2015). *The impact of bank-specific factors on the commercial banks liquidity: Empirical evidence from CEE countries. Procedia Economics and Finance*, 20, 571-579

ROVER, S., TOMAZZIA, E. C., & FÁVERO, L. P. (2013). Financial and Macroeconomic Determinants of Profitability: Empirical Evidence from the Brazilian Banking Sector. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 6(2), 156-177.

SANTOS, H. C., KRATZ, M., & MUNOZ, F. M. (2012). Modelling macroeconomic effects and expert judgements in operational risk: a Bayesian approach.

SCHULARICK, M., & TAYLOR, A. M. (2012). Credit booms gone bust: Monetary policy, leverage cycles, and financial crises, 1870-2008. *American Economic Review*, 102(2), 1029-61.

SCHUMACHER, M. L., FLAMINI, V., & MCDONALD, M. C. A. (2009). The determinants of commercial bank profitability in Sub-Saharan Africa (No. 9-15). *International Monetary Fund*.

SHORT, B. K. (1979). The relation between commercial bank profit rates and banking concentration in Canada, Western Europe, and Japan. *Journal of Banking & Finance*, 3(3), 209-219.

SILVA, B. C. P. D. (2017). *Determinantes da rentabilidade no setor bancário português* (Doctoral dissertation)

STUDENMUND, A.H. (2005). *Using Econometrics: A Practical Guide* (5th edition) Boston: Addison-Wesley.

SUFIAN, F., & HABIBULLAH, M. S. (2009). Bank specific and macroeconomic determinants of bank profitability: Empirical evidence from the China banking sector. *Frontiers of Economics in China*, 4(2), 274-291

TABAK, B. M., FAZIO, D. M., & CAJUEIRO, D. O. (2013). Systemically important banks and financial stability: The case of Latin America. *Journal of Banking & Finance*, 37(10), 3855-3866.

TERRAZA, V. (2015). The effect of bank size on risk ratios: Implications of banks' performance. *Procedia Economics and Finance*, 30, 903-909

TRUJILLO-PONCE, A. (2013). What determines the profitability of banks? Evidence from Spain. *Accounting & Finance*, 53(2), 561-586.

VINHADO, F. D. S. (2010). Determinantes da Rentabilidade das Instituições Financeiras no Brasil: Uma Aplicação em Painel Dinâmico.

WESTMAN, H. (2011). The impact of management and board ownership on profitability in banks with different strategies. *Journal of Banking & Finance*, 35(12), 3300-3318.

YILDIRIM, H. S., & PHILIPPATOS, G. C. (2007). Restructuring, consolidation and competition in Latin American banking markets. *Journal of Banking & Finance*, 31(3), 629-639.

ZAHR, Y. (2014). Bank Regulation-The Leverage Ratio Requirement from the Perspective of Stabilizing the Financial System.

ZHOU, K., & WONG, M. C. (2008). The determinants of net interest margins of commercial banks in mainland China. *Emerging Markets Finance and Trade*, 44(5), 41-53.



CONTRATO

El presente es un contrato que se celebra entre las partes que se mencionan a continuación, en virtud de lo establecido en el artículo 1.401 del Código de Comercio, para el cumplimiento de las obligaciones que se detallan a continuación.

Cláusula 01

Cláusula 02

2.1.

2.2.



Contabilização dos contratos de rateio nos consórcios públicos

A finalidade do artigo é propor uma estrutura mínima de etapas de registros contábeis que possibilite o controle e transparência da gestão dos recursos públicos, geridos por meio dos consórcios públicos no Brasil. Procurou-se investigar os consórcios públicos da área de saúde no Estado de Minas Gerais, em 2015, coletando dados disponibilizados pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCMG). O levantamento apontou que 59% dos municípios mineiros não encaminharam as prestações de contas dos contratos de rateios e sequer existe um padrão de contabilização e evidenciação dessas informações. Em razão desse diagnóstico, a pesquisa demonstra etapas encadeadas dos procedimentos contábeis necessários ao controle e evidenciação dos recursos públicos envolvidos, propondo um fluxo lógico e integrado que permita rastrear o recurso a partir da transferência pelo ente consorciado ao respectivo consórcio público, passando pela execução orçamentária e finalizando com o retorno das informações para fins de prestações de contas. Por se tratar de uma alternativa de descentralização e otimização de gestão das políticas públicas, espera-se que o modelo proposto contribua para evidenciar e transparecer as contas públicas vinculadas aos consórcios públicos, instrumentalizando os controles interno, externo e social.

Sebastiao Francisco Rodrigues

Mestre em Ciências Contábeis
Fucape Business School
E-mail: tiaodanega@hotmail.com

João Eudes Bezerra Filho

Mestre em Ciências Contábeis
Fucape Business School
E-mail: jeudes@tce.pe.gov.br

Aridelmo Teixeira

Doutor em Controladoria e Contabilidade
Fucape Business School
E-mail: aridelmo@fucape.br

2161 - Recebido em 24/3/2019. Distribuído em 26/3/2019 20/5/2019. Pedido de revisão em 4/4/2019 e 28/5/2019. Resubmetido pelo autor em 23/04/2019 e em 4/6/2019. Aprovado em 5/6/2019, na quinta rodada, por três membros do Conselho Editorial. Publicado na edição setembro-outubro de 2019. Organização responsável pelo periódico: Conselho Federal de Contabilidade.

1. Introdução

A remodelagem do Estado brasileiro, ocorrida com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF, 1988), foi marcada pela redemocratização do país e pela descentralização do Poder (Machado & Andrade, 2014). Nesse contexto, a repartição de competências para executar políticas públicas de maneira mais ágil, eficaz e efetiva fortaleceu o papel dos municípios (MATOS; DIAS, 2012; PITERMAN; REZENDE; HELLER, 2016).

Contudo, a elevação dos municípios a ente federado implicou atribuições acima das suas capacidades financeira, física e operacional, levando-os a se reinventar e se relacionar com os demais entes (CNM, 2017; GERIGK; PESSALI, 2014). Como exemplos, contratos com Organizações Sociais (OS), e com Consórcios Públicos (CP) e as Parcerias Público-Privadas (PPP).

Os arranjos alternativos de prestação de serviços devem prestar contas dos recursos públicos alocados na execução de determinada ação de Governo. Essa obrigação está prevista na CF (1988) e na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) (Lei Complementar n.º 101, 2000). A LRF pauta no planejamento, no controle, na transparência e

na responsabilização (LAUREANO; WARTCHOW; ROSSO; MACAGNAN, 2017), e visa impor limites aos gastos públicos (LRF, 2000). A transparência foi reforçada pela Lei de Acesso à Informação – LAI (Lei n.º 12.527, 2011).

Nesse contexto, a Contabilidade se insere e é responsável por registrar os atos e os fatos ocorridos no patrimônio público, evidenciando a conduta na gestão e fornecendo informações úteis para a sociedade (Secretaria do Tesouro Nacional [STN], 2017b). Assim, restringindo-se à cooperação entre entes federados por meio de Consócio Público (CP), o objetivo desta pesquisa foi propor um fluxo, contendo as etapas que possibilitem o registro e controle dos recursos do contrato de rateio, na origem, na transferência, na utilização e nas prestações de contas por parte dos consórcios públicos de saúde no Brasil.

Não foram observadas pesquisas acerca da consolidação dos gastos nos entes consorciados, tampouco da execução dos registros e controles contábeis dos contratos de rateio, a fim de atenderem às normas nacionais e garantirem a instrumentalização do controle e da transparência. Estudos anteriores (ABRUCIO et al., 2013; MACHADO; ANDRADE, 2014; MATOS; DIAS,

2012; RODRIGUES; CRUZ, 2012) trataram da formação e da sustentabilidade política e financeira dos CPs; da experiência gerencial e das vantagens dos CPs para os entes consorciados; das áreas e focos de atuação; dos instrumentos utilizados na contratação; da estrutura administrativa e da qualidade dos serviços prestados.

Este estudo se justifica em razão dos riscos dos entes consorciados ficarem inadimplentes (LRF, 2000); pela possibilidade de o gestor cominar em improbidade administrativa (Lei n.º 8.429, 1992); pelas distorções nas prestações de contas (TCEMG, 2015); pelo grande número de municípios consorciados; pela ausência de normas que orientem na execução do contrato de rateio; pela pouca transparência nas prestações de contas dos recursos destinados aos CPs.

Esta pesquisa preenche uma lacuna na literatura acadêmica e contribuirá e servirá de parâmetro de evidenciação e transparência para os entes consorciados e para os usuários da informação contábil, o que inclui os controles interno, externo e social, no que tange à aplicação dos recursos do contrato de rateio.

Além desta introdução, o estudo subdivide em referencial teórico, metodologia, levantamento

“Esta pesquisa preenche uma lacuna na literatura acadêmica e contribuirá e servirá de parâmetro de evidenciação e transparência para os entes consorciados e para os usuários da informação contábil, o que inclui os controles interno, externo e social, no que tange à aplicação dos recursos do contrato de rateio.”

dos dados e proposta das etapas de escrituração contábil e controle e considerações finais. No levantamento de informações no TCEMG, constatou-se que 59% dos municípios mineiros, que celebraram Contratos de Rateios em 2015 na área de saúde, não encaminharam as prestações de contas. Após isso, foi apresentado o mecanismo de Fonte/Destinação de recursos que serviu como complemento ao fluxo estruturado contendo as etapas que percorrem os recursos vinculados ao contrato de rateio.

2. Referencial Teórico

2.1 Consórcios no Brasil

Embora a figura dos consórcios tenha surgido na primeira metade do século XX, a colaboração entre os entes públicos só prosperou após a promulgação da CF (1988), com a descentralização política. O advento da Lei Federal n.º 11.107 (2005) e de sua regulamentação pelo Decreto n.º 6.017 (2007) deu novo impulso a esses arranjos (CNM, 2017).

A constituição de um consórcio público é realizada em diversas etapas (CNM, 2017; Ribeiro, 2007). Os principais passos são apresentados na Figura 1.

Para constituir um CP, deve haver a subscrição prévia do protocolo de intenções que deverá ser ratificado pelas casas legislativas dos entes consorciados (Lei n.º 11.107, 2005). Aprovada a participação do ente federado no CP, este passará a integrar a sua administração indireta (Lei n.º 11.107, 2005).

Vencida a etapa do protocolo de intenções, os entes consorciados poderão celebrar o contrato de rateio para fornecer recursos financeiros ao CP (Decreto n.º 6.017, 2007), devendo incluir em suas normas orçamentárias os créditos necessários (CNM, 2017). O contrato de rateio deve ser formalizado para

cada exercício financeiro, sendo vedada a aplicação de recursos em despesas genéricas ou modalidade de aplicação indefinida (Lei n.º 11.107, 2005).

2.2 Exigências normativas de contabilização

A LRF trouxe exigências para a Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Casp), que tratam da escrituração e da consolidação das contas públicas (BEZERRA FILHO, 2015). Posteriormente, outros normativos, como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), trouxeram novas exigências.

As atuais NBCASPs são obrigatórias para todas as entidades do setor público. Isso envolve o Governo das três esferas da Federação e os seus poderes, o que inclui órgãos, secretarias, autarquias, fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, fundos, CP e outras repartições semelhantes das administrações direta e indireta (STN, 2017b).

A LRF estabelece no Art. 8º, parágrafo único, e no Art. 50º, inciso

I, a obrigatoriedade de se efetuar o controle das transferências realizadas mantendo o vínculo com a sua finalidade (LRF, 2000). Esse controle é realizado pelo mecanismo de Fonte/Destinação de recursos, que visa atrelar a origem dos recursos à sua destinação (STN, 2017b).

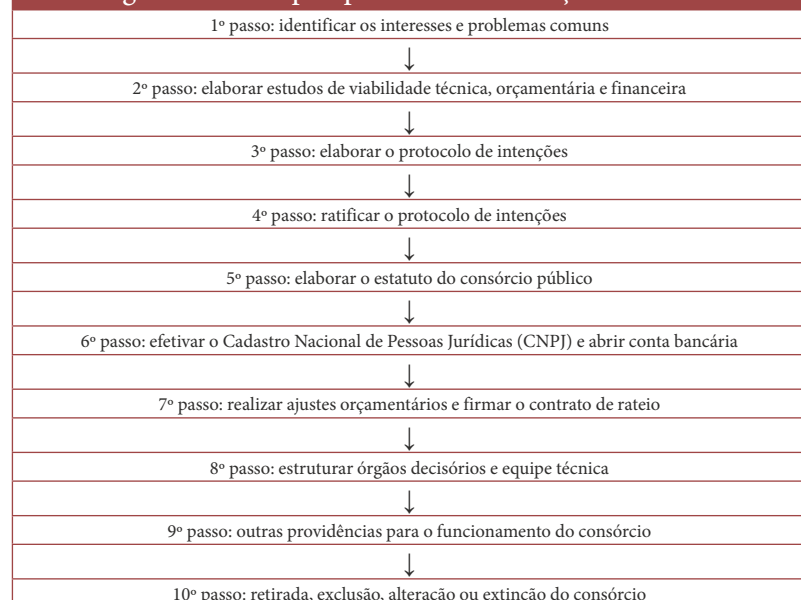
Acrescenta-se ainda que, para atender à LRF, deverão ser consolidados, no ente transferidor, os gastos dos recursos transferidos ao CP (Lei n.º 11.107, 2005).

Assim, para manter a fidelidade em relação à Fonte/Destinação de recursos do crédito empenhado no ente consorciado com o transferido para o CP, a execução orçamentária neste deverá manter correlação com a função, a categoria econômica e o grupo de natureza da despesa orçamentária empenhada da-quele (STN, 2017b).

A função é composta de dois dígitos e integra a classificação funcional da despesa, juntamente com a subfunção, e está relacionada com a missão institucional do órgão (STN, 2017b).

A classificação por categoria econômica segrega o que di-

Figura 1 – Principais passos da constituição de um CP



Fonte: CNM (2017, p. 59-72).

retamente contribui, ou não, para a formação ou aquisição de um bem de capital. O grupo de natureza da despesa “é um agregador de elementos de despesa orçamentária com as mesmas características quanto ao objeto de gasto [...]” (STN, 2017b, p. 76).

2.3 Transparência e prestação de contas

A transparência governamental se mostra parte dos mecanismos para melhorar a governança pública, principalmente no que tange à prestação de contas e à responsabilização dos gestores públicos (ABDALA; TORRES, 2016; LAUREANO et al., 2017).

A LRF é considerada o marco regulatório da transparência na gestão pública (BAIRRAL et al., 2015). Essa norma, que versa sobre a necessidade de planejamento, controle, transparência e responsabilização na Administração Pública (LAUREANO et al., 2017), foi reforçada pela LAI, no que se refere à obrigatoriedade de transparência das informações públicas (ANDRADE et al., 2017).

O dever de prestar contas é anterior à LRF e à LAI. A CF (1988) estabeleceu que qualquer pessoa, física ou jurídica, pública ou privada, que controle de alguma forma bens e interesses da sociedade tem a obrigação de prestar contas (CNM, 2017). Para isso, os mecanismos de controle interno e de controle externo devem fiscalizar e verificar a correta aplicação desses recursos (AMORIM et al., 2017; CNM, 2017).

3. Metodologia

Para atender ao objetivo geral deste estudo, realizou uma revisão bibliográfica sobre o tema e sobre assuntos correlatos, seguida de pesquisa documental. A pesquisa documental, realizada no Estado de Mi-

nas Gerais, buscou levantar dados do exercício financeiro de 2015 para identificar a quantidade de municípios que transferiram recursos vinculados à saúde, utilizando-se do Contrato de Rateio e da quantidade de municípios que encaminharam ou deixaram de encaminhar a prestação de contas ao TCEMG dos recursos transferidos aos CPs.

O Estado de Minas Gerais foi escolhido por apresentar peculiaridades distintas de outros entes. É o estado que contém o maior número de municípios do país, no total de 853; as diferenças de desenvolvimento no estado sintetizam o Brasil (PALES, 2014); e possui o maior número de articulação interinstitucional, sendo 800 articulações consorciadas no total, com destaque em saúde com 783 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2016).

Os dados dos municípios foram coletados no portal do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (Sicom), do TCEMG. Optou-se pelo exercício 2015 em virtude de ser o ano que possuía os dados mais recentes disponibilizados pelo TCEMG e, pelo IBGE, em relação às articulações interinstitucional.

Para encaminhar os dados ao TCEMG, referentes ao exercício de 2015, os municípios utilizaram das ferramentas do Sicom, inclusive os valores transferidos por meio dos Contratos de Rateios.

No levantamento identificaram-se valores inseridos na prestação de contas superiores àqueles transferidos por intermédio do contrato de rateio. Não foi possível identificar se a execução contábil no CP observou a mesma fonte de recursos da transferência efetuada pelo ente, por não haver campo com essa informação (TCEMG, 2015).

Contudo, nem todos os municípios consorciados transferem recursos por meio de contrato de rateio. Por conseguinte,

a quantidade de articulações apontadas na pesquisa efetuada pelo IBGE (2016) não mantém correlação com a quantidade de municípios que encaminharam dados ao Sicom.

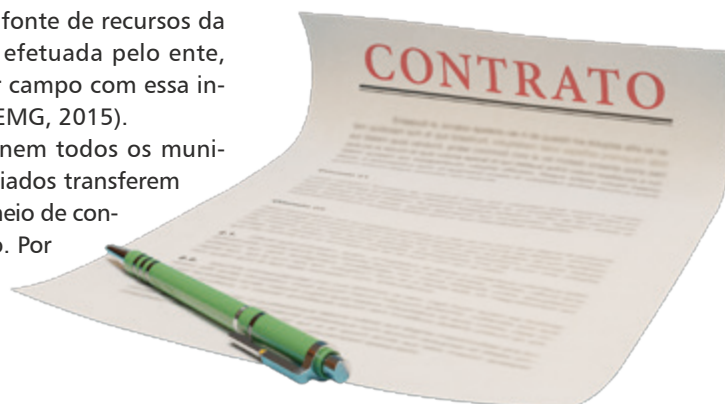
Assim, os dados obtidos pelo IBGE (2016) foram utilizados para nortear a quantidade de municípios mineiros consorciados, já que os dados disponibilizados no portal do TCEMG não possuem campos que contemplem esse critério.

O TCEMG exige de seus jurisdicionados a utilização do complemento fonte de recursos. Este vínculo com fonte se mantém desde a receita até o pagamento da despesa e, neste caso, a execução dos recursos transferidos ao CP deverá ser fidedigna à fonte de origem. O levantamento alcançou as fontes: “02 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos Vinculados à Saúde” e “12 - Serviços de Saúde” (TCEMG, 2016).

Outra ausência identificada no levantamento foi a falta de controle da transferência dos recursos por função, categoria econômica e por grupo da despesa, prejudicando os dispositivos contidos nas normas que tratam de CP (Decreto n.º 6.017, 2007; STN, 2016c).

Com a finalidade de apresentar um mecanismo que possibilite o controle dos recursos transferidos por intermédio do contrato de rateio aos CP e atender às normas em vigor (LRF, 2000; STN, 2016c, 2017b), foi desenvolvido um *design* para controlar a execução orçamentária destes recursos.

A STN, por meio Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor



Público (MCASP) (STN, 2017b) e de seus anexos (STN, 2017a), publicou codificação para identificar a Fonte/Destinação de Recursos e que esse estudo utilizou como parâmetro na elaboração do *design* para o mecanismo proposto.

Partindo do mecanismo publicado pela STN, foram adicionados 4 dígitos destinados a efetuar o controle por ente consorciado, por categoria econômica e por grupo da natureza de despesa. Por fim, foi estruturado o fluxo contendo as etapas pelas quais passam os recursos transferidos por meio do contrato de rateio.

E, com a finalidade de utilizar-se do mecanismo proposto, foi desenvolvido um exercício teórico englobando as etapas contidas no fluxo estruturado. Ainda sobre o fluxo estruturado, a obrigatoriedade de manter a correlação da classificação por função foi efetuada dentro do exercício teórico simulado em suas etapas (STN, 2016c).

4. Levantamento dos dados e proposta das etapas de escrituração contábil e controle

A pesquisa dos dados abrangeu os 853 municípios mineiros, a qual se resume nos dados apresentados na Tabela 1. Nessa tabela, em relação às colunas com os títulos: “Total de Municípios no Estado”, “Celebrou contrato de rateio?” e “Houve Transferência?”; identificou-se o município, independentemente de fazer parte de consórcio.

No levantamento, considerou-se a fonte de recursos das transferên-

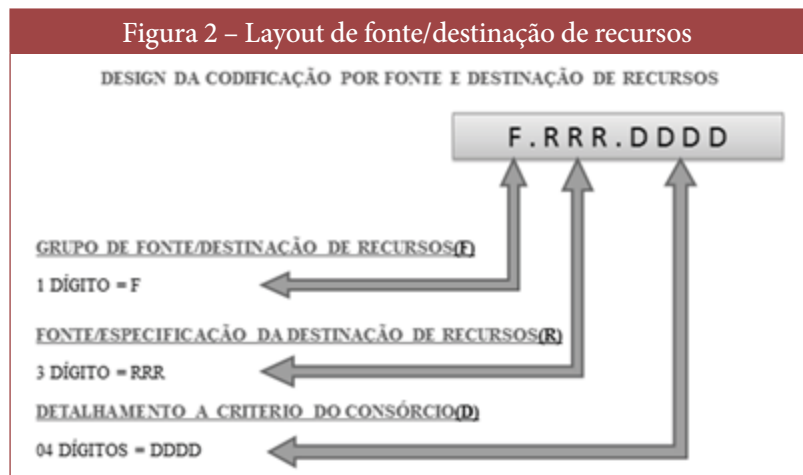
cias realizadas por meio do contrato de rateio pelos entes consorciados, mas não foi possível adotar o mesmo procedimento no CP por não existir controle por fonte no portal do Sicom (TCEMG, 2015). Concomitante ao levantamento no TCEMG, buscou-se, nos dados publicados pelo IBGE (2016), o número de municípios do Estado de Minas Gerais que faziam parte de consórcios em 2015. A pesquisa apontou 800 municípios consorciados, sendo 783 na área de Saúde.

No portal do TCEMG, na aba ‘Fiscalizando com o TCE: Minas Transparente’, foram levantados os dados referentes a entes municipais consorciados, que celebraram contrato de rateio no exercício de 2015 (TCEMG, 2015). O contrato de rateio não constitui uma obrigação a ser celebrada, até porque está diretamente vinculado à existência de previsão de recursos orçamentários que suportem as obrigações contratadas e, ainda, será formalizado em cada

exercício financeiro (Decreto n.º 6.017, 2007). Do total de 800 municípios consorciados, 306 municípios celebraram este instrumento, o que corresponde a 38%. Na área de Saúde, dos 753 municípios, 177 municípios (23%) celebraram o contrato.

Quanto à prestação de contas dos recursos transferidos, o levantamento apontou afrontamento aos dispositivos legais, uma vez que 105 municípios (59%), do total de 177 que transferiram recursos na área de saúde, não a encaminharam ao TCEMG. Devido à limitação de acesso aos dados disponibilizados no portal do TCEMG, não foi possível aferir se as prestações de contas daqueles municípios que enviaram ao TCEMG foram auditadas.

Considerando a deficiência anteriormente exposta (prestação de contas e transparência), será apresentado o mecanismo de controle, conforme Figura 2. Para melhor entendimento, tomará como exemplos um município e um consórcio



Fonte: STN (2017b); TCEMG (2016).

Tabela 1 – Levantamento de dados sobre Consórcios Públicos nos municípios de Minas Gerais										
LEVANTAMENTO DE DADOS SOBRE CONSÓRCIO PÚBLICO										
ENTE	EXECUÇÃO – DADOS OBTIDOS NO PORTAL DO TCEMG – EXERCÍCIO DE 2015									
	Celebrou contrato de rateio?		Houve Transferência?		Fonte de recursos da transferência		Prestou Contas?			
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	Saúde	Outras	SIM		NÃO	
Total de Municípios no Estado							Saúde	Outras	Saúde	Outras
853	306	547	306	547	177	129	72	74	105	55

Fonte: TCEMG (2015).

fictícios, nos quais ocorrerão os fatos e eventos que darão ensejo para apresentar uma situação demonstrativa que abrangerá as etapas pelas quais passam os recursos transferidos por contratos de rateios.

O grupo de fonte/destinação de recursos (F) tem como função identificar os recursos arrecadados no exercício corrente, segregados daqueles de exercícios anteriores. A Figura 3 demonstra as classificações.

Quando à fonte/especificação da destinação de recursos (R), irá identificar os recursos vinculados e os próprios. Este controle permitirá desagregar os recursos dentro de uma mesma conta corrente. A Figura 4 traz o dígito identificador e a especificação da destinação da fonte de recurso, segundo publicação da STN (2017b).

O detalhamento analítico é o campo do mecanismo que demonstrará o controle da vinculação, objeto desta pesquisa. Composto de 4 dígitos, os 3 primeiros serão destinados ao número de inscrição do ente no consórcio. O 4º dígito será destinado ao controle da categoria econômica e do grupo de despesa. A Figura 5 demonstra os detalhamentos.

Sobre o Detalhamento analítico, o dígito identificado n.º 1 corresponde à categoria econômica (3. Despesa Corrente) e ao grupo de despesa (1. Pessoal e Encargos); o dígito identificador n.º 2 corresponde à categoria econômica (3. Despesa Corrente) e grupo de despesa (3. Outras Despesas Correntes); e o dígito identificador n.º 3 corresponde à categoria econômica (4. Despesa de Capital) e ao grupo de despesa (4. Investimentos); estes dados estão diretamente relacionados ao empenhamento efetuado pelo ente das despesas com contrato de rateio. Além desses dígitos, poderão ser utilizados outros, porém este estudo ficará restrito aos constantes na Figura 5.

O mecanismo será utilizado como complemento às informações

inseridas nas etapas que compõem o fluxo do contrato de rateio, com fundamentação em normas publicadas (LRF, 2000; Lei n.º 11.107, 2005; STN, 2016a, 2016b, 2016c, 2017b; TCEMG, 2016).

Devido ao grande número de CP e de entes consorciados, conforme demonstrado anteriormente nos levantamentos das publicações

do IBGE (2016) e do TCEMG (2015), surgiu a necessidade de regularizar a execução orçamentária dos consórcios e a consolidação nos entes consorciados.

Abaixo, a Figura 6 demonstra o fluxo sugerido para cada etapa do contrato de rateio, desde o envio das informações pelo Consórcio, conforme Portaria n.º 274 (STN,

Figura 3 – Grupo de fonte/destinação de recursos

Dígito identificador	Destinação
1	Recursos do Exercício Corrente
2	Recursos de Exercícios Anteriores

Fonte: STN (2017b).

Figura 4 – Fonte/especificação da destinação de recursos

Dígito identificador	Especificação da destinação
001	Recursos Ordinários
111	Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos Vinculados à Educação.
211	Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos Vinculados à Saúde

Fonte: STN (2017b).

Figura 5 – Detalhamento analítico

Dígito identificador	Especificação da destinação
XXX	Número que identifica o ente consorciado no consórcio
1	Transferência destinada ao custeio de despesa com pessoal
2	Transferência destinada ao custeio de outras despesas correntes
3	Transferência destinada ao custeio de bens de capital

Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 6 – Fluxo do contrato de rateio



Fonte: elaborado pelo autor.

2016c), até a publicação dos Relatórios com os dados consolidados de acordo com a LRF (2000).

Além das proposições constantes no Fluxo e da utilização do mecanismo, quanto à evidenciação dos atos e fatos oriundos da celebração do contrato de rateio, o CP deverá observar o estabelecido pela STN (2016a; 2017b), (Figura 7).

Na elaboração do orçamento no CP, deverão ser observadas ainda as orientações especificadas na Figura 8, quanto à receita e à despesa. Para demonstrar a aplicação do Mecanismo de fonte/destinação de recursos e dos enunciados constantes da Figura 5 e da Figura 7, adotou-se o ente fictício Município de Modelândia, o qual está associado a um

Consórcio Intermunicipal de Saúde, também fictício, em cujas entidades ocorrerão transferências, recebimentos e execução de recursos oriundos de contrato de rateio.

A sequência apresentada a seguir está associada à Figura 6, bem como fundamentada nas normas que disciplinam consórcios e contabilidade pública.

4.1 Consórcio intermunicipal de saúde: envio das informações ao ente

A Portaria n.º 274 (STN, 2016c) atribui aos consórcios a incumbência de encaminhar as informações necessárias para subsidiar a elaboração do orçamento do ente consorciado, pelo menos trinta dias an-

tes do menor prazo para o envio do projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) ao Poder Legislativo. Assim, a Figura 9 traz a informação encaminhada pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde ao Município de Modelândia, para inclusão do crédito no orçamento do ente, referente ao valor a ser transferido por meio do contrato de rateio.

4.2 Ente consorciado: fixação da despesa na LOA ou abertura de crédito

De posse dessa informação, o Município de Modelândia inclui no seu orçamento o crédito orçamentário para cobrir a despesa, no exercício de 20X1, com transferência a título do contrato de rateio (STN,

Figura 7 – Mecanismo de Controles e Especificação

Mecanismo	Especificação
1. Fonte de Recurso	A contabilidade do CP deverá realizar os devidos registros por fontes de recursos, a partir dos recebimentos de receitas até a realização do empenho, liquidação e pagamento da despesa, observando as devidas vinculações, de forma a permitir a evidenciação da origem e aplicação de recursos do contrato de rateio na entidade consorciada.
2. Controle das Disponibilidades	Para fins de contabilização do controle das disponibilidades por fontes de recursos (DDR), a contabilidade do Consórcio utilizar-se-á das contas previstas no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP estendido (STN, 2016b), publicado pela STN (classes 7 e 8), devendo correlacionar o detalhamento analítico das referidas contas, no mínimo, pela mesma fonte de recurso empenhada originalmente pelo ente participante, desdobrada por natureza da despesa, observando a categoria econômica e o grupo da despesa.
3. Controle por ente	Ainda sobre a contabilização do controle das disponibilidades por fontes de recursos (DDR), além do disposto no item 2, a contabilidade do Consórcio efetuará o controle por ente consorciado das transferências efetuadas por meio do contrato de rateio.
4. Vínculo com as fontes originais	Por ocasião do empenhamento das despesas, as dotações orçamentárias do consórcio deverão estar compatibilizadas com as respectivas fontes, tratadas anteriormente, de forma que os empenhos sejam emitidos individualizados, observando-se as fontes correlatas.
5. Controles adicionais	No orçamento do consórcio público deverá constar a mesma fonte/destinação de recursos constante no orçamento do ente consorciado, acrescida de controles, conforme disposto nos itens 2 e 3, tanto para a receita quanto para a despesa.

Fonte: TCEPE (2016).

Figura 8 – Orçamento do Consórcio Público

Quanto à Receita Orçamentária	Quanto à Despesa Orçamentária
Natureza da Receita: MCASP (STN, 2017b), correlata com o objeto do contrato de rateio.	Função, Categoria Econômica e Grupo da despesa: classificação igual à aprovada na LOA ou Crédito Adicional do ente consorciado para a despesa fixada na transferência de contrato de rateio. Demais codificações a critério do consórcio e de acordo com as normas e legislação em vigor.
Fonte: classificação igual à aprovada na LOA ou Crédito Adicional do ente consorciado para despesa fixada para a transferência do contrato de rateio, acrescida do disposto na Figura 5.	Fonte: classificação igual à aprovada na LOA ou Crédito Adicional do ente consorciado para despesa fixada para a transferência do contrato de rateio, acrescida do disposto na Figura 5.

Fonte: TCEPE (2016).

Figura 9 – Informação encaminhada pelo consórcio sobre o valor do contrato de rateio

Consórcio Intermunicipal de Saúde		Valor do contrato de rateio para o exercício de 20x1	
Número de inscrição do ente	Ente consorciado	Natureza da despesa	Valor
001	Município de Modelândia	3.1.XX.XX	20.000,00
001	Município de Modelândia	3.3.XX.XX	10.000,00
001	Município de Modelândia	4.4.XX.XX	5.000,00

Fonte: Elaborado pelo autor.

2016c, 2017b). Na Figura 10, está demonstrada a fixação da despesa no ente consorciado.

4.3 Ente consorciado: assinatura do contrato de rateio e transferência ao CP

Após a aprovação do orçamento, o Município de Modelândia está apto para celebrar o contrato de rateio. Deverão ser evidenciados os lançamentos referentes ao contrato de rateio, conforme determina a IPC 10 (STN, 2016a), utilizando das contas estabelecidas no PCASP estendido (STN, 2016b). Simultaneamente, na contabilidade do CP, deverá ser efetuado o registro do contrato de rateio verificando o disposto na Figura 5 e na Figura 7, sem prejuízo das determinações contidas no MCASP (STN, 2017b) e na IPC 10 (STN, 2016a).

A Figura 11 demonstra as dotações e a fonte/destinação de recursos utilizadas pelo ente para o empenho, liquidação e pagamento da despesa.

4.4 Consórcio intermunicipal de saúde: previsão da receita do contrato de rateio

No CP, o orçamento deverá estar adequado com as dotações do ente transferidor, conforme demonstram as Figuras 12 e 13, e, em consonância, com as disposições nas Figuras 5 e 7, atendendo o Decreto n.º 6.017 (2007), a Portaria n.º 274 (STN, 2016c) e o MCASP (STN, 2017b) e utilizando o mecanismo sugerido neste estudo, conforme Figura 1.

Quando da estimativa da receita orçamentária dos recursos provenientes de contrato de rateio, no Consórcio Intermunicipal de Saúde, deverá ser levada em consideração a fonte/destinação de recursos utilizada pelo ente consorciado para a transferência de recursos, com o objetivo de manter a vinculação e atender ao disposto na LRF.

4.5 Consórcio intermunicipal de saúde: fixação da despesa vinculada ao contrato de rateio

Na fixação da despesa, o CP deverá observar a classificação por função, categoria econômica e por

grupo de natureza de despesa fixada no ente consorciado, conforme dispõe a Portaria n.º 274 (STN, 2016c). A Figura 13 demonstra essa vinculação, utilizando-se do Mecanismo para esse controle.

Figura 10 – Fixação de despesa no Município de Modelândia (Inscrição no Consórcio: 001)

Institucional		Orgão	10. Secretaria de Saúde			
		Unidade	01. Fundo Municipal de Saúde			
Funcional		Função	10. Saúde			
		Subfunção	302. Assistência hospitalar e ambulatorial			
Programática		Programa	33. Saúde ampla			
		Atividade	2.051. Gestão de consórcios públicos			
Natureza da despesa	Categoria Econômica	Grupo	Modalidade de Aplicação	Elemento de Despesa	Valor	Fonte de Recurso
	3.Despesa Corrente	1. Pessoal e Encargos	*71.	**70.	20.000,00	***1.211.0000
		3.Outras Despesas Correntes	*71.	**70.	10.000,00	***1.211.0000
	4.Despesa de Capital	4.Investimentos	*71.	**70.	5.000,00	***1.211.0000
TOTAL					35.000,00	

Fonte: elaborado pelo autor.

Nota: * Transferência a Consórcios mediante contrato de rateio; ** Transferência a Consórcios; e *** Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos Vinculados à Saúde.

Figura 11 – Empenho da despesa referente à transferência por contrato de rateio

Institucional		Orgão	10. Secretaria de saúde		
		Unidade	01. Fundo municipal de saude		
Funcional		Função	10. Saúde		
		Subfunção	302. Assistência hospitalar e ambulatorial		
Programática		Programa	33. Saúde ampla		
		Atividade	2.051. Gestão de consórcios públicos		
Natureza da despesa	Valor empenhado	Valor liquidado	Valor pago	Fonte de recurso	
3.1.71.70	20.000,00	20.000,00	20.000,00	*1.211.0000	
3.3.71.70	10.000,00	10.000,00	10.000,00	*1.211.0000	
4.4.71.70	5.000,00	5.000,00	5.000,00	*1.211.0000	
Total	35.000,00	35.000,00	35.000,00		

Fonte: elaborado pelo autor.

Nota: * Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos Vinculados à Saúde.

Figura 12 – Receita prevista no Orçamento do CP dos recursos transferidos pelo Município de Modelândia

Institucional		Orgão	XX. A critério do Consórcio.	
		Unidade	XX. A critério do Consórcio.	
Natureza da receita	1.7.3.8.02.1.0	Transferências Correntes a Consórcios Públicos	30.000,00	
	1.211.0011	Saúde/Despesa Corrente / Pessoal e Encargos	20.000,00	
Fonte	1.211.0012	Saúde /Despesa Corrente/Outras Despesas Correntes	10.000,00	
	2.4.3.8.01.1.0	Transferências de Capital a Consórcios Públicos	5.000,00	
Fonte	1.211.0013	Saúde /Despesa de Capital/Investimento	5.000,00	

Fonte: elaborado pelo autor.

4.6 Consórcio Intermunicipal de Saúde: arrecadação da Receita Oriunda do Contrato de Rateio

Com a transferência dos recursos do contrato de rateio realizado pelo ente consorciado, o consórcio registra o recebimento da receita, levando em consideração, além do disposto no MCASP (2017b) e no IPC 10 (2016a), as orientações contidas nas Figuras 5 e 7 em relação ao recebimento da receita. A Figura

14 demonstra o controle da receita, utilizando do Mecanismo contido na Figura 1.

4.7 Consórcio intermunicipal de saúde: execução da despesa

Vencida a etapa da arrecadação, o consórcio realiza a execução orçamentária da despesa fixada. Na Figura 15 foi simulada essa execução, observando a função, categoria econômica e grupo de natureza da des-

pesa originais no ente consorciado. O Mecanismo faz o controle complementar por ente, categoria econômica e grupo de natureza de despesa.

4.8 Consórcio Intermunicipal de Saúde: envio das informações da execução ao ente para consolidação

Após a execução, resta agora ao CP encaminhar os dados ao ente consorciado para a consolidação (Lei n.º

Figura 13 – Despesa Fixada no Orçamento do Consórcio - recursos transferidos pelo Município de Modelândia

Institucional	Orgão		XX. A critério do consórcio.			
	Unidade		XX. A critério do consórcio.			
Funcional	Função		10. Saúde			
	Subfunção		XXX. A critério do consórcio.			
Programática	Programa		XX. A critério do consórcio.			
	Atividade		X.XXX. A critério do consórcio.			
Natureza da despesa	Categoria econômica	Grupo	Modalidade de aplicação	Elemento de despesa	Valor	Fonte de recurso
	3.Despesa Corrente	1. Pessoal e Encargos	90. Aplicações Diretas	XX	20.000,00	*1.211.0011
		3.Outras Despesas Correntes	90. Aplicações Diretas	XX	10.000,00	**1.211.0012
	4.Despesa de Capital	4.Investimentos	90. Aplicações Diretas	XX	5.000,00	***1.211.0013
	Total				35.000,00	

Fonte: elaborado pelo autor.

Notas: * Saúde/Despesa Corrente / Pessoal e Encargos; ** Saúde/Despesa Corrente/Outras Despesas Correntes; e *** Saúde/Despesa de Capital/ Investimento.

Figura 14 – Registro da receita transferida pelo Município de Modelândia por meio do contrato de rateio

Institucional	Orgão		XX. A critério do consórcio.	
	Unidade		XX. A critério do consórcio.	
Natureza da receita	1.7.3.8.02.1.0	Transferências Correntes a Consórcios Públicos		30.000,00
Fonte	1.211.0011	Saúde/Despesa Corrente / Pessoal e Encargos		20.000,00
	1.211.0012	Saúde /Despesa Corrente/Outras Despesas Correntes		10.000,00
Natureza da receita	2.4.3.8.01.1.0	Transferências de Capital a Consórcios Públicos		5.000,00
Fonte	1.211.0013	Saúde /Despesa de Capital/Investimento		5.000,00

Fonte: elaborado pelo autor.

Figura 15 – Execução da despesa pelo consórcio - recursos transferidos pelo Município de Modelândia

Institucional	Orgão		XX. A critério do Consórcio.		
	Unidade		XX. A critério do Consórcio.		
Funcional	Função		10. Saúde		
	Subfunção		XXX. A critério do Consórcio.		
Programática	Programa		XX. A critério do Consórcio.		
	Atividade		X.XXX. A critério do Consórcio.		
Natureza da despesa	Valor empenhado	Valor liquidado	Valor Pago	Fonte de Recurso	
3.1.90.XX	20.000,00	20.000,00	20.000,00	*1.211.0011	
3.3.90.XX	10.000,00	10.000,00	10.000,00	**1.211.0012	
4.4.90.XX	5.000,00	5.000,00	5.000,00	***1.211.0013	
Total	35.000,00	35.000,00	35.000,00		

Fonte: elaborado pelo autor.

Notas: * Saúde/Despesa Corrente / Pessoal e Encargos; ** Saúde/Despesa Corrente/Outras Despesas Correntes; e *** Saúde/Despesa de Capital/ Investimento.

11.107, 2005; STN, 2016a, 2016c, 2017b; LRF, 2000). As informações poderão ser encaminhadas em relatório, conforme modelo sugerido na Figura 16, ou por exportação. O Mecanismo possibilita ao sistema de informação do CP exportar os dados segregando-os por fonte/destinação de recursos, por ente consorciado, por categoria econômica e por grupo de despesa. Tanto os dados dispostos na Figura 16 quanto os contidos no arquivo gerado na exportação, deverão estar de acordo com as disposições na IPC 10 (STN, 2016a), na Portaria n.º 274 (STN, 2016c) e no MCASP (STN, 2017b).

4.9 Ente consorciado: consolidação dos dados

Recebido os dados pelo ente consorciado, o próximo passo é efetuar a consolidação. A IPC 10 (STN, 2016a), a Portaria n.º 274 (STN, 2016c) e o MCASP (STN, 2017b) trazem orientações para realizar a consolidação, razão pela qual não foram realizados os lançamentos neste estudo. Cabe ao sistema de informação do ente consorciado estar preparado para receber os dados, tanto manualmente quanto por importação.

4.10 Ente consorciado: publicação dos RREO E RGF

Realizada a consolidação, a etapa seguinte é dar transparência aos

gastos realizados, utilizando-se de recursos oriundos do contrato de rateio, bem como encaminhá-los aos controles interno e externo. Assim, o controle social sobre os recursos públicos vinculados ao contrato de rateio poderá ser realizado mediante consultas públicas a site do portal de transparência do ente consorciado, bem como aos portais dos controles externos.

Quanto à Publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária e da Gestão Fiscal, conforme determina a LRF (2000), a STN publicou o Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF – 7ª edição para orientar a União, Estados, Distrito Federal e Municípios quanto ao preenchimento dos relatórios.

5. Considerações Finais

O objetivo desta pesquisa foi propor um fluxo, contendo as etapas que possibilitem o registro e controle dos recursos do contrato de rateio. O *design* da codificação por fonte e destinação de recursos poderá ser aplicado a todos os consórcios, sendo indiferente quanto ao tipo de ente que o integra ou a área de atuação. Quanto ao Mecanismo, sua adoção permite o controle dos recursos públicos transferidos aos consórcios.

A utilização do Mecanismo torna desnecessária a abertura de contas correntes para receber recursos diversos. O controle por ente, categoria econômica e grupo da natureza da despesa possibilitará à contabilidade do CP a separação dos recebimentos e dos gastos com as vinculações devidas, atendendo às disposições nas normas vigentes.

Para a consolidação dos dados no ente consorciado, os sistemas de informação poderão adotar, como campos-chaves, o número de inscrição do ente no consórcio, a categoria econômica e o grupo da natureza da despesa.

A pesquisa teve algumas limitações consideráveis. No levantamento de dados, não foi possível averiguar se os consórcios estão executando os recursos transferidos na mesma fonte/destinação de recursos da despesa realizada pelo ente consorciado. No Estado de Minas Gerais, o TCEMG padroniza os códigos da fonte/destinação de recursos diferentes daqueles constantes no MCASP. Seria conveniente para a transparência, entendimento e compreensão das informações pelos usuários, estabelecer uma padronização única a nível nacional. Também não foi possível efetuar o comparativo da despesa executada nos consórcios com a função, categoria econômica e grupo de despesa do ente consorciado.

Figura 16 – Modelo de Relatório de Prestação de Contas do contrato de rateio

Consórcio Intermunicipal de Saúde					
Relatório de Prestação de Contas do Contrato de Rateio					
Ente: Município de Modelândia			Período: janeiro/20x1		
Institucional	Órgão		XX. A critério do Consórcio.		
	Unidade		XX. A critério do Consórcio.		
Funcional	Função		10. Saúde		
	Subfunção		XXX. A critério do Consórcio.		
Programática	Programa		XX. A critério do Consórcio.		
	Atividade		X.XXX. A critério do Consórcio.		
Natureza da Despesa	Valor Transferido	Execução Orçamentária no Período			
		Valor empenhado	Valor liquidado	Valor Pago	Fonte de Recurso
3.1.90.XX	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	1.211.0011
3.3.90.XX	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	1.211.0012
4.4.90.XX	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	1.211.0013

Fonte: elaborado pelo autor.

Em relação à evidenciação dos dados, o Mecanismo é uma ferramenta que irá contribuir com isso, pois, para a tecnologia de informação, facilitará a consolidação dos dados; para os controles externos e internos, demonstrará todas as etapas dos recursos transferidos do ente até o consórcio e, depois, o retorno para a consolidação; para os contadores dos consórcios, permite o controle e a geração de informação por ente consorciado e suas vinculações; para a transparência das informações, será um filtro para emissão de relatório e consulta, possibilitando o acesso aos dados discriminados, pelos usuários.

Além disso, esse estudo demonstrou a necessidade de avanço na fiscalização dos consórcios públicos. Embora inserido no ramo de aplicação da Casp, no caso específico de Minas Gerais, a fiscalização

alcança somente os contratos de rateios. Não há fiscalização quanto à qualidade dos serviços ofertados e os preços praticados pelos consórcios.

Como contribuição, a pesquisa será encaminhada ao TCEMG para análise quanto à sua aplicação na fiscalização e no acompanhamento dos recursos públicos transferidos aos CPs ou a outros arranjos administrativos.

A ausência de fiscalização demonstra a necessidade de melhorar os mecanismos de transparências e, como o estudo restringiu ao contrato de rateio, pesquisas futuras poderão complementá-lo, abrangendo uma análise dos demais instrumentos. Ademais, relevantes serão trabalhos que abordem as características dos municípios que se associam com a finalidade de identificar diferenças/especificações dos

que prestam contas ou daqueles omissos na obrigação de prestá-las.

Sugere, ainda, fluxos semelhantes para outros arranjos alternativos e prestação de serviços públicos, como, por exemplo, organizações sociais e parcerias público-privadas que utilizam de recursos públicos. Outras proposições de pesquisas futuras poderiam verificar se os arranjos alternativos estão executando programas de governo com a finalidade de burlar os limites estabelecidos pela LRF.

Assim, poderá haver maior contribuição de pesquisas para com a transparência e a evidenciação dos recursos públicos, possibilitando melhor controle e apuração dos custos de serviços, dos limites estabelecidos pela LRF, do monitoramento da gestão pública e, com isso, saber onde, em que e como está sendo aplicado o dinheiro público.

6. Referências

ABDALA, P. R. Z.; TORRES, C. M. S. de O. e. A Transparência como espetáculo: uma análise dos portais de transparência de estados brasileiros. *Administração Pública e Gestão Social*, v. 8, n. 3, p. 147-158, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.21118/apgs.v1i3.1023>.

ABRUCIO, F. L.; FILIPPIM, E. S.; DIEGUEZ, R. C. Inovação na cooperação intermunicipal no Brasil: a experiência da Federação Catarinense de Municípios (Fecam) na construção de consórcios públicos. *Revista de Administração Pública*, v. 47, n. 6, p. 1543-1568, 2013. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/13987/12873>>. Acesso em: 24 ago. 2017.

AMORIM, K. A.; FREITAS DE, D. J. A.; LIMA, S. C. de. A visão do controle externo na eficiência dos gastos públicos com educação fundamental. *Revista Contabilidade e Organizações*, v. 11, n. 29, p. 56-67, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/rco.v11i29.126312>.

ANDRADE, R. G. DE; RAUPP, F. M.; PINHO, J. A. G. de. Em busca da transparência ativa em câmaras: uma investigação nos maiores municípios brasileiros. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, v. 10, n. 1, p. 3-20, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.14392/asaa.2017100101>.

BAIRRAL, M. A. DA C.; SILVA, A. H. C.; ALVES, F. J. dos S. Transparência no setor público: uma análise dos relatórios de gestão anuais de entidades públicas federais no ano de 2010. *Revista de Administração Pública*, v. 49, n. 3, p. 643-675, 2015. doi: 10.1590/0034-7612125158.

BEZERRA FILHO, J. E. *Contabilidade aplicada ao setor público: abordagem simples e objetiva* (2. ed.) São Paulo: Atlas, 2015.

BRASIL. *Constituição* (1988). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaoconsolidado.htm>. Acesso em: 6 out. 2016.

_____. Decreto n.º 6.017, de 17 de janeiro de 2007. *Regulamenta a Lei no 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos*. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6017.htm>. Acesso em: 6 out. 2016.

_____. Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000. *Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências*. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 6 out. 2016.

_____. Lei n.º 11.107, de 6 de abril de 2005. *Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências*. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Lei/L11107.htm>. Acesso em: 6 out. 2016.

_____. Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011. *Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências*. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 24 ago. 2017.

_____. Lei n.º 8.429, de 2 de junho de 1992. *Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências*. 1992. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8429.htm>. Acesso em: 6 out. 2016.

_____. Secretaria do Tesouro Nacional. (2017a). Fonte/destinação de recursos. STN: Brasília. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/Fonte+e+Destina%C3%A7%C3%A3o+de+Recursos.pdf/f0d7fe52-23b0-4f09-8727-3d2040d9bac5>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

_____. Secretaria do Tesouro Nacional. (2017b). *Manual de contabilidade aplicada ao setor público: Aplicado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios*. (7. ed.) STN: Brasília. Disponível em: <<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/563508/MCASP+7%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o+Vers%C3%A3o+Republica%C3%A7%C3%A3o+2017+06+02.pdf/3f79f96f-113e-40cf-bbf3-541b033b92f6>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

_____. Secretaria do Tesouro Nacional. *IPC 10: contabilização de consórcios públicos*. STN: Brasília. 2016a. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/391196/IPC10_Consorcios_Publicos+%28corrigida%29.pdf/52fa7f44-8478-425f-bcd8-8f3e72a47815>. Acesso em: 15 jun. 2017.

_____. Secretaria do Tesouro Nacional. *Plano de contas aplicado ao setor público*. STN: Brasília. 2016b. Disponível em: <<http://tesouro.fazenda.gov.br/pcasp>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

_____. Secretaria do Tesouro Nacional. Portaria n.º 274, de 13 de maio de 2016. *Estabelece normas gerais de consolidação das contas dos consórcios públicos a serem observadas na gestão orçamentária, financeira e contábil, em conformidade com os pressupostos da responsabilidade fiscal*. STN: Brasília. 2016c. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=17/05/2016&jornal=1&pagina=17&totalArquivos=112>>. 30 nov. 2016.

Confederação Nacional de Municípios. *Prestação de contas e transparência nos consórcios públicos*. Brasília: CNM. 2017. Disponível em: <<http://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/Conso%CC%81rcios%20Pu%CC%81blicos.pdf>> Acesso em: 24 ago. 2017.

GERIGK, W.; PESSALI, H. F. A promoção da cooperação nos consórcios intermunicipais de saúde do estado do Paraná. *Revista de Administração Pública*, v. 48, n. 6, p. 1525-1543, 2014. doi: 10.1590/0034-76121779.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Perfil dos Municípios Brasileiro 2015*. 2016. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Perfil_Municipios/2015/Tabelas_de_Resultados/xls/06_Articulacao_Interinstitucional.zip>. Acesso em: 6 out. 2016.

LAUREANO, R. V.; WARTCHOW, D.; ROSSO, V. P.; MACAGNAN, C. B. Divergências entre o posicionamento dos auditores públicos e dos conselheiros do TCE-RS na análise da LRF. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, v. 10, n. 1, p. 91-109, 2017. doi: 10.14392/asaa.2017100106.

MACHADO, J. A.; ANDRADE, M. L. C. Cooperação intergovernamental, consórcios públicos e sistemas de distribuição de custos e benefícios. *Revista de Administração Pública*, v. 48, n. 3, p. 695-720, 2014. doi: 10.1590/0034-76121626.

MATOS, F.; DIAS, R. Cooperação intermunicipal na bacia do rio Paraopeba. *Revista de Administração Pública*, v. 46, n. 5, p. 1225-1250, 2012. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7138/5689>>. Acesso em: 24 ago. 2017.

PALES, R. C. *Desenvolvimento regional e desigualdades sociais entre as macrorregiões de planejamento de Minas Gerais*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, MG, Brasil, 2014.

PITERMAN, A.; REZENDE, S. C.; HELLER, L. Capital social como conceito-chave para a avaliação do sucesso de consórcios intermunicipais: o caso do CISMAE, Paraná. *Revista Engenharia Sanitária Ambiental*, v. 21, n. 4, p. 825-834, 2016. doi: 10.1590/S1413-41522016131791.

RIBEIRO, W. A. *Cooperação Federativa e a Lei de Consórcios Públicos*. Brasília: CNM, 2007.

RODRIGUES, S. F.; CRUZ, A. J. da. A importância do consórcio público de saúde para os entes públicos municipais. *Perquirere*, v. 9, n. 2, p. 238-248, 2012. Disponível em: < <http://perquirere.unipam.edu.br/documents/23456/57344/a-importancia-do-consorcio-publico-de-saude.pdf/ad212cb3-fd15-43f6-9336-2e9387ac21be>>. Acesso em: 24 ago. 2017.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Classificação de fontes e destinação de recursos para 2016*. TCEMG: Minas Gerais. 2016. Disponível em: < <http://portalsicom1.tce.mg.gov.br/tabelas/>>. Acesso em: 15 out. 2016.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Fiscalizando com o TCE: Minas Transparente*. TCEMG: Minas Gerais. 2015. Disponível em: < <http://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/>>. Acesso em: 4 fev. 2017.



Revisão integrativa da literatura brasileira sobre Contabilidade Financeira e Gerencial de organizações do Terceiro Setor

As organizações do Terceiro Setor formam um grupo de entidades com características operacionais muito diferentes de organizações estatais e com fins lucrativos. No entanto, muito menos pesquisa é realizada em organizações do Terceiro Setor do que em outros grupos de organizações. Em vista disso, este estudo teve como objetivo identificar as características dos artigos publicados no Brasil sobre Contabilidade de organizações do Terceiro Setor. Assim, foi desenvolvida uma pesquisa bibliométrica e uma pesquisa bibliográfica (revisão) em 93 artigos. A análise desses artigos permitiu concluir que as metodologias mais utilizadas nestes trabalhos são o estudo de caso, a *Survey* e a pesquisa documental. Os dados analisados geralmente derivam de questionários, entrevistas, observações no campo, documentos ou banco de dados. Existe um equilíbrio relativo entre o volume de pesquisas voltadas para a tomada de decisões e pesquisas voltadas para usuários externos. Técnicas estatísticas, como análise de regressão, análise fatorial, Topsis e testes de Diferenças de Médias, são usadas em menos de um décimo dos artigos sobre o Terceiro Setor.

Sandro Vieira Soares

Doutor em Controladoria e Contabilidade - USP. Professor da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul) e do Centro Universitário Municipal de São José (USJ)
E-mail: sandrovs@usp.br

Fernando Maciel Ramos

Doutorando em Ciências Contábeis (Unisinos)
Professor da Universidade do Contestado (UnC).
E-mail: fframes@unc.br

Jacir Leonir Casagrande

Doutor em Engenharia de Produção (UFSC)
Professor da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul)
E-mail: jacir.casagrande@unisul.br

Nei Antônio Nunes

Doutor em Sociologia Política (UFSC)
Professor da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul)
E-mail: nei.nunes@unisul.br

1. Introdução

As organizações do Terceiro Setor são entidades sem finalidades lucrativas, que têm como objetivo a promoção de ações de cunho social para suprir demandas e necessidades públicas, na perspectiva de contribuir com o bem comum (RAMOS, 2014). É um dos campos de estudos multidisciplinares do meio acadêmico nas Ciências Sociais, com pesquisas realizadas no âmbito da Economia, Sociologia, Ciência Política e em áreas acadêmicas aplicadas, como Serviço Social, Saúde Pública e Administração (FALCONER, 1999).

É observável tanto no Brasil como em outros países a expansão das entidades do Terceiro Setor nos últimos anos. Salamon e Anheir (1998), há mais de vinte anos, investigaram a dimensão das organizações sem fins lucrativos em 35 países, e os achados apontam que, no período de 1995 a 1998, os gastos do setor representavam 5,1% do Produto Interno Bruto (PIB) dos países analisados. Os autores identificaram ainda que na América Latina tais gastos eram superiores aos dos países desenvolvidos. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (FASFIL, 2012) demonstram uma taxa de crescimento de 8,8% dessas entidades no Brasil de

no período de 2008 a 2010, e com uma representatividade de 1,4% no PIB nacional. Dados do Mapa das Organizações da Sociedade Civil (Mapaosc) (2017) revelam que existiam 391.371 entidades ativas em 2014. Estes dados demonstram a importância destas entidades no contexto eco-

nômico e social no cenário nacional e internacional.

Apesar da relevância social e econômica das entidades do Terceiro Setor, os estudos sobre Contabilidade no âmbito dessas organizações ainda são pouco numerosos quando comparados com outros setores. Soares (2017) indica que apenas 1% do que foi publicado em revistas de Controladoria e Contabilidade brasileiras, entre os anos de 2007 e 2012, tratava-se de pesquisas sobre a referida temática. Na biblioteca eletrônica de Administração, Contabilidade e Economia *Scientific Periodicals Electronic Library – Spell* – em consulta realizada em julho de 2017, um montante de aproximadamente 0,75% de artigos sobre Terceiro Setor foi recuperado. Esses números são realmente tímidos quando analisados sob um ponto de vista da normatização da formação do contador.

Diante do exposto, levanta-se a seguinte questão de pesquisa: **Quais são as características da produção científica contábil acerca das organizações do Terceiro Setor?** O objetivo desta pesquisa é analisar as características dos artigos publicados no Brasil sobre Contabilidade de Organizações do Terceiro Setor, integrando a literatura existente.

Esse estudo visa contribuir para a discussão, elucidação e compreensão acerca das pesquisas já realizadas no cenário nacional que abarcam as entidades do Terceiro Setor no contexto contábil, que permite a acadêmicos e pesquisadores obter um panorama para delinear perspectivas de pesquisas futuras.

Além disso, uma revisão integrativa da literatura acerca dos estudos já realizados no cenário nacional é relevante, para que se possa compreender o *statusquo* do ambiente acadêmico em relação à contabilidade do Terceiro Setor, uma vez que já está preconiza-

do pelas bases regulamentares do curso de Ciências Contábeis. A Resolução CNE/CES n.º 10 de 2004, que estabelece as diretrizes curriculares para o curso de graduação em Ciências Contábeis, institui em seus artigos 4º e 5º, e respectivos parágrafos que os cursos deverão ser capazes de formar profissionais capazes de atuar em qualquer arranjo organizacional, e trata a contabilidade do Terceiro Setor como componente de formação profissional. A Fundação Brasileira de Contabilidade também reforça a necessidade de formação de profissionais que saibam atuar nas entidades do Terceiro Setor quando as elenca em sua Proposta Nacional de Conteúdo para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis (CARNEIRO et al., 2009).

Os estudos que já buscaram analisar o contexto da produção científica do Terceiro Setor voltaram-se mais para os indicadores básicos da bibliometria. Esse estudo se difere, pois visa além de identificar os indicadores bibliométricos mais robustos com a análise da Lei de Lotka e da Lei de Bradford, também visa analisar os artigos de forma sistemática quantos aos seus objetivos, métodos, amostras e fontes de dados (POMPEO; ROSSI; GALVÃO, 2009).

Este trabalho está estruturado em cinco seções: na primeira, apresenta-se a questão de pesquisa, o objetivo e a justificativa; na segunda, faz-se a revisão da literatura; na terceira, faz-se a descrição dos procedimentos metodológicos adotados; na quarta, faz-se a análise dos resultados; e, na quinta, apresentam-se as conclusões e as recomendações para trabalhos futuros.

2. Revisão da literatura

Existem diversas terminologias para se referir ao Terceiro Se-



“A evolução histórica das entidades do Terceiro Setor no ambiente nacional permite visualizar a interrelação com os aspectos sociais, em que a origem se deu no século XVI por meio das necessidades públicas voltadas à saúde e à educação, com forte vínculo ao clero.”

tor. Em países anglo-saxões, essas entidades também são conhecidas pelas expressões idiomáticas *third sector*, *nonprofit sector/organizations*, *voluntary sector* e *charities*; já no cenário nacional essas entidades também são comumente denominadas como organizações sem fins lucrativos e organizações não governamentais (LIMA, 2009; RAMOS, 2014).

Em resumo, a expressão Terceiro Setor é utilizada para definir as organizações de iniciativa privada sem fins lucrativos, que desenvolvem ações para fins coletivos, públicos e para a geração do bem comum (SALAMON; ANHEIR, 1997; FISCHER, 2002; SILVEIRA, 2007; CRUZ et al., 2009), as quais se diferenciam do Primeiro Setor por não fazer parte da estrutura hierárquica do Estado, e do Segundo Setor, por não visar a distribuição de seus resultados (lucros) aos seus fundadores e/ou associados (SILVEIRA, 2007).

Para Drucker (2003), as entidades do Terceiro Setor se diferenciam do Estado (Primeiro Setor) e do mercado (Segundo Setor), devido aos seus valores e culturas, pois as suas ações são desenvolvidas para uma função social, definida por Cruz (2010, p.19), como a de “provocar a transformação nos seres humanos e na sociedade, em-

bora cada uma delas tenha sua própria missão”.

Algumas obras (SALAMON; ANEHEIR, 1996; HUDSON, 2002; ONU, 2003) apontam características que permitem o enquadramento conceitual de entidades como sendo do Terceiro Setor: (i) ser formalmente constituída e institucionalizada em sua personalidade jurídica; (ii) ser privada, institucionalmente segregada do Estado; (iii) não distribuir seus resultados aos seus sócios, diretores ou controladores; (iv) reinvestir seus resultados nas suas atividades; (v) possui autogoverno, e; (vi) de participação/associação voluntária.

Por meio da NBC T 10.19 de 2000, o Conselho Federal de Contabilidade define as entidades sem fins lucrativos como entidades em que o resultado positivo não é destinado aos detentores do patrimônio líquido e, sim, reinvestido em suas atividades, e que prestam serviços no âmbito assistencial, saúde, educacional, técnico científico, esportivos, religiosos, políticos, cultural, beneficentes, social, de conselhos de classe e outras em que suas finalidades são comunitárias e que podem ser constituídas sob forma de fundações públicas ou privadas ou sociedades civis.

No Brasil, as organizações do Terceiro Setor podem constituir sua

personalidade jurídica como associação ou fundação, conforme preconizado pelo Art. 44 da Lei n.º 10.406/2002 (BRASIL, 2002), porém apenas recentemente estas organizações passaram a ser tratadas como organizações da sociedade civil e tiveram seu marco regulatório definido por meio da Lei n.º 13.019/2014.

Além das personalidades jurídicas previstas no ato constitutivo, as organizações sem fins lucrativos podem buscar qualificações, certificações ou títulos que permitem reconhecimento governamental, tais como os títulos de Utilidade Pública Federal (UPF), Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (cebas); qualificação como Organização Social (OS); e qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (oscip).

A evolução histórica das entidades do Terceiro Setor no ambiente nacional permite visualizar a interrelação com os aspectos sociais, em que a origem se deu no século XVI por meio das necessidades públicas voltadas à saúde e à educação, com forte vínculo ao clero. E já, nos séculos XX e XXI, observa-se um desprendimento do clero, mas com forte envolvimento de indivíduos, na forma voluntária, com anseios de

auxiliar na solução de problemas sociais (SILVA, 2010).

Assim como a sociedade e seus problemas sociais modificaram-se com o decorrer do tempo, as entidades do Terceiro Setor também tiveram que adaptar-se frente às novas demandas, o que contribuiu para o desenvolvimento de investigações científicas. Diversos são os fatores que permeiam o ambiente das entidades do Terceiro Setor, sejam eles regulatórios, culturais, organizacionais ou sociais, que tornam esse contexto um prolífero campo de investigação científica nas mais diversas áreas de estudo.

No contexto da contabilidade, esse cenário não é diferente, pois se observa que aspectos, como prestação de contas, controles internos, transparência, eficiência de gastos, indicadores de desempenho, isenção e imunidade tributária, entre outros, já vêm sendo aspectos de investigação no campo do Terceiro Setor no cenário nacional. Dessa forma, nas próximas seções é apresentada uma revisão de literatura integrativa que permite a visualização das investigações teóricas e empíricas nacionais acerca da temática.

3. Procedimentos metodológicos

Para identificar as características das pesquisas acerca das organizações do Terceiro Setor, primeiramente fez-se necessário identificar o grupo de revistas onde os artigos foram publicados. A Tabela 1 mostra a lista de revistas utilizadas nesta pesquisa juntamente com o período consultado (iniciado no ano em que a revista foi criada) e o número de artigos que cada revista já havia publicado até o final de 2016, juntamente com o número absoluto e relativo de artigos

sobre Terceiro Setor. A Tabela 1 foi construída por meio de consulta à base Spell e complementada com a lista de revistas listadas no site Acervo Contábil:

Os 93 artigos foram baixados em formato Portable Document Format - .pdf para posterior leitura e identificação de suas características em uma planilha eletrônica de Microsoft Excel®. Foram tabulados: o ano de publicação, para análise temporal do desenvolvimento do tema; a quantidade e

nome dos autores para identificar a distribuição de autoria segundo a Lei de Lotka; o objetivo do artigo, para fins de verificar as propostas mais recorrentes; o método empregado para o desenvolvimento da pesquisa; as formas de coleta de dados; e a amostra utilizada.

4. Análise dos dados

A primeira análise realizada trata do volume de publicações acer-

Tabela 1 – Amostra de artigos sobre Terceiro Setor por revista, período, frequência absoluta e relativa

Periódico	Período	Total	TS	%
ConTexto	2001-2016	224	8	3,57%
Revista de Contabilidade da UFBA	2007-2016	167	6	3,59%
Enfoque: Reflexão Contábil	2005-2016	220	5	2,27%
Pensar Contábil	2001-2016	324	5	1,54%
Revista de Contabilidade e Controladoria	2009-2016	171	5	2,92%
Sociedade, Contabilidade e Gestão	2006-2016	217	5	2,30%
Contabilidade Vista & Revista	1989-2016	491	4	0,81%
Contabilidade, Gestão e Governança	1998-2016	313	4	1,28%
Revista Ambiente Contábil	2009-2016	178	4	2,25%
Revista Brasileira de Contabilidade	2002-2016	465	4	0,86%
Revista Contemporânea de Contabilidade	2004-2016	229	4	1,75%
Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade	2011-2016	130	4	3,08%
CAP Accounting and Management	2007-2016	136	3	2,21%
Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade	2011-2016	127	3	2,36%
Revista Brasileira de Gestão de Negócios (RBGN)	2004-2016	329	2	0,61%
Revista Catarinense da Ciência Contábil	2001-2016	241	2	0,83%
Revista Contabilidade e Organizações	2007-2016	205	2	0,98%
Revista de Administração e Contabilidade da FAT	2009-2015	104	2	1,92%
Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade - REPeC	2007-2016	200	2	1,00%
Revista de Informação Contábil	2007-2016	199	2	1,01%
Revista Eletrônica do Alto Vale do Itajaí	2012-2016	71	2	2,82%
ABCustos	2006-2016	173	1	0,58%
Administração Pública e Gestão Social	2009-2016	170	1	0,59%
Future Studies Research Journal	2009-2016	139	1	0,72%
RACEF - Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace	2010-2016	97	1	1,03%
Revista Brasileira de Estratégia	2008-2016	195	1	0,51%
Revista Contabilidade & Finanças	1989-2016	462	1	0,22%
Revista de Administração da UFSM	2008-2016	381	1	0,26%
Revista de Administração da Unimep	2003-2016	344	1	0,29%
Revista de Administração Pública	1967-2016	2206	1	0,05%
Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da Uerj	1995-2016	326	1	0,31%
Revista de Estudos Contábeis	2010-2015	64	1	1,56%
Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI	2014-2016	58	1	1,72%
Revista Eletrônica de Contabilidade	2004-2012	114	1	0,88%
Revista Eletrônica Saber Contábil	2011-2016	28	1	3,57%
Revista Pensamento & Realidade	1998-2016	380	1	0,26%
Total		9878	93	0,94%

Fonte: adaptado de Spell (2017) e Acervo Contábil (2017).

ca do tema Terceiro Setor ao longo do tempo, como mostra a Figura 1:

Pode-se notar uma leve tendência de crescimento do número de publicações ao longo do tempo. A produção sobre o tema atingiu o pico em 2012, quando foram publicados 18 artigos sobre Terceiro Setor. O aumento, no entanto, é pequeno quando comparado com a área, como mostra a Figura 2:

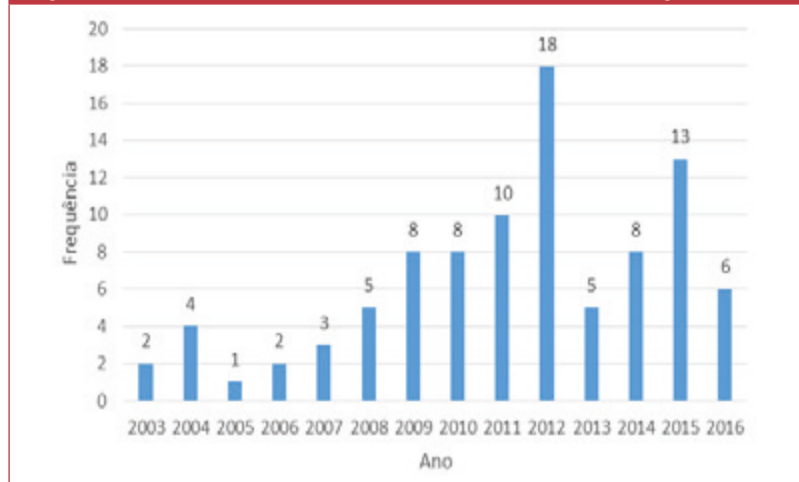
O percentual de artigos sobre Terceiro Setor cresceu de dois artigos em 2003 para seis em 2016, mas as revistas brasileiras de Contabilidade que haviam publicado um total de 207 artigos em 2003, publicaram um total de 1.109 artigos em 2016. O pico de 18 publicações em 2012 representou aproximadamente 2,1% de tudo o que foi publicado pelas revistas de Contabilidade naquele ano, que foi um total de 861 artigos. Em segundo momento, procedeu-se à análise do número de autorias, como mostra a Figura 3:

Seguindo uma tendência apresentada por toda a área de Contabilidade no Brasil, o número médio de autores por artigo na área de Terceiro Setor também apresentou crescimento ao longo do tempo, indo de 1,5 em 2003 para 3 em 2016 o que indica que mais parcerias estão sendo firmadas entre pesquisadores. Para a produção dos 93 artigos analisados, foram utilizadas 274 autorias que envolveram o trabalho de 226 pesquisadores. Estes autores são identificados no Quadro 1:

Há um número grande de autores com contribuições unitárias e apenas 32 autores tiveram mais de uma contribuição, o que denota que Terceiro Setor é uma área temática na qual muitos autores fazem incursões breves. Esta distribuição de frequência é comparada com a prevista pela Lei de Lotka na Tabela 2:

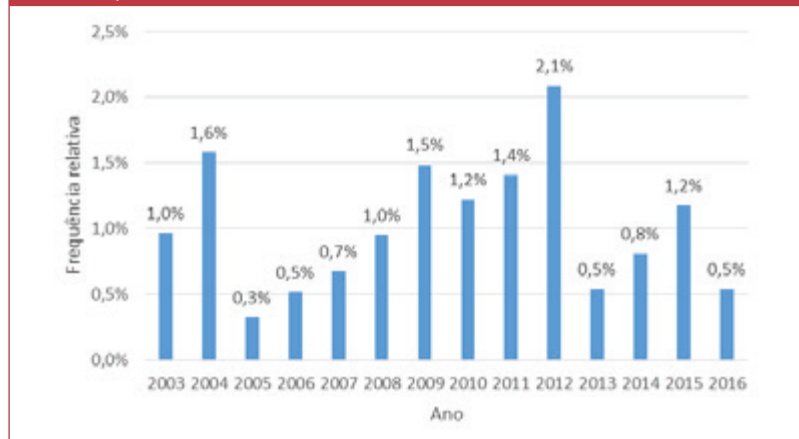
Como se pode ver comparando o número de autores com uma única contribuição em Terceiro Setor é

Figura 1 – Volume de publicações sobre Terceiro Setor ao longo dos anos



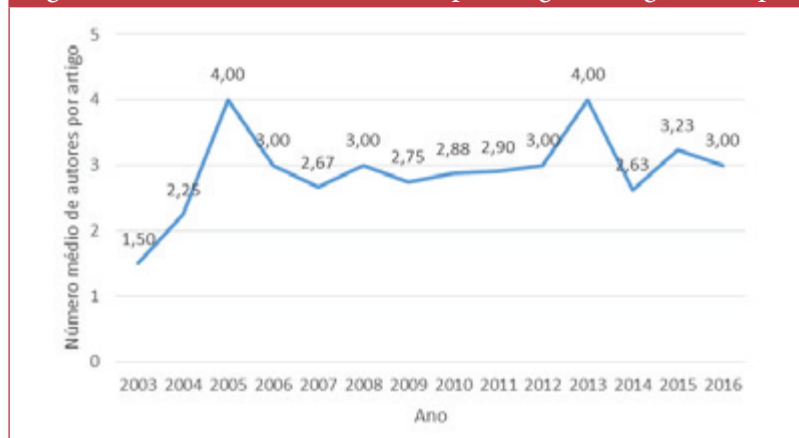
Fonte: dados da pesquisa.

Figura 2 – Volume relativo de publicações sobre Terceiro Setor em relação do volume das revistas brasileiras de Contabilidade



Fonte: dados da pesquisa.

Figura 3 – Número médio de autores por artigo ao longo do tempo



Fonte: dados da pesquisa.

Quadro 1 - Autores mais prolíficos de artigos sobre Terceiro Setor

Número de artigos	Autores
6	Jorge Eduardo Scarpin
5	Paulo Roberto da Cunha
4	José Alonso Borba; Roberto Carlos Klann
3	Aneide Oliveira Araújo; Gabriel Moreira Campos; Orleans Silva Martins; Poueri do Carmo Mário; Romualdo Douglas Colauto
2	Adriana Maria Procópio de Araújo; Alexandre Assaf Neto; Alexandre Costa Quintana; Aléxia Dias de Freitas Alves; Cássia Vanessa Olak Alves Cruz; Cleberson Luiz Santos de Paula; Delci Grapegia Dal Vesco; Douglas da Silveira; Fabiano Maury Raupp; Fernanda Karoliny Nascimento Jupetipe; Fernando Maciel Ramos; Flávia Verônica Silva Jacques; Ilse Maria Beuren; June Alisson Westarb Cruz; Marco Antonio Figueiredo Milani Filho; Mariana Simões Ferraz do Amaral Fregonesi; Milton Jarbas Rodrigues Chagas; Raimundo Nonato Lima Filho; Silene Rengel; Simone Bernardes Voese; Tomás Sparano Martins; Valmor Slomski e Vicente Pacheco
1	194 outros autores

Fonte: dados da pesquisa.

Tabela 2 - Comparação da Lei de Lotka com as distribuições de autores sobre Terceiro Setor, Contabilidade Tributária e Gestão Econômica, por frequência absoluta e relativa

Número de artigos por autor	Lotka	Terceiro Setor		Contabilidade Tributária		Gestão Econômica	
		absoluto	relativo	absoluto	relativo	absoluto	relativo
1 artigo	60,8%	194	85,8%	285	78,5%	129	79,6%
2 artigos	15,2%	23	10,2%	50	13,8%	18	11,1%
3 artigos	6,8%	5	2,2%	15	4,1%	6	3,7%
4 artigos	3,8%	2	0,9%	6	1,7%	4	2,5%
5 artigos	2,4%	1	0,4%	2	0,6%	2	1,2%
6 artigos	1,7%	1	0,4%	2	0,6%	2	1,2%
7 artigos	1,2%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Mais de 7 artigos	8,1%	0	0,0%	3	0,8%	1	0,6%
Total	100,0%	226	100,0%	363	100,0%	162	100,0%

Fonte: dados da pesquisa; Eloy Jr., Soares e Casagrande (2014) e Duarte et al. (2015).

Quadro 2 - Número de contribuições dos autores segundo quatro estudos bibliométricos

Autor	Dados da pesquisa	Olak, Slomski e Alves (2008)	Chagas et al. (2011)	Custódio, Jacques e Quintana (2013)	Rodrigues et al. (2016)
Jorge Eduardo Scarpin	6				5
Paulo Roberto da Cunha	5			2	4
Aneide Oliveira Araújo	3				4
Gabriel Moreira Campos	3	2			
Orleans Silva Martins	3				4
Romualdo Douglas Colauto	3			2	4
Adriana Maria Procópio de Araújo	2	2			4
Cássia Vanessa Olak Alves Cruz	2	4	1		4
Ilse Maria Beuren	2			2	4
Marco Antonio Figueiredo Milani Filho	2	3	1		4
Mariana Simões Ferraz do Amaral Fregonesi	2	3			
Simone Bernardes Voese	2				4
Valmor Slomski	2	3			4

Fonte: dados da pesquisa; Olak, Slomski e Alves (2008); Chagas et al. (2011); Custódio, Jacques e Quintana (2013) e Rodrigues et al. (2016).

ainda maior que em áreas incipientes da Contabilidade como Contabilidade Tributária ou Gestão Econômica. Em uma extensão da Lei de Lotka, há a definição dos autores que constituem a elite científica de uma determinada área que é a Lei do Elitismo de Price e que é dada pela raiz quadrada do número de autores de determinada área, (ALVARADO, 2009). Considerando que há 226 autores, a elite de pesquisadores é composta de ≈ 15 pesquisadores ($\sqrt{226} = 15,03$). A elite de pesquisadores de Terceiro Setor é composta dos 10 autores que figuraram como autor em três ou mais artigos e de cinco autores com dois artigos cada. A identificação de mais artigos de autoria dos autores com dois artigos, os reclassificaríamos para dentro do grupo de elite.

Alguns dos autores aqui apresentados como os mais prolíficos são recorrentes, como mostram as pesquisas bibliométricas de Olak, Slomski e Alves (2008), Chagas et al. (2011), Custódio, Jacques e Quintana (2013) e Rodrigues et al. (2016) apresentados no Quadro 2:

No entanto, há que se ressaltar que na presente pesquisa os autores catalogados como mais prolíficos o foram por autoria em artigos veiculados em periódicos. Já na pesquisa de Olak, Slomski e Alves (2008), os autores pesquisaram autorias de teses, dissertações, artigos em anais de eventos e revistas. Na pesquisa de Chagas et al. (2011), os autores pesquisaram autorias de teses, dissertações, anais de eventos e revistas; na de Rodrigues et al. (2016), os autores pesquisaram anais de eventos e revistas. Somente a pesquisa de Custódio, Jacques e Quintana (2013) teve coleta de dados com o mesmo escopo que a presente pesquisa. A identificação da composição da elite de pesquisadores sobre Terceiro Setor permite uma incursão com pesquisa qualitativa acerca do desenvolvimento da

área de Terceiro Setor, por meio de entrevistas em profundidade, técnica Delphi ou grupos focais.

Em um terceiro momento, procedeu-se à classificação dos artigos para identificar quais são os problemas de pesquisa mais recorrentes acerca do Terceiro Setor e as abordagens metodológicas mais adotadas na consecução destas pesquisas. No entanto, decidiu-se separar as propostas de pesquisas teórico-normativas das pesquisas empíricas. As pesquisas teórico-normativas, em geral, discutem aspectos legislativos emitidos pelas esferas federal, estadual e municipal e normatização complementar de órgãos reguladores ou aspectos conceituais da literatura de negócios. As referências da amostra de artigos desta etapa são apresentadas no Apêndice A, de acordo com a norma ABNT NBR 6023.

Na primeira abordagem, tem-se Petrelli (2003), que discute a fundamentação jurídica das entidades de Terceiro Setor, as noções de fins não lucrativos, filantropia, beneficência e utilidade pública, as isenções concedidas, o controle interno, a auditoria externa e prestação de contas; Camelo, Camelo e Paulino (2006), que promovem uma discussão acerca da tipificação jurídica das associações e fundações,

desenha um panorama do Terceiro Setor no Brasil e esboça um inventário de funções da Contabilidade Gerencial com base nas normas do CFC; Cardoso (2010), que discute o arcabouço jurídico, que dá sustentação à imunidade de impostos federais, estaduais e municipais e as possibilidades de utilização da imunidade para sustentabilidade financeira de entidades do Terceiro Setor; Lima Filho (2010), que discute o papel e a importância da auditoria independente no âmbito dos termos ou contratos de parceria firmados com ONGs e Oscips acerca da prestação de contas dos recursos; Voesse e Reptczuk (2011), que discutem a constituição legal das entidades do Terceiro Setor, a declaração de utilidade pública pelo Ministério da Justiça, o registro no Conselho Nacional de Assistência Social, o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, a qualificação com Organização Social e como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público e as questões relacionadas às declarações acessórias encaminhadas à Receita Federal; e Martins (2012), que discute a imunidade e isenção tributárias, os incentivos fiscais como dedutibilidade das doações de pessoas jurídicas e pessoas físicas, a Lei de incentivo fiscal à cultura, a Lei Rouanet, a Lei

do Audiovisual e o Fundo da Criança e do Adolescente, as leis estaduais e municipais de incentivo à cultura.

Da análise com abordagem com viés não normativo, identificou-se que Silva (2004) organiza uma discussão acerca dos aspectos contábeis, como o princípio da competência, o confronto dos custos e despesas com as receitas, a estrutura do plano de contas, e principais demonstrações contábeis com base nas normas do CFC: Balanço Patrimonial, Demonstração do Superávit ou Déficit do Período, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Social, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos e Notas Explicativas; Cruz et al. (2009) propõem um modelo de avaliação de desempenho de entidades do Terceiro Setor por meio de indicadores de liquidez, indicadores de endividamento, análise de atividade, análise de risco e análise integrada segundo os indicadores encontrados na bibliografia consultada; Tozzi (2014) discute os papéis do planejamento financeiro, o orçamento, o fluxo de caixa, a contabilidade, demonstrações contábeis e prestação de contas nas entidades de Terceiro Setor; e Vilela et al. (2015) discutem as diferentes características de governança corporativa

“Assim como a sociedade e seus problemas sociais modificaram-se com o decorrer do tempo, as entidades do Terceiro Setor também tiveram que adaptar-se frente às novas demandas, o que contribuiu para o desenvolvimento de investigações científicas.”

e a governança corporativa aplicada especificamente às cooperativas.

Interessante constatar que dos nove artigos da amostra escritos por um único autor, seis são pesquisas teórico-normativas. Dos artigos restantes, procedeu-se a uma separação dos oito artigos bibliométricos/sociométricos das demais pesquisas empíricas.

Os estudos bibliométricos/sociométricos tiveram escopos distintos, ora focando a literatura brasileira, ora focando a literatura internacional, ora os dois. As pesquisas de Olak, Slomski e Alves (2008), Chagas et al. (2011), Marques et al. (2015) e Rodrigues et al. (2016) focaram os quantificadores bibliométricos no âmbito nacional. Os artigos de Dani, Vesco e Scarpin (2011) e Godoy, Raupp e Tezza (2016) focaram as autorias no âmbito internacional, sendo que os primeiros usaram uma lista de oito *journals* e os últimos usaram a base Scopus. Custódio, Jacques e Quintana (2013), por sua vez, usaram uma lista de artigos nacionais e internacionais derivada dos estratos do Qualis.

Já as pesquisas de Dani, Vesco e Scarpin (2011), Custódio, Jacques e Quintana (2013) e Vesco, Santos e Scarpin (2015) contemplam uma análise sociométrica dos autores de artigos sobre Terceiro Setor. No entanto, como cada um tem um escopo regional e de fontes distintas seus resultados não são comparáveis.

Os outros 75 artigos encontrados na busca realizada nesta pesquisa trazem contribuições derivadas de análise empírica de dados. Dentro deste grupo, há uma linha de pesquisa sobre contabilidade de custos aplicados em entidades de Terceiro Setor, na qual se encontraram os seguintes artigos publicados entre 2008 e 2016.

Martins, Pedrosa Neto e Araújo (2008) analisaram a gestão estratégica de custos de uma associação que atua na área tecnológica em uma

universidade na cidade de Campina Grande (PB). Fagundes et al. (2012) analisaram a utilização do custeio pleno por centro de custos de uma entidade que presta serviços e assistências a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social na cidade de Tucunduva (RS). Martins e Moraes Jr. (2012) identificaram o processo de formação do preço de serviço em uma organização sem fins lucrativos situada na cidade de Campina Grande (PB). Cavalcante, Vasconcelos e Galvão (2015) utilizaram o método de custeio por absorção com departamentalização para estimar os custos de uma instituição sem fins lucrativos que dá assistência às famílias das crianças e adolescentes atendidos no centro de oncohematologia pediátrica do hospital universitário Oswaldo Cruz, na cidade do Recife (PE). Por fim, Laffin e Raupp (2016) desenvolveram sua pesquisa com o propósito de sistematizar os gastos de uma organização sem fins lucrativos chamada Irmandade do Divino Espírito Santo, Ides/Promenor, localizada em Florianópolis – (SC) por meio de custeio por absorção, com departamentalização.

Já se voltando para custos da área de saúde, Zacarias et al. (2008) desenvolveram um estudo de caso para identificar quais são os custos mais relevantes para a gestão de uma instituição de longa permanência para idosos sediada na cidade de Maringá (PR), por meio do custeio integral, e Lunardi e Marian (2012) estimaram os custos por departamento de cada modalidade de hospedagem de idosos em uma instituição de longa permanência de idosos localizada no alto Vale do Itajaí (SC).

As sete pesquisas sobre contabilidade de custos utilizaram como estratégia de pesquisa o estudo de caso. A coleta dos dados utilizados se deu por meio de visitas, entrevistas e análise documental. O método de custeio mais recorrente utilizado pelos pesquisadores foi o custeio

por absorção, com departamentalização, que foi usado por Lunardi e Marian (2012), Cavalcante, Vasconcelos e Galvão (2015) e Laffin e Raupp (2016).

Na linha gerencial, há também pesquisas acerca do planejamento estratégico e *Balanced Scorecard* - BSC. Bezerra e Araújo (2004) analisaram a sustentabilidade financeira da Casa de Passagem, no âmbito estratégico, mas sem menção ao BSC. Madruga et al. (2004) desenvolveram uma pesquisa-ação com o objetivo de implementar o planejamento estratégico em uma entidade de defesa dos direitos da criança chamada Omep, de Santa Maria (RS). Lima Filho, Bruni e Cordeiro Filho (2010) analisaram a importância atribuída ao Planejamento Estratégico por 19 entidades de Salvador (BA). Já Quinteiros et al. (2009) realizaram seu estudo acerca da utilização do BSC na ONG Zambô, do Movimento Negro de Caraguatatuba (SP) e Andrade e Frazão (2011) desenvolveram uma pesquisa-ação em uma entidade chamada Associação Obras Sociais Irmã Dulce, com o objetivo de estabelecer o Planejamento Estratégico e implementar o BSC.

A mensuração do retorno social das organizações do Terceiro Setor foi foco das pesquisas de Fregonesi et al. (2005) e Paula, Brasil e Mário (2009), que realizaram seus estudos com a Sociedade Benemerita de Combate ao Câncer (SOBECCan), que é a mantenedora do Hospital de Câncer de Ribeirão Preto (SP) e um comparativo com a Fundação Mário Penna e a Santa Casa de Misericórdia, ambas de Belo Horizonte (MG), respectivamente. Os dois estudos, baseados em pesquisa documental, empregaram a metodologia



Social Return On Investment (SROI) para estimar o retorno social das organizações. Milani Filho (2009) também realizou um estudo acerca da mensuração do resultado econômico de duas instituições filantrópicas por meio da elaboração da Demonstração do Resultado Econômico proposta por Slomski (1996).

Há também uma linha que estuda a controladoria, o uso de mecanismos de controle e acompanhamento de desempenho. Neste sentido, Morgan e Benedicto (2009) desenvolveram uma *Survey* com 20 entidades de Terceiro Setor da região de Campinas (SP) acerca do uso de instrumentos de controladoria com fins de planejamento, execução e controle. Valadão Júnior, Malaquias e Sousa (2009), por sua vez, analisaram por meio de um estudo de caso em uma associação de trabalhadores situada na região do Triângulo Mineiro (MG) os impactos decorrentes da implementação de práticas de controladoria.

Outras três pesquisas desenvolveram análises por meio de pesquisa de levantamento acerca de instrumentos de Contabilidade Gerencial. Isidoro et al. (2012) realizaram um diagnóstico do uso de ferramentas de Contabilidade Gerencial de acordo com a classificação de 4 estágios proposta pela Ifac com 13 coopera-

tivas do setor de Agronegócio da lista de Melhores e Maiores da revista Exame. No mesmo sentido, Mário et al. (2012) fizeram uma pesquisa de levantamento com 41 ONGs de Minas Gerais acerca das práticas de Contabilidade Gerencial, mas com o diferencial de basear-se no arcabouço de práticas listadas por autores nacionais. Lopes et al. (2012), desenvolveram um estudo de múltiplos casos com o objetivo de mapear como sete associações de defesa dos direitos sociais de Olinda e Recife realizam o controle financeiro.

Souza et al. (2011) desenvolveram uma pesquisa com a Província São Francisco de Assis (PSFA), situada na cidade de Curitiba (PR), por meio de um estudo de caso baseado em pesquisa documental, e Cunha, Carpes e Utzig (2014) desenvolveram uma pesquisa do tipo *Survey* com 13 organizações de microcrédito do Estado de Santa Catarina, com o objetivo de analisar os processos utilizados na gestão das ONGs. Já Silva (2011) fez um estudo de caso por meio de questionários e documentos com o objetivo de analisar o uso de análise de mercado do pelos gestores do Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus, Rede de educação.

Ainda com aporte gerencial há as seguintes pesquisas: Assaf Neto,

Araújo e Fregonesi (2006) desenvolveram uma pesquisa sobre o uso da Gestão Baseada em Valor na Sociedade Benemerita de Combate ao Câncer. Cruz et al. (2010) aplicaram os indicadores de desempenho propostos no artigo teórico de Cruz et al. (2009) em uma organização que atua na inclusão social de crianças e adolescentes. Ribeiro e Timóteo (2012) desenvolveram uma pesquisa para analisar o uso de controles internos com vistas a proporcionar sustentabilidade econômica em uma associação de apoio a crianças e jovens no Estado de Minas Gerais. Ávila e Bertero (2016) realizaram uma pesquisa com o objetivo de propor um índice de governança em uma fundação de apoio universitário chamada Fundação Rádio e Televisão Educativa de Uberlândia (RTU) também em Minas Gerais.

No âmbito da contabilidade para usuários externos, há um volume similar de artigos ao de pesquisas em Contabilidade Gerencial. O objetivo de pesquisa mais frequente entre os artigos de contabilidade para usuários externos foi o de avaliar o cumprimento das normas contábeis por organizações do Terceiro Setor.

A pesquisa documental, baseada em demonstrações contábeis publicadas pelas organizações ou dispo-

“Interessante constatar que dos nove artigos da amostra escritos por um único autor, seis são pesquisas teórico-normativas. Dos artigos restantes, procedeu-se a uma separação dos oito artigos bibliométricos/sociométricos das demais pesquisas empíricas.”

nibilizadas pelo Ministério Público, e a pesquisa *Survey* foram as mais empregadas nas pesquisas com este objetivo. Houve uma maior frequência de pesquisas que avaliaram a adequação das demonstrações contábeis das fundações universitárias ou de apoio universitário, como Borba, Pereira e Vieira (2007) e Silveira e Borba (2010), que estudaram fundações catarinenses e Antonelli, Augustinho e Pacheco (2015), que estudaram fundações do sul do Brasil, ou fundações privadas de saúde como em Krüger, Borba e Silveira (2012) que analisaram fundações catarinenses de saúde e Pacheco, Szuster e Macedo (2014) que analisaram fundações de saúde de Belo Horizonte (MG).

As demais pesquisas tiveram amostras que englobaram associações e fundações e que desenvolvem diferentes tipos de atividades, como Piza et al. (2012), que analisaram seis diferentes organizações de São Paulo; Mário et al. (2013), que analisaram 68 fundações privadas de Belo Horizonte (MG); Gollo, Schulz e Rosa (2014) e Ramos e Klann (2015), que analisaram 46 e 392 organizações de Terceiro Setor catarinenses, respectivamente; Medeiros, Vasconcelos e Souza (2015), que estudaram 15 associações de Recife (PE); Macohon e Klann (2014), que estudaram 26 entidades sem fins lucrativos; e Campos, Moreira e Scalzer (2014), que estudaram 14 fundações ou institutos espalhados pelo Brasil.

Por sua vez, Ribeiro et al. (2015) realizaram pesquisa com o objetivo de analisar a adequação das demonstrações às normas contábeis,

mas do ponto de vista dos escritórios de contabilidade que prestam serviços para organizações do Terceiro Setor. Esta foi a segunda das duas pesquisas com este objetivo que se utilizou de *Survey* juntamente com a de Antonelli, Augustinho e Pacheco (2015) dentro das pesquisas com o objetivo de avaliar a adequação às normas. Todas as demais se utilizaram de pesquisa documental. Muitas delas foram desenvolvidas com consulta ao Sistema de Cadastro e Prestação de Contas (Sicap) utilizado pelas fundações para prestação de contas ao Ministério Público estadual, que tem contribuído sobremaneira para a transparência destas organizações.

Há os artigos com proposta de analisar a prestação de contas de entidades do Terceiro Setor: Cruz et al. (2010) analisaram a prestação de contas de 51 Oscips do Estado do Rio de Janeiro; Carneiro, Oliveira e Torres (2011) analisaram a prestação de contas de 32 associações do Município de Vilhena (RO); Souza et al. (2012) analisaram a prestação de contas de 15 entidades com título de Utilidade Pública Federal do Estado do Rio Grande do Norte; e Santos, Guimarães e Pileghy (2012) investigaram as irregularidades presentes na prestação de contas dos convênios firmados pela Prefeitura de Jarú (RO). Por sua vez, Portulhak, Delay e Pacheco (2015) analisaram a relação entre a prestação de contas e o comportamento de doadores da região metropolitana de Curitiba.

A ênfase no nível de evidência contábil também mostrou-se popular dentro da amostra de artigos pesquisados. Pesquisas com este objetivo tinham como fonte de dados pesquisa documental, entrevistas e observação.

Chagas, Araújo e Damascena (2011) verificaram a evidência das subvenções recebidas por 60 Oscips dos estados da Pa-

raíba e Rio Grande do Norte. Lima e Pereira (2011) verificaram se havia associação entre nível de *disclosure* e característica corporativas de 146 instituições de ensino superior filantrópicas do Brasil. Cunha e Matias-Pereira (2012) analisaram o quanto as informações divulgadas permitiam o encontro de fatores quanto à eficiência em alocar recursos aos programas de 236 entidades do Distrito Federal. Gomes e Gomes (2015) objetivaram identificar os *stakeholders* que influenciam a transparência das entidades, por meio de uma pesquisa-ação na Fundação Arthur Bernardes, de Viçosa. Santos, Gaiot e Milani Filho (2015) instigaram se há diferença entre o nível de evidência voluntária entre IES confessionais e não confessionais de 30 instituições. Zitei, Politelo e Scarpin (2016) investigaram o nível de evidência contábil de 15 organizações não governamentais do Estado do Rio Grande do Sul participantes do projeto de Desenvolvimento de Princípios de Transparência e Prestação de Contas em Organizações da Sociedade Civil do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Pacheco, Macagnan e Seibert (2016) pesquisaram os fatores explicativos do nível de evidência dos sites de 48 fundações educacionais do Estado do Rio Grande do Sul.

O tratamento dos dados com estatísticas, como análise fatorial, análise de regressão e teste Mann-Whitney, surpreendeu, pois praticamente não foi utilizado nos demais tipos de pesquisas.

A elaboração ou percepção acerca de demonstrações contábeis também foi objeto de pesquisa, nomeadamente a elaboração do Balanço Social e Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Santos et al. (2008) elaboraram a DVA para a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fundep), fundações de apoio universitário da UFMG, Belo Horizonte. Cunha et al. (2010)



“No âmbito da contabilidade para usuários externos, há um volume similar de artigos ao de pesquisas em Contabilidade Gerencial. O objetivo de pesquisa mais frequente entre os artigos de contabilidade para usuários externos foi o de avaliar o cumprimento das normas contábeis por organizações do Terceiro Setor.”

elaboraram parcialmente o Balanço Social, segundo o modelo Ibase, para o Hospital Nossa Senhora da Conceição (HNSC). Rengel et al. (2012) analisaram a percepção acerca do Balanço Social por gestores de seis Apaes da região de Itajaí (SC). Martins, Quintana e Jacques (2013) verificaram a evidenciação de informações sociais e ambientais de oito Conselhos Regionais de Contabilidade, por meio do Balanço Social e da Demonstração do Valor Adicionado. Oro, Vicenti e Scarpin (2014) analisaram o uso do Balanço Social por parte da Unoesc (SC), como meio de divulgar para promover transparência e prestação de contas à sociedade.

Estas pesquisas se desenvolveram sob as formas de estudo de caso, levantamento e pesquisa documental, usando dados extraídos de documentos ou coletados por entrevistas e questionários.

Há uma linha de pesquisa que discute o entendimento dos contadores acerca das normas contábeis e de auditoria e a percepção ou satisfação dos gestores com os serviços contábeis e de auditoria externa.

Neves Júnior e Lins (2007) realizaram um levantamento com 40 contadores e 30 ONGs do Distrito Federal. Cunha et al. (2010) realizaram um levantamento em seis

empresas de auditoria catarinenses acerca dos procedimentos adotados na auditoria de entidades do Terceiro Setor. Silva, Falk e Coutinho (2012) realizaram um levantamento com 35 gestores de organizações de Terceiro Setor declaradas como de Utilidade Pública Federal de seis estados da região Nordeste, acerca da qualidade dos serviços contábeis prestados. Souza, Carvalho Júnior e Albuquerque (2012) desenvolveram uma *Survey* acerca da percepção que os estudantes de pós-graduação de negócios têm sobre o impacto da auditoria externa na confiabilidade e transparência de demonstrações contábeis do Terceiro Setor. Nesta linha de pesquisa, fez-se pesquisa do tipo *Survey*, com dados coletados por meio de entrevistas ou questionários e análise com estatística descritiva e Ancova.

O uso da Contabilidade pelos gestores foi objetivo de pesquisa em Santos e Silva (2008), Cunha, Beuren e Corrêa (2009) e Eyerkaufner et al. (2013). Santos e Silva (2008) desenvolveram sua análise do uso de informações contábeis por meio de uma *Survey* em ONGs de Araçaju (SE). Cunha, Beuren e Corrêa (2009) desenvolveram sua pesquisa por meio de uma *Survey* em doze Apaes situadas no Alto Vale do Ita-

jaí (SC). Eyerkaufner et al. (2013) desenvolveram sua pesquisa por meio de um estudo de caso baseado em pesquisa documental da Associação de Bombeiros Voluntários de Presidente Getúlio (SC).

A questão da captação e mobilização de recursos foi investigada por Campos (2008), Voese, Arruda e Cherobim (2012) e Pereira et al. (2015). Campos (2008) realizou sua pesquisa acerca das formas de captação de recursos de entidades de Terceiro Setor por meio de uma *Survey* com organizações das cidades de Vila Velha e Vitória (ES). Voese, Arruda e Cherobim (2012) realizaram sua pesquisa acerca do processo de captação de recursos por meio de um estudo de caso baseada em entrevistas e documentos da Pastoral da Criança de Curitiba (PR). Pereira et al. (2015) desenvolveram uma pesquisa sobre a mobilização de recursos por meio de uma *Survey* que foi respondida por 243 entidades de todo o país. Good, Borba e Maragno (2015) investigaram a captação de recursos de 69 grandes ONGs de diversos países por meio de pesquisa documental.

Em um âmbito de uso de teorias na análise de organizações há as seguintes pesquisas: Bettiol Jr., Varela e Martins (2007), que fizeram um estudo de caso baseado em

pesquisa documental sobre a Fundação Zerbini, sediada em São Paulo, com o objetivo de explicar como as teorias de Patrimônio Líquido explicam as Demonstrações Financeiras do Terceiro Setor; Varandas, Villa e Colauto (2012), que escreveram um artigo para demonstrar a aplicação das teorias do proprietário, da entidade e de fundos em empresas sem fins lucrativos por meio de uma pesquisa documental baseada na consulta *on-line* de documentos de três ONGs do RS, SC e PR; e Saraiva et al. (2011), que fizeram um artigo para analisar questões identitárias de ONGs por meio de uma *Survey* em que foram entrevistadas 23 pessoas de Itabira (MG).

Houve pesquisas com objetivos mais específicos sobre as quais não se verificaram artigos similares. Cardoso e Lima (2003) desenvolveram um estudo de múltiplos casos por meio de questionários aplicados em nove fundações e um instituto para identificar a classificação contábil dos convênios como ativo e passivo compensado de dez estados brasileiros. Ebsen e Laffin (2004) desenvolveram uma pesquisa do tipo *Survey* e documental na Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social (Aebas), situada em Florianópolis (SC) para investigar os procedimentos contábeis utilizadas

por esta organização. Colauto e Avelino (2009) buscaram identificar a presença de capital intelectual desenvolvido em 17 ONGs de Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social, situadas em Belo Horizonte (MG) por meio de uma *Survey* operacionalizada com questionários. Ramos, Nez e Hein (2014) desenvolveram uma pesquisa com o propósito de ranquear quinze IES da Acafe a partir de indicadores financeiros utilizando a técnica Topsis.

5. Conclusões

O objetivo desta pesquisa foi identificar as características dos artigos publicados no Brasil sobre Contabilidade de organizações do Terceiro Setor. Para tanto, procedeu a uma pesquisa bibliométrica e bibliográfica acerca de características dos autores, tendências de publicação ao longo do tempo, objetivos de pesquisa, amostras utilizadas, fontes de dados e técnicas empregadas na análise dos dados. Os principais resultados desta pesquisa são expostos a seguir.

Um conjunto de seis periódicos (6/36) constitui o core, previsto pela Lei de Bradford, de revistas que mais publicam sobre Terceiro Setor (36% das publicações encontradas),

quais sejam: ConTexto; Revista de Contabilidade da UFBA; Enfoque: Reflexão Contábil; Pensar Contábil; Revista de Contabilidade e Controladoria e Sociedade, Contabilidade e Gestão.

Há uma tendência suavemente crescente do número absoluto de artigos publicados ao longo dos anos, desde 2003. O ano de 2012 foi o ano em que mais artigos sobre o assunto foram publicados.

Em termos de frequência relativa, o volume de artigos publicados sobre Terceiro Setor manteve-se estacionado em uma faixa de 0,3% a 2,1% do volume de artigos publicados por revistas de Contabilidade, o que vai ao encontro do observado por Soares (2017).

O número de autorias por artigo apresenta uma leve tendência de crescimento ao longo do período, indo de uma média de autores por artigo de 1,5 em 2003 para 3,0 em 2016, o que corrobora a tendência encontrada por Soares (2017).

Os autores mais frequentes foram identificados: o primeiro autor mais prolífico foi autor de seis dos artigos da amostra, o que pode ser considerado um número relativamente pequeno. Enquanto apenas 86% dos autores figuraram como pesquisadores do Terceiro Setor com apenas uma autoria, restou

“Os métodos mais utilizados nas pesquisas foram o estudo de caso, *Survey* e pesquisa documental. As técnicas de coleta de dados mais empregadas foram a entrevista, o questionário, a observação em campo e o uso de documentos ou banco de dados.”

aos outros 14% serem pesquisadores com maior recorrência sobre o tema, o que constitui uma distribuição ainda acentuada que a prevista pela Lei de Lotka.

A Lei de Elitismo de Price permitiu identificar que o tamanho da elite de pesquisadores sobre Terceiro Setor é de aproximadamente 15 pesquisadores, dos quais 10 puderam ser identificados. A identificação de vários pesquisadores apontados aqui como prolíficos na área de Terceiro Setor corroboram os achados das pesquisas de Olak, Slomski e Alves (2008); Chagas et al. (2011); Custódio, Jacques e Quintana (2013) e Rodrigues et al. (2016).

Os métodos mais utilizados nas pesquisas foram o estudo de caso, *Survey* e pesquisa documental. As técnicas de coleta de dados mais empregadas foram a entrevista, o

questionário, a observação em campo e o uso de documentos ou banco de dados. As técnicas de análise estatística de regressão, fatorial, Topsis, e testes de diferenças de médias foram empregadas em apenas 8 dos 93 artigos.

O volume de pesquisas com foco em tomada de decisão está relativamente equilibrado com o volume de pesquisas voltadas para usuários externos. Os objetivos mais recorrentes das pesquisas focadas em tomada de decisão envolveram a pesquisa dos sistemas de custos, planejamento estratégico, orçamento, *Balanced Scorecard*, controladoria e controle interno. Já no âmbito das pesquisas voltadas para usuários externos os objetivos mais recorrentes foram quanto à adequação das demonstrações contábeis às normas, a transparência e o grau de evidência contábil.

Foi possível identificar uma relativa recorrência de pesquisas que tiveram como amostra organizações e pesquisas geograficamente próximas de cidades que sediam programas de pós-graduação *stricto sensu* em Contabilidade e Controladoria, o que é comprovado pelo fato de que muitos dos autores que tiveram mais de uma contribuição para a área são docentes de programas de pós-graduação.

Tais resultados caracterizam que a área de Terceiro Setor, como área de pesquisa dentro da Contabilidade é uma área incipiente e, portanto, desafiadora. Se por um lado, a incipiência da área traz a dificuldade inerente da ausência de literatura relacionada para o embasamento de pesquisa, por outro ela constitui um grupo de organizações sobre as quais há muito o que se pesquisar.

6. Referências

ACERVO CONTÁBIL. *Revistas em Contabilidade*. Disponível em: < <http://acervocontabil.blogspot.com.br/p/revistas.htm> >. Acesso em: 08 jul. 2017.

ALVARADO, Rubén Urbizagástegui. Elitismo na literatura sobre a produtividade dos autores. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 38, n. 2, p. 69-79, Ago., 2009.

BRASIL. *Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Institui o Código Civil. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm >. Acesso em 5 jul. 2017.

BRASIL. *Lei n. 13.019, de 31 de julho de 2014*. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil [...]. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/L13019compilado.htm >. Acesso em: 24 set. 2017

BRASIL. Ministério da Educação. *Resolução CNE/CES n. 10, de 16 de dezembro de 2004*. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências.

CARNEIRO, Juarez Domingues et al. *Proposta nacional de conteúdo para o curso de graduação em Ciências Contábeis*. 2. ed. rev. e atual. Brasília: Fundação Brasileira de Contabilidade, 2009.

CHAGAS, Milton Jarbas Rodrigues; ARAÚJO, Aneide de Oliveira; DAMASCENA, Luzivalda Guedes. Evidenciação das subvenções e assistências governamentais recebidas pelas OSCIPs: uma análise empírica nos estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte. *Revista Ambiente Contábil*, Natal, v. 3. n. 2, p. 100-115, jul./dez. 2011.

CRUZ, C. O. A. *A relevância da informação contábil para os investidores sociais privados de entidades do Terceiro Setor no Brasil: uma investigação empírica*. 2010. 165 f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

CUSTÓDIO, Eduardo Barbosa; JACQUES, Flávia Verônica Silva; QUINTANA, Alexandre Costa. Organizações sem fins lucrativos: um estudo bibliométrico. *Revista Ambiente Contabil*, Natal, v. 5, n. 2, p. 107–127, jul./dez. 2013.

DRUCKER, P. F. *As novas realidades: no governo e na política, na economia e nas empresas, na sociedade e na visão do mundo*. 4. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

DUARTE, Sérgio Lemos et al. A produção científica brasileira sobre Gestão Econômica em periódicos e eventos no período de 1989-2012. *Revista de Contabilidade da UFBA*, v. 9, n. 1, p. 41-57, jan./mar., 2015.

ELOY JUNIOR, Antonio Carlos Campodonio; SOARES, Sandro Vieira; CASAGRANDE, Maria Denize Henrique. A Produção Científica Brasileira sobre Contabilidade Tributária em Periódicos e Eventos no período de 1989-2011. *Revista Contabilidade e Controladoria*, v. 6, n. 1, p. 89-102, jan./abr., 2014.

FALCONER, A. P. *A promessa do Terceiro Setor: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão*. 1999. 152 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FASFIL. *As fundações e associações sem fins lucrativos no Brasil - 2010*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, Rio de Janeiro, Estudos e Pesquisas Informações Econômicas n. 20, 2012.

FISCHER, R. M. *O desafio da colaboração: práticas e responsabilidade social entre empresas e Terceiro Setor*. São Paulo: Gente, 2002.

FRANÇA, José Antonio de. (Coord.). *Manual de procedimentos para o Terceiro Setor: aspectos de gestão e de contabilidade para entidades de interesse social*. Brasília: CFC : FBC : Profis, 2015.

HUDSON, M. *Administrando organizações do Terceiro Setor: o desafio de administrar sem receita*. São Paulo: Pearsons Education, 2002.

LIMA, E. T. *Análise comparativa entre índice de disclosure e a importância atribuída por stakeholders a informações consideradas relevantes para fins de divulgação em instituições de ensino superior filantrópicas no Brasil: uma abordagem da teoria da divulgação*. 2009. 201 f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

OLAK, Paulo Arnaldo; SLOMSKI, Valmor; ALVES, Cássia Vanessa Olak. As publicações acadêmicas da pesquisa contábil no Brasil, no âmbito das organizações do Terceiro Setor. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, Brasília, v. 2, n. 1, art. 2, p. 24-46, jan./abr. 2008.

ONU – UNITED NATIONS (Organização das Nações Unidas). *Handbook on Nonprofit Institutions in the System of National Accounts*. Department of Economic and Social Affairs. United Nations: New York, 2003.

POMPEO, Daniele Alcalá; ROSSI, Lúcia Aparecida; GALVAO, Cristina Maria. Revisão integrativa: etapa inicial do processo de validação de diagnóstico de enfermagem. *Acta paul. enferm.*, São Paulo, v. 22, n. 4, p. 434-438, 2009.

RAMOS, F. M. *Qualidade da informação contábil das entidades do Terceiro Setor*. 2014. 176 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2014.

RODRIGUES, Rubens Carlos et al. Contabilidade no Terceiro Setor: Estudo bibliométrico no período de 2004 a 2014. *ConTexto*, Porto Alegre, v. 16, n. 34, p. 70-81, set./dez. 2016.

SALAMON, L. M.; ANHEIER, H. K. *Defining the nonprofit sector: a cross-national analysis*. Manchester: Manchester University Press, 1997.

SALAMON, L. M.; ANHEIER, H. K. Social origins of civil society: explaining the nonprofit sector cross-nationality. *Journal and Voluntary and Nonprofit Organization*, v. 9, n. 3, p.213-248. 1998.

SALAMON, L. M.; ANHEIER, H. K. *The emerging nonprofit sector: an overview*. Manchester: Manchester University Press, 1996.

SILVA, C. E. G. Gestão, legislação e fontes de recursos no Terceiro Setor brasileiro: uma perspectiva histórica. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 6, p. 1301-1325, nov./dez., 2010.

SILVEIRA, D. *Evidenciação contábil de fundações privadas de educação e pesquisa: uma análise da conformidade das demonstrações contábeis de entidades de Santa Catarina*. 2007. 140 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Centro Sócio Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

SOARES, Sandro Vieira. *Diga-me quantos te citam, e eu te direi quem és - Estudo sobre as citações no âmbito da pesquisa contábil brasileira*. São Paulo, 2017. 281p. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo.

SPELL. Scientific periodicals electronic library. *Periódicos*. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/periodicos>>. Acesso em: 07 jul. 2017.

Apêndice A - Amostra dos artigos analisados, por ordem alfabética

ANDRADE, Inacilma Rita Silva; FRAZÃO, Maria de Fátima Araújo. Estratégia em ação: planejamento estratégico e Balanced Scorecard na OSID. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, Salvador, v. 1, n. 1, p. 18-34, jan./dez. 2011.

ANTONELLI, Ricardo Adriano; AUGUSTINHO, Sônia Maria; PACHECO, Vicente. O uso da informação contábil pelas organizações do Terceiro Setor: Práticas de Contabilidade das Fundações de apoio das Universidades Públicas da região Sul do Brasil. *Revista de Contabilidade da UFBA*, Salvador, v. 9, n. 3, p. 171-184, set./dez. 2015.

ASSAF NETO, Alexandre; ARAUJO, Adriana Maria Procópio de.; FREGONESI, Mariana Simões Ferraz do Amaral. Gestão baseada em valor aplicada ao Terceiro Setor. *Revista Contabilidade & Finanças*, São Paulo, v. 17, Ed. Esp., p. 105-118, set. 2006.

ÁVILA, Lucimar Antônio Cabral de; BERTERO, Carlos Osmar. Governança no Terceiro Setor: um estudo de caso em uma fundação de apoio universitário. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, v. 18, n. 59, p. 125-144, jan./mar. 2016.

BETTIOL JUNIOR, Alcides; VARELA, Patrícia Siqueira; MARTINS, Gilberto de Andrade. Implicações das teorias do patrimônio líquido sobre as informações contábeis divulgadas por instituições do Terceiro Setor. *Enfoque: Reflexão Contábil*, Maringá, v. 26, n. 2, p. 57-71, 2007.

BEZERRA, Jacyra Maria da Conceição; ARAÚJO, Maria Arlete Duarte de. Planejamento estratégico em ONGs e sustentabilidade econômico-financeira: o caso da Casa de Passagem. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 5, p. 799-816, set./out. 2004.

BORBA, José Alonso; PEREIRA, Rogéria; VIEIRA, Eleonora Milano Falcão. Terceiro Setor: Aspectos relacionados à elaboração das demonstrações contábeis das fundações privadas mantenedoras de universidades do Estado de Santa Catarina. *ABCustos*, São Leopoldo, v. 2, n. 2, p. 125-146, mai./ago. 2007.

CAMELO, Augusto César Oliveira; CAMELO, Érika Patrícia de S. Martins; PAULINO, Tatiana Cristina de Brito. A importância do gerenciamento contábil para as organizações do Terceiro Setor. *Enfoque: Reflexão Contábil*, Maringá, v. 25, n. 2, p. 41-54, maio/ago. 2006.

CAMPOS, Gabriel Moreira. Estudo sobre a captação de recursos materiais e financeiros em entidades do Terceiro Setor situadas nas cidades de Vila Velha Vitória (ES). *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, Brasília, v. 2, n. 1, p. 94-110, jan./abr. 2008.

CAMPOS, Gabriel Moreira; MOREIRA, Rafael de Lacerda; SCALZER, Rodrigo Simonassi. Evidenciação Contábil: Reflexão Sobre Transparência No Terceiro Setor. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 130-142, set./dez. 2014.

CARDOSO, Klauber Guedes; LIMA, Márcio Jonison Souza de. Classificação contábil dos convênios no Balanço Patrimonial das entidades do Terceiro Setor. *Revista Brasileira de Contabilidade*, Brasília, n. 139, p. 32-43, jan./fev. 2003.

CARDOSO, Tiago. Terceiro setor e imunidade. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, Florianópolis, v. 9, n. 25, p. 9-18, dez./mar. 2010.

CARNEIRO, Alexandre de Freitas; OLIVEIRA, Deyvison de Lima; TORRES, Luciene Cristina. Accountability e prestação de contas das organizações do Terceiro Setor: uma abordagem à relevância da contabilidade. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 90-103, jul./dez. 2011.

CAVALCANTE, Marlon Francisco; VASCONCELOS, Ana Lucia Fontes de Souza; GALVÃO, Nadieli Maria dos Santos. Procedimentos de Alocação de Custos em uma OSCIP à luz das Normas Brasileiras de Contabilidade. *Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI*, Florianópolis, v.2, n. 2, p. 51-66, jul-dez. 2015.

CHAGAS, Milton Jarbas Rodrigues et al. Publicações acadêmicas de pesquisas em contabilidade sobre Terceiro Setor no Brasil: análise do período de 2007 a 2009. *Reunir – Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade*, v. 1, n. 1, p. 1-17, maio/ago. 2011.

CHAGAS, Milton Jarbas Rodrigues; ARAÚJO, Aneide de Oliveira; DAMASCENA, Luzivalda Guedes. Evidenciação das subvenções e assistências governamentais recebidas pelas OSCIPs: uma análise empírica nos estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte. *Revista Ambiente Contábil*, Natal, v. 3, n. 2, p. 100-115, jul./dez. 2011.

COLAUTO, Romualdo Douglas; AVELINO, Bruna Camargos. Identificação do Capital Intelectual não adquirido em entidades do Terceiro Setor. *Revista de Informação Contábil*, v. 3, n. 3, p. 72-93, jul./set. 2009

CRUZ, Cláudia Ferreira da; et al. Uma análise das prestações de contas das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público do Estado do Rio de Janeiro. *Pensar Contábil*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 49, p. 31-41, set./dez. 2010.

CRUZ, June Alisson Westarb, et al. Avaliação de desempenho no Terceiro Setor: uma abordagem teórica de strategic accounts. *Revista Brasileira de Estratégia*, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 11-26, jan./abr. 2009.

CRUZ, June Alisson Westarb; QUANDT, Carlos Olavo; MARTINS, Tomás Sparano; SILVA, Wesley Vieira da. Performance no Terceiro Setor uma abordagem de accountability: estudo de caso em uma Organização Não Governamental Brasileira. *Revista de Administração da UFSM*, Santa Maria, v. 3, n. 1, p. 58-75, jan./abr. 2010.

CUNHA, José Humberto da Cruz; MATIAS-PEREIRA, José. Captação de recursos no Terceiro Setor: fatores estratégicos para divulgação de informações. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, Florianópolis, v. 9, n. 18, p. 83-102, jul./dez. 2012.

CUNHA, Paulo Roberto da; BEUREN, Ilse Maria; CORRÊA, Fabiana Sens. A Contabilidade no Processo de Gestão das APAES do Médio Vale do Itajaí. *Revista de Contabilidade da UFBA*, Salvador, v. 3, n. 3, p. 5-16, set./dez. 2009.

CUNHA, Paulo Roberto da; CARPES, Antonio Maria da Silva; UTZIG, Mara Jaqueline Santore. Gestão e desempenho em organizações de sociedade de interesse público (OSCIPs): um estudo em entidades de microcrédito. *Revista Ambiente Contábil*, Natal, v. 6, n. 1, p. 202-218, jan./jun. 2014.

CUNHA, Paulo Roberto da; et al. Balanço social no Terceiro Setor: análise do nível de adesão ao modelo IBASE de uma organização hospitalar. *Enfoque: Reflexão Contábil*, Maringá, v. 29, n. 3, p. 76-93, 2010.

CUNHA, Paulo Roberto; et al. Procedimentos de auditoria aplicados pelas empresas de auditoria independente de Santa Catarina em entidades do Terceiro Setor. *Revista de Contabilidade e Organizações*, Ribeirão Preto, v. 4, n. 10, p. 65-85, set./dez. 2010.

CUSTÓDIO, Eduardo Barbosa; JACQUES, Flávia Verônica Silva; QUINTANA, Alexandre Costa. Organizações sem fins lucrativos: um estudo bibliométrico. *Revista Ambiente Contábil*, Natal, v. 5, n. 2, p. 107-127, jul./dez. 2013.

DANI, Andréia Carpes; DAL VESCO, Delci Grapegia; SCARPIN, Jorge Eduardo. Contabilidade do Terceiro Setor: um estudo bibliométrico em periódicos internacionais no período de 2006 a 2010. *CAP Accounting and Management*, v. 5, n. 5, 2011.

EBSEN, Kamilie Simas; LAFFIN, Marcos. Terceiro Setor e Contabilidade: compilações de uma pesquisa. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 11-28, jan./jun. 2004.

EYERKAUFER, Marino Luiz et al. Entidades do Terceiro Setor, suas peculiaridades e a utilização da Contabilidade. *REAVI-Revista Eletrônica do Alto Vale do Itajaí*, v. 2, n. 1, p. 107-110, ago. 2013.

FAGUNDES, Jair Antonio et al. Formalização Contábil em Entidade de Assistência Social: Um Estudo de Caso sob a Ótica da Gestão de Custos. *ConTexto*, Porto Alegre, v. 12, n. 21, p. 59-67, jan./jun. 2012.

FREGONESI, Mariana Simões Ferraz do Amaral et al. Metodologia SROI: Uma Proposta para Cálculo do Valor Sócio-Econômico das Organizações do Terceiro Setor. *Contabilidade, Gestão e Governança*, Brasília, v. 8, n. 2, p. 239-266, jul./dez. 2005.

GODOY, João Gabriel Vasconcellos; RAUPP, Fabiano Maury; TEZZA, Rafael. Organizações do Terceiro Setor: Uma Abordagem Bibliométrica. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 125-139, jan./abr. 2016.

GOLLO, Vanderlei; SCHULZ, Sheila Jeane; ROSA, Fabricia Silva da. Evidenciação contábil em entidades brasileiras de Terceiro Setor: adequação às normas brasileiras de contabilidade. *ConTexto*, Porto Alegre, v. 14, n. 27, p. 104-116, maio/ago. 2013.

GOMES, Ricardo Corrêa; GOMES, Luciana de Oliveira Miranda. Em Busca de uma Teoria de Gerenciamento de Stakeholders para Organizações do Terceiro Setor. *Contabilidade, Gestão e Governança*, Brasília, v. 18, n. 1, p. 43-60, jan./abr. 2015.

GOOD, Kevin Joseph; BORBA, José Alonso; MARAGNO, Lucas Martins Dias. Supporting Stakeholder Relationship Management via Disclosure on Resource Origins: Evidence from the World's Top NGOs. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 139-156, maio/ago. 2015.

ISIDORO, Claudinei et al. A utilização de artefatos de contabilidade gerencial em cooperativas agropecuárias. *Revista de Contabilidade da UFBA*, Salvador, v. 6, n. 2, p. 39-55, maio/ago. 2012.

KRÜGER, Leticia Meurer; BORBA, José Alonso; SILVEIRA, Douglas da. Análise da conformidade das demonstrações contábeis das fundações privadas de saúde do Estado de Santa Catarina. *Revista de Informação Contábil*, v. 6, n. 1, p. 1-22, jan./mar. 2012.

LAFFIN, Nathália Helena Fernandes; RAUPP, Fabiano Maury. Gestão de custos e prestação de contas: um estudo em uma organização sem fins lucrativos. *Revista de Contabilidade da UFBA*, Salvador, v. 10, n. 2, p. 05 - 25, maio/ago. 2016.

LIMA FILHO, Raimundo Nonato. Auditoria independente nos contratos de parceria em entidades do Terceiro Setor, à luz da lei 9.790/99. *Revista de Administração e Contabilidade da FAT*, Feira de Santana, v. 2, n. 1, p. 15-27, jan./jun. 2010.

LIMA FILHO, Raimundo Nonato; BRUNI, Adriano Leal; CORDEIRO FILHO, José Bernardo. Planejamento estratégico em entidades do Terceiro Setor: uma análise na região metropolitana de Salvador. *Revista de Administração e Contabilidade da FAT*, Feira de Santana, v. 2, n. 2, p. 4-19, jul./dez. 2010.

LIMA, Emanuel Marcos; PEREIRA, Carlos Alberto. Associação entre índices de disclosure e características corporativas das Instituições de Ensino Superior Filantrópicas do Brasil – IESFB. *Revista de Contabilidade e Organizações*, Ribeirão Preto, v. 5, n. 11, p. 23-48, jan./abr. 2011.

LOPES, Leandro Costa et al. Um estudo multicaso sobre a gestão de recursos financeiros em Organizações do Terceiro Setor. *Revista Contabilidade e Controladoria*, Curitiba, v. 4, n.3, p. 24-36, set./dez. 2012.

MACOHON, Edson; KLANN, Roberto. Efeitos do processo de convergência contábil internacional nas Demonstrações Contábeis de entidades do Terceiro Setor. *Revista de Contabilidade & Controladoria*, Curitiba, v. 6, n. 3, p. 74-92, set./dez. 2014.

MADRUGA, Lúcia Rejane da Rosa Gama et al. O planejamento estratégico como ferramenta para a renovação do pensamento estratégico em uma organização do Terceiro Setor: o caso da OMEP/SM. *Revista Eletrônica de Contabilidade*, Santa Maria, v. 1, n. 1, p. 250-265, set./nov. 2004.

MARIAN, Sérgio; LUNARDI, Micheli Aparecida. Sistema de custo para o Terceiro Setor: Um estudo de uma instituição de longa permanência de idosos no Alto Vale do Itajaí (SC). *REAVI-Revista Eletrônica do Alto Vale do Itajaí*, v. 1, n. 2, p. 76-88, dez. 2012.

MÁRIO, Pueri do Carmo et al. A utilização de instrumentos de contabilidade gerencial em entidades do Terceiro Setor. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 64-79, jan./abr. 2013.

MÁRIO, Pueri do Carmo; PAULA, Cleberson Luiz Santos de; ALVES, Alécia Dias de Freitas. Evidenciação das Fundações Privadas de Belo Horizonte: Prestação de Contas e Qualidade da Informação. *Pensar Contábil*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 56, p. 29-41, jan./abr. 2013.

MARQUES, Bruna Altoé et al. Terceiro Setor: panorama das tendências de 1998 a 2013 por meio de um estudo bibliométrico. *Enfoque: Reflexão Contábil*, Maringá, v. 34, n. 2, p. 71-89, maio/ago. 2015.

MARTINS, Alex Sandro Rodrigues; QUINTANA, Alexandre Costa; JACQUES, Flávia Verônica Silva. Conselhos Regionais de Contabilidade: a evidenciação da responsabilidade social por meio da utilização do Balanço Social e da Demonstração do Valor Adicionado. *Revista Brasileira de Contabilidade*, Brasília, n. 196, p. 38-51, 2013.

MARTINS, Orleans Silva. Terceiro Setor – aspectos tributários e incentivos fiscais. *Revista Brasileira de Contabilidade*, Brasília, n. 160, p. 26-37, jul./ago., 2012.

MARTINS, Orleans Silva; MORAES JR., Valdério Freire de. A Formação de Preços de Serviços no Terceiro Setor: Um Estudo de Caso no Estado da Paraíba. *REUNIR – Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade*, v. 2, n. 3, p. 14-32, maio-ago. 2012.

MARTINS, Orleans Silva; PEDROSA NETO, Carlos; ARAUJO, Aneide Oliveira. A Gestão Estratégica de Custos nas organizações do Terceiro Setor: um estudo de caso no Estado da Paraíba. *Contabilidade Vista & Revista*, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 61-84, abr./jun. 2008.

MEDEIROS, Priscilla Milfont de; VASCONCELOS, Ana Lúcia Fontes de Souza; SOUZA, Michelle Milfont de Medeiros. Prestação de contas aplicada às entidades do Terceiro Setor: um estudo da conformidade com a ITG 2002. *CAP Accounting and Management*, v. 9, n. 9, p. 102-106, 2015.

MILANI FILHO, Marco Antonio Figueiredo. Resultado econômico em organizações do Terceiro Setor: um estudo exploratório sobre a avaliação de desempenho. *Revista Contabilidade e Controladoria*, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 35-44, jan./abr. 2009.

MORGAN, Levi; BENEDICTO, Gideon Carvalho. Um estudo sobre a controladoria em organizações do Terceiro Setor na Região Metropolitana de Campinas. *Revista de Administração da Unimep*, v. 7, n. 3, p. 111-133, set./dez. 2009.

NEVES JÚNIOR, Idalberto José das; LINS, Aline. A contribuição do Contador para a gestão das empresas do Terceiro Setor: uma pesquisa de campo no Distrito Federal. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, São Paulo, v. 9, n. 23, p. 28-41, jan./abr. 2007.

OLAK, Paulo Arnaldo; SLOMSKI, Valmor; ALVES, Cássia Vanessa Olak. As publicações acadêmicas da pesquisa contábil no Brasil, no âmbito das organizações do Terceiro Setor. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, Brasília, v. 2, n. 1, art. 2, p. 24-46, jan./abr. 2008.

ORO, Ieda Margarete; VICENTI, Terezinha; SCARPIN, Jorge Eduardo. Balanço Social no Terceiro Setor: análise do modelo IBASE com relação à transparência e prestação de contas à sociedade. *ConTexto*, Porto Alegre, v. 14, n. 26, p. 76-89, jan./abr. 2014.

PACHECO, Luís Otávio; SZUSTER, Natan; MACEDO, Marcelo Alvaro da Silva. Evidenciação contábil em fundações privadas de saúde: uma análise das prestações de contas de entidades do município de Belo Horizonte. *Revista Ambiente Contábil*, Natal, v. 6, n. 2, p. 240-260, jul./dez. 2014.

PACHECO, Rejane da Rocha; MACAGNAN, Clea Beatriz; SEIBERT, Rosane Maria. Fatores Explicativos do Nível de Evidenciação de Informações de Organizações do Terceiro Setor. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, Salvador, v. 6, n. 2, p. 72-93, maio/ago. 2016.

PAULA, Cleberson Luiz Santos de; BRASIL, Haroldo Guimarães; MÁRIO, Pueri do Carmo. Mensuração do retorno social de organizações sem fins lucrativos por meio do SROI – Social Return On Investment. *Contabilidade Vista & Revista*, Belo Horizonte, v. 20, n. 3, p. 127-155, jul./set. 2009.

PEREIRA, Mércia de Lima; et al. Características de Mobilização de Recursos: um estudo nas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSICIP) do Brasil. *REUNIR: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade*, v. 5, n. 3, p. 112-131, set./dez. 2015.

PETRELLI, Cristina Melim. Entidades Filantrópicas e a Contabilidade: Aspectos Conceituais e Legais. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, v. 3, n. 5, p. 17-27, abr./jul. 2003.

PIZA, Silvio Calazans Toledo et al. A aderência das práticas contábeis das entidades do Terceiro Setor às normas brasileiras de contabilidade: um estudo multicaso de entidades do município de São Paulo-SP. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 78-97, set./dez. 2012.

PORTULHAK, Henrique; DELAY, Albino João; PACHECO, Vicente. Prestação de Contas por Entidades do Terceiro Setor e seus Impactos na Obtenção de Recursos: um Olhar Sobre o Comportamento dos Doadores Individuais. *Pensar Contábil*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 64, p. 39-47, set./dez. 2015.

QUINTAIROS, Paulo César Ribeiro et al. Aplicação do Balanced Scorecard a uma organização do Terceiro Setor. *Revista de Contabilidade e Controladoria*, Curitiba, v. 1, n. 2, p. 164-174, maio/ago. 2009.

RAMOS, Fernando Maciel; KLANN, Roberto Carlos. Qualidade da Informação Contábil das Entidades Brasileiras do Terceiro Setor. *Future Studies Research Journal: Trends and Strategies*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 3-32, jan./jul. 2015.

RAMOS, Fernando Maciel; NEZ, Evandro de; HEIN, Nelson. Ranking das Instituições de Ensino Superior do Sistema Acafe a partir dos indicadores de desempenho econômico, financeiro e de atividades. *Pensar Contábil*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 60, p. 52-60, maio/ago. 2014.

RENGEL, Silene; et al. Importância do Balanço Social para as Entidades do Terceiro Setor sob a Ótica dos Gestores das APAES da Região do Alto Vale do Itajaí/SC. *Pensar Contábil*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 53, p. 5-15, jan./abr. 2012.

RIBEIRO, Camila Alves; et al. Práticas contábeis adotadas por entidades do Terceiro Setor: análise empírica junto às empresas prestadoras de serviços contábeis de Londrina. *Revista de Estudos Contábeis*, Londrina, v. 6, n. 11, p. 81-100, jul./dez. 2015.

RIBEIRO, Livia Maria de Pádua; TIMÓTEO, Adriana Conceição. A adoção dos controles internos em uma organização do Terceiro Setor como sustentabilidade econômica: um estudo de caso em uma associação de Minas Gerais. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, Florianópolis, v. 9, n. 17, p. 61-82, 2012.

RODRIGUES, Rubens Carlos et al. Contabilidade no Terceiro Setor: Estudo bibliométrico no período de 2004 a 2014. *ConTexto*, Porto Alegre, v. 16, n. 34, p. 70-81, set./dez. 2016.

SANTOS, Dayane Mendes; GAIOT, Tatiane Ferreira; MILANI FILHO, Marco Antonio Figueiredo. Grau de evidenciação das informações voluntárias das Instituições de Ensino Superior confessionais e não confessionais. *Revista de Contabilidade & Controladoria*, Curitiba, v. 7, n. 3, p. 38-52, set./dez. 2015.

SANTOS, Disley Pereira dos; et al. Demonstração de valor adicionado: aplicação em uma instituição do Terceiro Setor de minas gerais. *Enfoque: Reflexão Contábil*, Maringá, v. 27, n. 3, p. 45-56, set./dez. 2008.

SANTOS, Keli Gonçalves; GUIMARÃES, Mayara Yasmim Silva; PILENGHY, Marlene Muniz Oliveira. Avaliação das Prestações de Contas dos Convênios firmados entre a Prefeitura Municipal de Jarú e as Entidades do Terceiro Setor. *Revista Eletrônica Saber Contábil*, JI-Paraná, v. 2, n. 2, p. 115-136, maio/ago. 2012.

SANTOS, Patrícia Cardoso dos; SILVA, Maria Edna Manguieira da. O papel da contabilidade na busca pela sustentabilidade do Terceiro Setor. *Revista Brasileira de Contabilidade*, Brasília, n. 170, p. 34-47, mar./abr. 2012.

SARAIVA, Luiz Alex Silva et al. Questões identitárias no Terceiro Setor: estudo de dois casos. *Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace*, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p. 1-14, jan./jun. 2011.

SILVA, Ana Paula Ferreira da; FALK, James Anthony; COUTINHO, Ericka Nereide Pinheiro. Percepção dos Serviços gerados pela Contabilidade em Entidades Nordestinas de Utilidade Pública Federal. *Revista de Contabilidade da UFBA*, Salvador, v. 6, n. 1, p. 4-19, jan./abr. 2012.

SILVA, Franciane Santos. Normas e práticas contábeis aplicadas ao Terceiro Setor. *Contabilidade, Gestão e Governança*, v. 7, n. 2, p. 113-125, 2004.

SILVA, Grazielle Rigotti da. Análise de mercado como ferramenta para o Terceiro Setor. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, Salvador, v. 1, n. 1, p. 58-71, jan./dez. 2011.

SILVEIRA, Douglas; BORBA, José Alonso. Evidenciação contábil de fundações privadas de educação e pesquisa: uma análise da conformidade das demonstrações contábeis de entidades de Santa Catarina. *Contabilidade Vista & Revista*, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 41-68, jan./mar. 2010.

SOUZA, Fábila Jaiany Viana de; et al. Prestação de contas no Terceiro Setor: uma análise das entidades possuídas do título de Utilidade Pública Federal no estado do Rio Grande do Norte. *ConTexto*, Porto Alegre, v. 12, n. 21, p. 105-116, jan./jun. 2012.

SOUZA, Marcos Antonio de. et al. Gestão sustentável de instituição assistencial religiosa: um estudo na Província São Francisco de Assis (PSFA). *ConTexto*, Porto Alegre, v. 11, n. 20, p. 45-57, jul./dez. 2011.

SOUZA, Selma Austricliano de; CARVALHO JUNIOR, César Valentim de Oliveira; ALBUQUERQUE, Kátia Silene Lopes de Souza. Auditoria externa em organizações do Terceiro Setor: um estudo da percepção de contadores e não contadores. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, Salvador, v. 2, n. 2, p. 47-60, maio/ago. 2012.

TOZZI, José Alberto. Gestão financeira e orçamentária no Terceiro Setor. *Pensamento & Realidade*, v. 29, n. 2, p. 44-62, 2014.

VALADÃO JÚNIOR, Valdir Machado; MALAQUIAS, Rodrigo Fernandes; SOUSA, Edileusa Godói de. Controladoria como uma opção à sustentabilidade econômica nas organizações de Terceiro Setor: o caso de uma associação. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, Florianópolis, v. 5, n. 9, p. 131-151, jan./jun. 2009.

VARANDAS, Raquel Nascimento; VILLA, Patricia; COLAUTO, Romualdo Douglas. Teorias da propriedade, entidade e fundos: uma análise da evidenciação das demonstrações financeiras de empresas sem fins lucrativos. *Revista de Contabilidade da UFBA*, Salvador, v. 6, n. 2, p. 21-38, maio/ago. 2012.

VESCO, Delci Grapegia Dal; SANTOS, Alexandre Corrêa dos; SCARPIN, Jorge Eduardo. Análise do campo científico em pesquisas com a temática "Terceiro Setor" no Brasil, sob a perspectiva de redes sociais. *ConTexto*, Porto Alegre, v. 15, n. 29, p. 47-61, jan./abr. 2015.

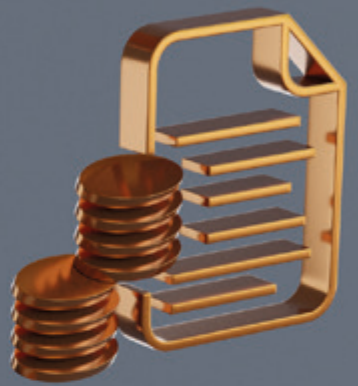
VILELA, José Ricardo de Paula Xavier et al. Governança e Relações de Poder: Orientando as Boas Práticas em Cooperativas e outras Sociedades de Pessoas. *Contabilidade, Gestão e Governança*, Brasília, v. 18, n. 2, p. 69-84, maio/ago. 2015.

VOESE, Simone Bernardes; ARRUDA, Leila Lucia; CHEROBIM, Ana Paula M. S. Fontes de financiamento no Terceiro Setor: análise evolutiva de 2000–2009 na Pastoral da Criança. *CAP Accounting and Management*, v. 6, n. 6, p. 124-138, 2012.

VOESE, Simone Bernardes; REPTCZUK, Roseli Maria. Características e peculiaridades das entidades do Terceiro Setor. *ConTexto*, Porto Alegre, v. 11, n. 19, p. 31-42, jan./jul. 2011.

ZACARIAS, Fábio Lúcio Braido. A utilização do Custeio Integral no processo de apuração e evidenciação de custos em entidades do Terceiro Setor: o caso de uma instituição de longa permanência de idosos. *Contabilidade Vista & Revista*, Belo Horizonte, v. 19, n. 4, p. 85-106, out./dez. 2008.

ZITTEI, Marcus Vinicius Moreira; POLITELO, Leandro; SCARPIN, Jorge Eduardo. Nível de Evidenciação Contábil de Organizações do Terceiro Setor. *Administração Pública e Gestão Social*, Viçosa, v. 1, n. 2, p. 85-94, abr./jun. 2016.



Desempenho de egressos dos cursos de Ciências Contábeis no Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade

Com esse estudo, objetivou-se avaliar o desempenho dos bacharéis em Ciências Contábeis no Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade, nas edições realizadas a partir do 1º semestre de 2011, em âmbito nacional e por regiões do país. A coleta dos dados foi efetuada no portal do Conselho Federal de Contabilidade, os quais uma vez tratados foram analisados de forma descritiva e mediante a aplicação de testes estatísticos de diferenças de médias. Os resultados obtidos revelaram que, em média, 36,96% dos bacharéis que participaram nas edições do exame obtiveram aprovação, percentual que pode ser considerado pouco satisfatório. Observando-se os desempenhos nas questões envolvendo conteúdos, verificou-se um melhor desempenho nos conteúdos de formação básica em relação aos de formação profissional. Nesses últimos, destacaram-se os desempenhos em Auditoria e Perícia. Por fim, os resultados obtidos no estudo mostraram, em termos gerais, que há fragilidade na formação dos bacharéis nos cursos de Ciências Contábeis do país em termos de conhecimentos, de forma mais acentuada nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte.

Jaqueline Garcia Maia Nunes

Bacharel em Ciências Contábeis pela Unisinos.
Trabalha na Empresa: Industrial Boituva de Bebidas S/A.

E-mail: jackimaian@hotmail.com

2188 – Recebido em 13/7/2019. Distribuído em 13/7/2019. Pedido de revisão em 23/8/2019. Resubmetido pelo autor em 26/6/2019. Aprovado em 26/8/2019, na terceira rodada, por dois membros do Conselho Editorial. Publicado na edição setembro-outubro de 2019. Organização responsável pelo periódico: Conselho Federal de Contabilidade.

1. Introdução

O ensino contábil no Brasil tem como marco o século XIX com a chegada da Família Real, iniciando-se em 1804 o ensino comercial no país. Em 1846, ocorreu a regulamentação das Aulas de Comércio, conforme mencionam Candiotto e Miguel (2009), e, praticamente, 100 anos após, em 1945, o Decreto-Lei n.º 7.988 consolidou o ensino de Contabilidade em grau superior, criando-se o curso de Ciências Contábeis e Atuariais.

Desde o seu início, o curso sofreu várias reestruturações em sua matriz curricular, sendo a última proveniente da Resolução CNE/CES n.º 10/2004 (BRASIL, 2004), que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Ciências Contábeis, baseando a formação do contador em termos de competências e habilidades.

Em observância aos termos da resolução, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) elaborou, com o apoio da Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC), uma Proposta Nacional de Conteúdo para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis (CARNEIRO, 2008). Em 2009, ocorreu uma revisão e atualização da proposta (CARNEIRO, 2009).

As disciplinas propostas foram organizadas por eixos temáticos, compreendendo conteúdos de

formação básica, formação profissional, formação teórico-prática e disciplinas optativas, totalizando 3.000 horas.

Também, preocupado com a qualidade dos serviços prestados pelos profissionais da contabilidade aos usuários da contabilidade, o CFC por meio da Resolução CFC n.º 853, de 28 de julho de 1999 (CFC, 1999), instituiu o

Exame de Suficiência como uma das condições para a obtenção de registro profissional em Conselho Regional de Contabilidade - (CRC).

Kounrouzan *et al.* (2010) mencionam que o exame aplicado entre os anos de 2000 e 2004 revelou ser um método de avaliação da capacidade técnica dos bacharéis em Ciências Contábeis, ao mesmo tempo que estimulou o aprimoramento do ensino nos cursos de Ciências Contábeis.

A partir de 2005, o exame foi suspenso e, em 11 de junho de 2010, foi aprovada a Lei n.º 12.249 (CFC, 2010), que, entre diversos benefícios e adaptações que se faziam necessárias ao conteúdo do Decreto-Lei n.º 9.295/46 (BRASIL, 1946), passou a exigir a realização do Exame de Suficiência a partir de 2011, desta feita mediante lei sancionada pelo Presidente da República, tendo como principal objetivo garantir que o contador recém-formado no curso de Ciências Contábeis tivesse um nível mínimo de conhecimentos para o cumprimento de suas responsabilidades.

Castro (2017) argumenta que as modificações sociopolíticas e econômicas contribuíram para a retomada do Exame de Suficiência, indo desde as alterações na Contabilidade brasileira a uma maior interação do CFC com o Governo.

Desde as primeiras edições (2000 a 2004) e após a sua retomada de 2011 em diante, os resultados obtidos pelos bacharéis em Ciências Contábeis nos Exames de Suficiência têm sido alvo do interesse de pesquisadores, como Martins *et al.* (2003); Bugarim *et al.* (2014); Sprenger *et al.* (2016); Silva *et al.* (2016), entre outros, o que serviu de motivação para o desenvolvimento dessa pesquisa, considerando os resultados das edições realizadas desde o 1º semestre de 2011.

Com isso, delineou-se o seguinte problema de pesquisa: **Qual foi**

o desempenho dos bacharéis em Ciências Contábeis no Exame de Suficiência do CFC em suas edições realizadas a partir do 1º semestre de 2011?

Os resultados deste estudo, além de contribuir e complementar estudos realizados por Martins *et al.* (2003); Bugarim *et al.* (2014); Sprenger *et al.* (2016); Silva *et al.* (2016), entre outros, podem interessar aos gestores dos cursos de Ciências Contábeis, especialmente aos coordenadores, uma vez que, ao dispor da análise do desempenho geral dos egressos, têm como realizar uma análise comparativa desse desempenho com o verificado em relação aos egressos de seus cursos, identificando, por exemplo, conteúdos em que estes apresentaram baixo desempenho, o que pode resultar em ações que visem sanar as deficiências observadas.

Além dessa seção, o artigo contém mais quatro seções a saber: fundamentação teórica; metodologia; apresentação e análise dos dados; e considerações finais.

2. Fundamentação Teórica

2.1 Ensino de Contabilidade no Brasil

Ao tratar do ensino de Contabilidade no Brasil, Rodrigues, Craig e Gomes (2010, p. 39) mencionam que “em 1759 foi criada a Aula de Comércio como parte de uma ampla agenda de reformas educacionais que foram implementadas pelo Marquês de Pombal, com o objetivo de melhorar o estado geral da educação em Portugal”.

Em 1804 teve início o Ensino Comercial no país, coincidindo com a publicação da obra *Princípios de Economia Política* de José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu. No ano de 1809, Peleias e Bacci (2004, p. 41) relatam que houve “a promulgação do Alvará de 15 de julho, criando oficialmente



te o ensino de Contabilidade no país, por meio das Aulas de Comércio, intituladas “aulas práticas”.

Peleias et al. (2007) mencionam que, na década de 1830, as Aulas de Comércio passaram a ser assimiladas de forma mais clara. Candioto e Miguel (2009) mencionam que foi pelo Decreto n.º 456, de 6 de julho de 1846, que ocorreu a regulamentação das Aulas de Comércio.

Ainda, segundo os autores, com o Decreto n.º 769, de 1854, realizou-se a reforma da aula de Comércio da capital imperial. No entanto, essa reforma concretizou-se com o Decreto n.º 1.763, de 1856, que estabeleceu novos estatutos à Aula de Comércio da Corte, criando um curso de estudos denominado de Instituto Comercial do Rio de Janeiro.

Schmidt (2000) adiciona que o Decreto Federal n.º 1.339, de 9 de janeiro de 1905, tornou oficial as disciplinas de Guarda-Livros e de Perito-Contador ofertadas pela Escola Prática de Comércio, sendo que em 1907 a instituição passou a ser denominada de Escola de Comércio Álvares Penteado.

De acordo com Soares et al. (2011), o Decreto n.º 20.158/1931 estabeleceu a composição dos cursos de Guarda-Livros, Atuário, Perito-Contador e Superior, como consta no Quadro 1.

Os autores mencionam que o Decreto-Lei n.º 6.141, de 28 de dezembro de 1943, determinou novas condições para o Ensino Comercial, sendo denominados cursos Comerciais Técnicos divididos em duas etapas: Curso Comercial Básico e o outro de Formação, em que a Contabilidade fazia parte. Nesta mesma data, o Decreto n.º 14.373 estabeleceu a “estrutura dos cursos de Formação do Ensino Comercial” (PELEIAS et al., 2007).

Em 1945, com o Decreto-Lei n.º 7.988, consolidou-se o ensino de Contabilidade em grau superior com a criação do curso de Ciências Contá-

beis e Atuariais, cujas disciplinas deveriam ser cumpridas no período de 4 (quatro) anos. A estrutura curricular pode ser observada no Quadro 2.

Observa-se que no currículo proposto constavam 21 (vinte e uma) disciplinas que deveriam ser cursadas em regime anual (seriado),

Quadro 1 – Cursos - Guarda-livros, Atuário, Perito-Contador e Adm. e Finanças

	Guarda-livros	Atuário	Perito-Contador	Adm. e Finanças
1º ano	Contabilidade; Matemática comercial; Direito Comercial; Estenografia; Mecanografia.	Contabilidade; Matemática comercial; Direito constitucional e civil; Legislação fiscal; Esterografia; Mecanografia.	Contabilidade; Matemática comercial; Direito constitucional e civil; Legislação fiscal; Esterografia; Mecanografia.	Contabilidade de transportes; Matemática financeira; Geografia econômica; Direito constitucional e civil; Economia Política.
2º ano	Contabilidade mercantil; Matemática comercial; Legislação fiscal; Técnica comercial; Estenografia; Mecanografia.	Contabilidade Mercantil; Matemática financeira; Direito Comercial Terrestre; Economia Política e Finanças; Merceologia e tecnologia merceológica; Técnica Comercial e Processos de Propaganda.	Contabilidade Mercantil; Matemática financeira; Direito Comercial Terrestre; Economia Política e Finanças; Merceologia e tecnologia merceológica; Técnica Comercial e Processos de Propaganda.	Contabilidade Pública; Finanças e Economia Bancária; Direito internacional comercial; Ciência da administração; Legislação consular; Psicologia, lógica e ética.
3º ano		Contabilidade de seguros; Cálculo atuarial; Legislação de seguros; Estatística; Seminário Econômico.	Contabilidade Industrial e Agrícola; Contabilidade bancária; História do comércio, indústria e agricultura; Prática do processo civil e comercial; Seminário econômico; Estatística.	Direito administrativo; Política comercial e regime aduaneiro comparado; História econômica da América e fontes da riqueza nacional; Direito industrial e operário; Direito internacional; Sociologia.

Fonte: Soares et al. (2011, p. 35).

Quadro 2 – Estrutura Curricular do Curso de Ciências Contábeis e Atuariais

Primeira série
1. Análise matemática. 2. Estatística geral e aplicada. 3. Contabilidade geral. 4. Ciência da administração. 5. Economia política.
Segunda série
1. Matemática financeira. 2. Ciência das finanças. 3. Estatística matemática e demográfica. 4. Organização e contabilidade industrial e agrícola. 5. Instituição de direito público.
Terceira série
1. Matemática atuarial. 2. Organização e contabilidade bancária. 3. Finanças das empresas. 4. Técnica comercial. 5. Instituições de direito civil e comercial.
Quarta série
1. Organização e contabilidade de seguros. 2. Contabilidade pública. 3. Revisões e perícia contábil. 4. Instituições de direito social. 5. Legislação tributária e fiscal. 6. Prática de processo civil e comercial.

Fonte: Decreto-Lei n.º 7988/1945.

diferente do que se observa atualmente, cuja oferta de disciplinas é semestral e o aluno tem a liberdade para escolher quantas disciplinas cursar em cada semestre. No Decreto-Lei, que contém somente 12 artigos, não está explicitada a carga horária do curso.

No que se refere à Contabilidade, verifica-se que havia as disciplinas: Contabilidade Geral; Organização e Contabilidade Industrial e Agrícola; Organização e Contabilidade Bancária; Organização e Contabilidade de Seguros; Contabilidade Pública e Revisões; e Perícia Contábil.

Em 1960 ocorreram várias modificações no ensino superior, que foram positivas para os cursos de Ciências Contábeis. Estimuladas pela Lei n.º 4.024/1961, foram consolidadas as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e instituído o Conselho Federal da Educação (CFE), que estabeleceu os currículos mínimos e duração dos cursos direcionados a profissões regulamentadas.

2.2 Proposta de Currículo do Curso de Ciências Contábeis do Conselho Federal de Contabilidade

Desde muito tempo, o CFC vem procurando atender às frequentes

solicitações sobre a composição dos conteúdos do currículo da formação dos profissionais da contabilidade e a excelência no ensino superior de Ciências Contábeis. Entre as principais reivindicações da sociedade, consta a reestruturação de uma proposta de matriz curricular mais harmônica, para diminuir as divergências causadas pelas diversas matrizes existentes nos cursos superiores de Ciências Contábeis (CARNEIRO, 2009).

Para atender a Resolução CNE/CES n.º 10/2004 (BRASIL, 2004), foi elaborada pelo CFC a Proposta Nacional de Conteúdo para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis com a colaboração de professores componentes da Comissão criada pela Portaria CFC n.º 13/06, de 3/2/2006 e com o apoio da FBC (CARNEIRO, 2008).

A proposta teve como objetivo contribuir para a organização da matriz curricular dos cursos de Ciências Contábeis, podendo se adequar às peculiaridades regionais ou mudanças de regulamentações educacionais (CARNEIRO, 2008), contando com sugestões de professores e coordenadores dos cursos de Ciências Contábeis de todo o país. Uma segunda edição do livro, revisada e atualizada foi publicada em 2009.

Esta proposta curricular foi elaborada, considerando que os mais de 1.000 cursos de Ciências Contábeis no Brasil apresentavam matrizes curriculares divergentes, prejudicando os estudantes em termos de transferência, bem como a oferta de um ensino mais harmônico em termos de conteúdo (CARNEIRO, 2009). As disciplinas estão organizadas por Eixos Temáticos abrangendo os conteúdos de Formação Básica; Formação Profissional; Formação Teórico-Prática; e Disciplinas Optativas, totalizando 3.000 horas.

2.3 Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade

Por meio da Resolução CFC n.º 853, de 28 de julho de 1999, o CFC instituiu o Exame de Suficiência como uma das condições para a obtenção de registro profissional em CRC, visando proporcionar qualidade aos serviços prestados e garantir um atendimento confiável aos usuários (CFC, 1999).

Para Kounrouzan et al. (2010), no período em que o exame foi aplicado entre os anos de 2000 e 2004 demonstrou-se como um método de avaliação da capacidade técnica dos bacharéis em Ciências Contábeis e, conseqüentemente, estimu-

“Desde muito tempo, o CFC vem procurando atender às frequentes solicitações sobre a composição dos conteúdos do currículo da formação dos profissionais da contabilidade e a excelência no ensino superior de Ciências Contábeis.”

lava o aprimoramento do ensino da Contabilidade nas instituições ofertantes do curso a obter um percentual de aprovação expressivo dentre os seus egressos, considerando as exigências do próprio mercado. A Resolução CFC n.º 853/1999 foi alterada posteriormente pelas Resoluções n.º 928/2002, n.º 933/2002 e n.º 994/2004 e revogada pelo Resolução CFC n.º 1301/2010.

Madeira, Mendonça e Abreu (2003, p.105) também mencionam a relevância do Exame de Suficiência como indicador de qualidade para os cursos de Ciências Contábeis, sustentando que, além de fornecer habilitação profissional para o futuro registro, o Exame de Suficiência deveria servir como instrumento de apoio às instituições de ensino superior no processo de avaliação e acompanhamento dos cursos”.

Lopes (2010) menciona que o exame havia sido suspenso a partir de 2005 em função da quebra do princípio constitucional do livre exercício profissional, uma vez que fora instituído mediante Resolução do CFC e, não, por lei específica. Castro (2017), por seu turno, argumenta que as modificações sociopolíticas e econômicas contribuíram para a retomada do Exame de Suficiência em 2010, e vão desde as alterações na Contabilidade brasileira a uma maior interação do CFC para com o Governo.

Assim, em 11 de junho de 2010, foi aprovada a Lei n.º 12.249, que instituiu o Exame de Suficiência na área contábil. A Resolução CFC n.º 1373/2011 revogada pela Resolução CFC n.º 1486, de 22 de maio de 2015 (CFC, 2015), regulamentou o Exame de Suficiência como requisito para obtenção de registro profissional em CRC; trata em seu Art. 6º que o conteúdo programático do Exame de Suficiência será composto de uma prova para os bacharéis em Ciências

Contábeis, e deverá ser atendidas as seguintes condições e áreas de conhecimentos: I Contabilidade Geral; II Contabilidade de Custos; III Contabilidade Aplicada ao Setor Público; IV Contabilidade Gerencial; V Controladoria; VI Teoria da Contabilidade; VII Legislação e Ética Profissional; VIII Princípios de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade; IX Auditoria Contábil, X Perícia Contábil, XI Noções de Direito; XII Matemática Financeira e Estatística; XIII Língua Portuguesa (CFC, 2015).

Ainda, com base na Resolução CFC n.º 1.486/2015 (CFC, 2015), compete ao CFC ou instituição/empresa que for contratada, elaborar e divulgar, de forma obrigatória no edital, os conteúdos programáticos que serão requeridos na prova para bacharéis em Ciências Contábeis.

2.4 Estudos Relacionados

Foram identificadas pesquisas nacionais relacionadas com o tema em estudo, divulgadas em anais de congressos e periódicos científicos da área contábil, como segue.

Martins et al. (2003) realizaram uma análise dos dados fornecidos pelo CFC sobre o desempenho dos bacharéis em Ciências Contábeis do Estado de Minas Gerais no Exame de Suficiência de 2003. Das cinquenta questões do Exame de Suficiência de março de 2003, somente em vinte questões

foi atingido 50% ou mais acertos. Os autores concluíram que os resultados apresentados deveriam merecer maior atenção por parte das IES, pois mostravam fragilidades no conhecimento dos alunos formados no curso de Ciências Contábeis em tópicos de Contabilidade e, especialmente, em Matemática Financeira.

Bugarim et al. (2014) realizaram uma análise histórica dos resultados do Exame de Suficiência do CFC com o objetivo de analisar o desempenho dos participantes nas diversas edições do exame entre os anos de 2000 a 2004 e 2011 a 2012. Os autores analisaram os dados com aplicação de métodos de estatística descritiva, especialmente as medidas de tendência central, como média, moda, mediana, e de dispersão ou variabilidade, como amplitude, variância e desvio-padrão.

Os resultados obtidos revelaram um decréscimo significativo nos níveis de aprovação no exame, passando de 83,52%, na sua primeira edição, em 2000, para apenas 23,78% de aprovação em 2012. Concluíram que a previsão de que a exigência do Exame de Suficiência impulsionaria as instituições de ensino com vistas à melhoria na qualidade de seus cursos não se realizou.

Sprenger et al. (2016) realizaram um estudo com o objetivo de analisar os fatores explicativos do índice médio de aprovação no Exame de Suficiência do CFC por Unidade Federativa (UF). Os testes de correlação revelaram a existência de forte correlação entre o índice médio de aprovação no exame por UF com fatores educacionais (% Quadro Docente, Conceito Enade Contínuo (indicador de qualidade que avalia os cursos por meio do desempenho dos estudantes no respectivo exame) e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ensino Médio (Ideb-EM) e, tam-



bém, com as diferenças regionais. No que diz a respeito aos demais fatores, estes mostraram correlação moderada com o índice médio de aprovação no exame por UF, no entanto, tais correlações foram significativas a no mínimo 5% (intervalo de confiança superior a 95%), ocasionando a aceitação da hipótese de que os fatores educacionais e socioeconômicos estão relacionados aos índices médios de aprovação no exame por UF.

Silva et al. (2016) analisaram a evolução histórica dos desempenhos dos egressos dos cursos de Ciências Contábeis no Exame de Suficiência do CFC entre os períodos de 2000 a 2004 e 2011 a 2015. Conforme os resultados dos testes realizados nessa pesquisa, considerando um nível mínimo de confiança de 95%, foi possível observar que há uma diferença significativa entre as médias de aprovação dos bacharéis em Ciências Contábeis nas duas fases distintas. Os dados revelaram que a média geral de aprovação da “segunda fase” (37,4%) é notavelmente inferior à média obtida na “primeira fase” (58,7%).

3. Metodologia

Conforme Silva e Menezes (2001), as pesquisas podem ser classificadas quanto à sua natureza, abordagem do problema, objetivo e procedimento técnico.

Quanto à natureza, a pesquisa pode ser classificada como aplicada, uma vez que foi desenvolvida para responder a um problema específico relacionado com os resultados do Exame de Suficiência do CFC. A abordagem do problema é quantitativa por basear-se nos resultados dos respectivos exames. Quanto ao objetivo, trata-se de uma pesquisa descritiva (avaliativa); e quanto ao procedimento técnico, a pesquisa é documental, ba-

seada nos resultados dos exames divulgados pelo CFC.

A amostra do estudo compreendeu as edições dos Exames de Suficiência realizados no período de 2011/1 a 2017/2, e a coleta dos dados teve por base os relatórios com os resultados dos exames divulgados no portal do CFC.

Com os dados coletados foram elaboradas tabelas, adotando-se os seguintes procedimentos:

a) considerou-se o resultado final obtido por todos os bacharéis por edição do Exame de Suficiência (desempenho nacional);

b) consideraram-se os resultados obtidos pelos bacharéis nas diversas disciplinas que compunham as provas;

c) determinaram-se as diferenças das médias de aprovados e reprovados entre as regiões, Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul no exame, fazendo-se uso da ferramenta Anova Fator único, com o auxílio das ferramentas Microsoft Excel® (versão 2007) e Excel do software SPSS, na apresentação dos dados.

Os dados foram analisados por meio de análise descritiva e com o uso de análises estatísticas como testes de diferenças de médias.

4. Apresentação e Análise dos Dados

4.1 Resultado Final por Exame

Neste capítulo, são apresentados e analisados os dados relativos às quatorze edições do Exame de Suficiência referentes aos anos de 2011/1 a 2017/2, realizados pelos bacharéis em Ciências Contábeis na condição de egressos dos cursos e postulantes ao registro nos CRCs.

Os resultados finais por exame podem ser visualizados na Tabela 1.

Com base nos dados da Tabela 1, observa-se que anualmente na média 34.121 bacharéis realizaram o Exame de Suficiência, dos quais 12.240 em média obtiveram aprovação, ou seja, acertaram 50% ou mais das questões da prova, o que corresponde a 36,96% de aprovados. Observa-se, também, o crescimento na quantidade de bacharéis presentes nas provas, que aumentou de 13.383 em 2011/1 para 44.557 em 2017/2, ou seja, um aumento de 233%, enquanto o percentual de aumento dos bacharéis inscritos foi de 369%, passando de 14.255 para 52.663. Percebe-se que há uma variação significativa nos percentuais de aprovação

Tabela 1 – Resultado final por exame

CONTADOR						
Exame	Total Inscritos	Total Presentes	Total Aprovados	(%) Aprovados	Total Reprovados	(%) Reprovados
1º/2011	14255	13383	4130	30,86%	9253	69,14%
2º/2011	19690	18675	10886	58,29%	7789	41,71%
1º/2012	26316	24774	11705	47,25%	13069	52,75%
2º/2012	32003	29226	7613	26,05%	21613	73,95%
1º/2013	37229	33708	12000	35,6%	21708	64,4%
2º/2013	40477	36833	15891	43,14%	20942	56,86%
1º/2014	43144	38116	18824	49,39%	19292	50,61%
2º/2014	37066	32568	13591	41,73%	18977	58,27%
1º/2015	43616	38023	20715	54,48%	17308	45,52%
2º/2015	43376	38022	5580	14,68%	32442	85,32%
1º/2016	48043	41987	17576	41,86%	24411	58,14%
2º/2016	47031	40879	8948	21,89%	31931	78,11%
1º/2017	54051	46949	11860	25,26%	35089	74,74%
2º/2017	52663	44557	12041	27,02%	32516	72,98%
Média	38497	34121	12240	36,96%	21881	63,04%

Fonte: dados da pesquisa.

no período, sendo que os melhores índices de aprovação no exame foram em 2011/2 com 58,29% e 2015/1 com 54,48%, considerando os 18.675 e os 38.023 bacharéis que prestaram as provas.

Na Tabela 1, também é possível constatar que a 2ª edição de 2015 apresentou o pior índice de aprovação, pois somente 14,68% dos candidatos que prestaram o exame alcançaram aprovação. Também se constata que exceto nas edições de 2011/2 e 2015/1, nas demais edições os índices de aprovação foram inferiores a 50%.

Considerando os percentuais médios de acertos em todas as disciplinas, tem-se a seguinte situação, conforme exposto na Tabela 2.

Observa-se que a média geral de acertos das questões envolvendo os conteúdos de todas as disciplinas que compuseram as edições dos Exames de Suficiência desde 2011/1 a 2017/1 foi de 45,28%, ou seja, em termos médios gerais os bacharéis não conseguiram acertar 50% das questões propostas. A média foi calculada com base no período mencionado, uma vez que os dados relativos a 2017/2 ainda não se encontravam disponíveis.

A média geral de acertos das questões envolvendo conteúdos de formação profissional foi de 44,55%, enquanto a média geral de acertos das questões que envolviam conteúdos de formação básica foi um pouco superior, ou seja, 46,10%, resultando na média geral de 45,28%.

Os dados apresentados na Tabela 2 podem ser visualizados na Figura 1, onde é possível perceber que das 15 disciplinas, em 11 o desempenho se situou abaixo de 50% de questões acertadas.

4.2 Análise das Diferenças de Médias entre as Regiões

Considerando os resultados das 14 (catorze) edições do Exame de Suficiência nas regiões do

país, fez-se um teste de diferença de médias das notas obtidas como consta nas tabelas 3 e 4.

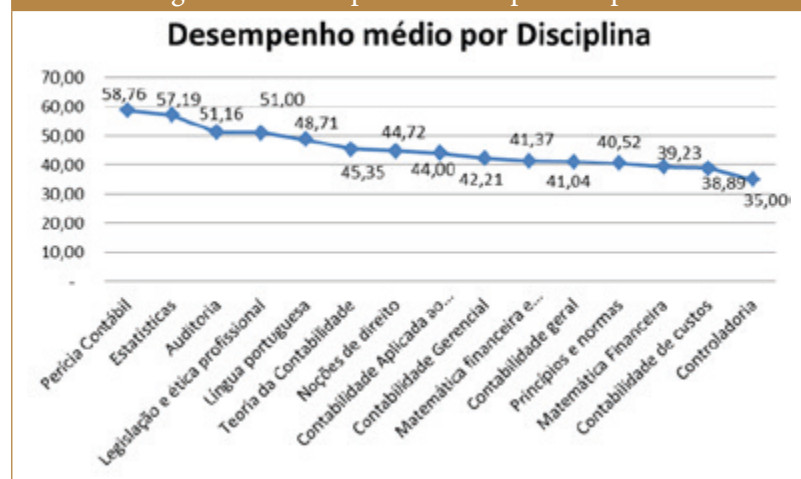
Os dados expostos nas tabelas 3 e 4 permitem observar que as IES das regiões Sudeste e Sul obtiveram

Tabela 2 – Desempenho médio por disciplina

Disciplinas	% de Acertos
Auditoria	51,16
Contabilidade aplicada ao setor público	44,00
Contabilidade de custos	38,89
Contabilidade geral	41,04
Contabilidade gerencial	42,21
Controladoria	35,00
Legislação e ética profissional	51,00
Língua portuguesa	48,71
Matemática financeira e estatística	41,37
Matemática financeira	39,23
Estatísticas	57,19
Noções de direito	44,72
Perícia Contábil	58,76
Princípios e normas	40,52
Teoria da Contabilidade	45,35
Média	45,28

Fonte: dados da pesquisa.

Figura 1 – Desempenho médio por disciplina



Fonte: dados da pesquisa.

Tabela 3 – Teste de diferenças de Médias das notas das 14 edições do Exame de Suficiência entre regiões

Grupo	Contagem	Soma	Média	Variância		
Centro Oeste	14	299	21,3571	5,1703		
Nordeste	14	305	21,7857	4,7967		
Norte	14	282	20,1429	4,5934		
Sudeste	14	325	23,2143	4,4890		
Sul	14	332	23,7143	4,6813		
Fonte da variação	SQ	GL	MQ	F	valor-P	F crítico
Entre grupos	116,3714	4	29,0929	6,12978	0,0003	2,51304
Dentro dos grupos	308,5000	65	4,7462			
Total	424,8714	69				

Fonte: dados da pesquisa.

“Por meio da Resolução CFC n.º 853, de 28 de julho de 1999, o CFC instituiu o Exame de Suficiência como uma das condições para a obtenção de registro profissional em CRC, visando proporcionar qualidade aos serviços prestados e garantir um atendimento confiável aos usuários (CFC, 1999).”

Tabela 4 – Variável de Nota: Teste de Tukey

(I) Região		Diferença média (I-J)	Erro Padrão	Sig.	Intervalo de Confiança 95%	
					Limite inferior	Limite superior
Centro Oeste	Nordeste	-,42857	,82342	,985	-2,7389	1,8818
	Norte	1,21429	,82342	,582	-1,0961	3,5247
	Sudeste	-1,85714	,82342	,173	-4,1675	,4532
	Sul	-2,35714*	,82342	,043	-4,6675	-,0468
Nordeste	Centro Oeste	,42857	,82342	,985	-1,8818	2,7389
	Norte	1,64286	,82342	,280	-,6675	3,9532
	Sudeste	-1,42857	,82342	,420	-3,7389	,8818
	Sul	-1,92857	,82342	,145	-4,2389	,3818
Norte	Centro Oeste	-1,21429	,82342	,582	-3,5247	1,0961
	Nordeste	-1,64286	,82342	,280	-3,9532	,6675
	Sudeste	-3,07143*	,82342	,004	-5,3818	-,7611
	Sul	-3,57143*	,82342	,000	-5,8818	-1,2611
Sudeste	Centro Oeste	1,85714	,82342	,173	-,4532	4,1675
	Nordeste	1,42857	,82342	,420	-,8818	3,7389
	Norte	3,07143*	,82342	,004	,7611	5,3818
	Sul	-,50000	,82342	,973	-2,8104	1,8104
Sul	Centro Oeste	2,35714*	,82342	,043	,0468	4,6675
	Nordeste	1,92857	,82342	,145	-,3818	4,2389
	Norte	3,57143*	,82342	,000	1,2611	5,8818
	Sudeste	,50000	,82342	,973	-1,8104	2,8104

A diferença média é significativa no nível 0.05.

Fonte: dados da pesquisa.

as maiores médias de acertos. A região Sul com 23,71% e a Sudeste 23,21% nas catorze edições do Exame de Suficiência, sugerindo que as médias entre as duas regiões estão bem próximas.

Em relação à análise de variância, tem-se um “F” calculado de 6,129775 superior ao “F” crítico situado em 2,513040, indicando que, em um intervalo de confiança supe-

rior a 95%, existe diferença estatisticamente significativa entre as médias das regiões.

Comparando-se a região Norte e região Sudeste, o P-valor de 0,0004 (é menor que 5%), demonstra uma diferença significativa. Comparando-se a região Norte e região Sul o P-valor de 0,000 (é menor que 5%), demonstra uma diferença significativa.

5. Considerações Finais

O artigo teve como objetivo geral analisar (sugestão) o desempenho dos bacharéis em Ciências Contábeis no Exame de Suficiência do CFC em suas edições realizadas a partir de 2011 até 2017, verificando os resultados nos exames, tanto gerais como por conteúdos; as diferenças nos resultados dos exames entre as regiões do país, calculados com base nos dados disponibilizados no portal do CFC.

Em termos gerais, foi possível observar que, em média, 36,96% dos bacharéis que prestaram as provas obtiveram aprovação, ou seja, acertaram mais de 50% das questões. Ao mesmo tempo, verificou-se grande variação nos percentuais de aprovação no período, chamando a atenção o baixo percentual na edição de 2015/2.

Considerando os acertos das questões relacionadas com os conteúdos das disciplinas que compuseram as edições dos exames consideradas nesse estudo, constatou-se que a média geral de acertos foi inferior a 50%, com desempenho melhor nas provas envolvendo conteúdos de formação básica, frente ao desempenho nas provas com conteúdo de formação profissional. Os melhores de-

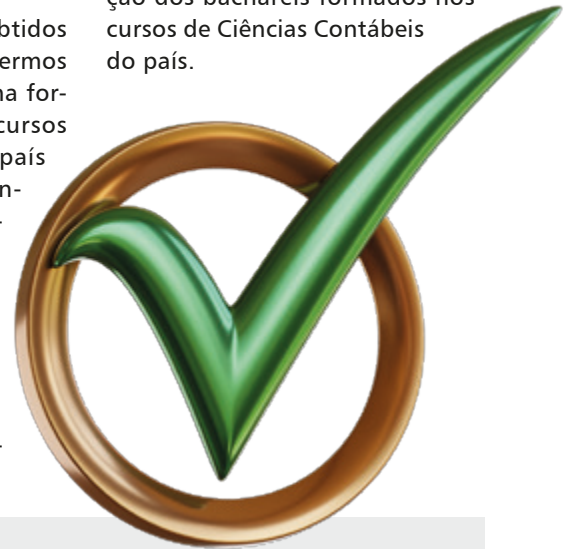
sempenhos corresponderam aos conteúdos de Auditoria e Perícia Contábil, considerando os conteúdos de Formação Profissional; e de Legislação e Ética Profissional, considerando os conteúdos de Formação Básica.

Examinando-se os resultados por região do país, observou-se que as maiores médias nos exames foram obtidas por bacharéis de IES das regiões Sul e Sudeste. A análise de variância permitiu constatar que existem diferenças estatisticamente significativas entre os resultados dos exames por região. Por exemplo, entre a região Centro-Oeste e

a região Sul; entre a região Norte e região Sudeste; e entre a região Norte e região Sul.

Por fim, os resultados obtidos no estudo mostraram, em termos gerais, que há fragilidade na formação dos bacharéis nos cursos de Ciências Contábeis do país em termos de conhecimentos, de forma mais acentuada nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte. Esses resultados devem merecer a atenção, principalmente, dos coordenadores e corpo docente dos cursos, avaliando-os e tomando me-

didias que possam contribuir para melhorar a qualidade na formação dos bacharéis formados nos cursos de Ciências Contábeis do país.



6. Referências

BRASIL *Decreto-Lei nº 7.988, de 22 de setembro de 1945*. Dispõe sobre o ensino superior de ciências econômicas e de ciências contábeis e atuariais. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7988-22-setembro-1945-417334-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 set. 2017.

BRASIL. *Decreto-Lei n.º 9.295, de 27 de maio de 1946*. Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-Livros, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del9295.htm>. Acesso em: 20 set. 2017.

BRASIL. *Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961*. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4024.htm>. Acesso em: 20 set. 2017.

BRASIL. Câmara de Educação Superior. *Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004*. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf>. Acesso em: 20 set. 2017.

BRASIL. *Lei n.º 12.249, de 23 de junho de 2010*. Institui o Exame de Suficiência na área contábil. Disponível em: <<https://cemcontabilidade.blogspot.com/2010/06/lei-12249-2010-institui-o-exame-de.html>>. Acesso em: 20 set. 2017.

BUGARIM, Maria Clara C. et al. O desempenho dos profissionais de contabilidade no Exame de Suficiência do CFC: uma análise de conglomerados regionais. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 8, n. 22, p. 61-71, 2014. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rco/article/view/61176/97400>>. Acesso em: 28 maio 2018.

CANDIOTTO, Lucimara Bortoleto; MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. O curso de Ciências Contábeis a educação brasileira: das aulas de comércio ao curso superior de ciências contábeis (1808-1951). In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, *Anais...*, 9., 2009, Porto Alegre. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/3699_2182.pdf>. Acesso em: 28 maio 2018.

CARNEIRO, Juez Domingues (Org.). *Proposta nacional de conteúdo para o curso de graduação em Ciências Contábeis*. Brasília, DF: Fundação Brasileira de Contabilidade, 2008. Disponível em: <http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Proposta_Nacional_de_Conteudo.pdf>. Acesso em: 01 out. 2017.

CARNEIRO, Juarez Domingues (Coord.). *Proposta nacional de conteúdo para o curso de graduação em Ciências Contábeis*. 2. ed. rev. e atual. Brasília, DF: Fundação Brasileira de Contabilidade, 2009. Disponível em: <<http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/proposta.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2017.

CASTRO, Vicente Bicudo de. As idas e vindas do Exame de Suficiência. *Revista Brasileira de Contabilidade*, n. 224, p. 36-45, abr. 2017. Disponível em: <<http://rbc.cfc.org.br/index.php/rbc/article/view/1535>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). *Resolução CFC n.º 853, de 28 de julho de 1999*. Institui o Exame de Suficiência como requisito para obtenção de Registro Profissional em CRC. Disponível em: <http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.uivo=RES_853.DOC>. Acesso em: 02 de out. de 2017.

_____. *Resolução CFC n.º 933 de 04 de abril de 2002*. Altera a Resolução CFC n.º 853/99 que institui o Exame de Suficiência como requisito para obtenção de registro profissional e o inciso iii do Art. 34 e Art. 44 da Resolução CFC n.º 867/99; revoga a Resolução CFC n.º 928/02 e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/s_33&arquivo=RES_933.DOC>. Acesso em: 02 jun. 2018.

_____. *Resolução CFC n.º 994 de 22 de março de 2004*. Altera o § 2º do Art. 9º da Resolução CFC n.º 853/99. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/Res_994.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2018.

_____. *Resolução CFC n.º 1.486, de 15 de maio de 2015*. Regulamenta o Exame de Suficiência como requisito para obtenção de Registro Profissional em Conselho Regional de Contabilidade (CRC). Disponível em: <<http://cfc.org.br/registro/legislacao/>>. Acesso em: 14 maio 2018.

_____. *Lei n.º 12.249, de 11 de junho de 2010*. [...] altera os Decretos-Leis nos 9295, de 27 de maio de 1946, 1.040, de 21 de outubro de 1969, [...]. Disponível em: <http://cfc.org.br/wp-content/uploads/2015/12/lei_12249.pdf>. Acesso em: 10 de out. 2017.

KOUNROUZAN, Márcia Covaciuc et al. A importância do retorno do Exame de Suficiência. In: ENCONTRO DE ESTUDANTES DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS, 2., 2010, Cascavel, SC. Disponível em: <http://cac-php.unioeste.br/eventos/encicon/Ensino_e_pesquisa_em_contabilidade/trab008.pdf>. Acesso em: 29 maio 2018.

LOPES, A. C. T. A ascensão e queda do Exame de Suficiência do CFC. *Revista Contábil & Empresarial Fiscolegis*, 2010.

MADEIRA, Geová José; MENDONÇA, Kênia Fabiana Costa; ABREU, Simone Martins. A disciplina de Teoria da Contabilidade nos Exames de Suficiência e provão. *Contab. Vista & Revista*. Belo Horizonte, nesp., p. 103-122, nov. 2003. Disponível em: <<http://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/235/228>>. Acesso em: 28 maio 2018.

MARTINS, Caroline M. Fontes et al. O desempenho do estado de Minas Gerais no sétimo Exame de Suficiência do CFC. *Contabilidade, vista & revista*, Belo Horizonte, nesp., p. 81-102, nov. 2003. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/1970/197018194011.pdf> Acesso em 10 de out. 2017.

PELEIAS, Ivam Ricardo; BACCI, João. Pequena cronologia do desenvolvimento contábil no Brasil: os primeiros pensadores, a padronização contábil e os congressos brasileiros de contabilidade. *Revista Administração On Line* □ *FECAP*, São Paulo, v. 5, n. 3, p 39-54, jul./set. 2004. Disponível em: <http://www.fecap.br/adm_online/art0503/art5034.pdf>. Acesso em: 28 maio 2018.

PELEIAS, Ivam Ricardo et al. Evolução do ensino da Contabilidade no Brasil: uma análise histórica. *Revista Contabilidade & Finanças*, São Paulo, edição 30 anos de doutorado, p. 19-32, jun. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rcf/v18nsp/a03v18sp.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2018.

RODRIGUES, Lúcia Lima; CRAIG, Russel; GOMES, Delfina. A intervenção do Estado no ensino comercial: o caso da Aula do Comércio, 1759 (I) *TOC*, n. 118, jan. 2010. Disponível em: <https://www.occ.pt/downloads/files/1263824204_39a48.pdf>. Acesso em: 10 out. 2017.

SCHMIDT, Paulo. *História do pensamento contábil*. Porto Alegre: Bookman, 2000.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estela Muszkat. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. 2. ed. rev. Florianópolis: UFSC/PPGEP/LED, 2001.

SILVA, Lizandra da et al. Análise dos desempenhos históricos dos alunos dos cursos de Ciências Contábeis no Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade. In: CONGRESSO DE CONTABILIDADE DA UFRGS, *Anais...*, 1., 2016, Porto Alegre. Disponível em: <[https://www.ufrgs.br/ppgcont/arquivos/a%C3%A7%C3%A3o%20Cient%C3%ADfica%20\(IC\)/01-Lizandra%20da%20Silva.pdf](https://www.ufrgs.br/ppgcont/arquivos/a%C3%A7%C3%A3o%20Cient%C3%ADfica%20(IC)/01-Lizandra%20da%20Silva.pdf)>. Acesso em: 28 maio 2018.

SOARES, Sandro Vieira et al. Evolução do currículo de Contabilidade no Brasil desde 1809. *Revista Catarinense da ciência contábil*, Florianópolis, v. 10, n. 30, p. 27-42, ago./nov. 2011. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/ml/4775/477548339003/>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

SPRENGER, Kélim Bernardes et al. Fatores explicativos dos índices de aprovação no Exame de Suficiência Contábil. In: CONGRESSO DE CONTABILIDADE DA UFRGS, *Anais...*, 1., 2016, Porto Alegre. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/ppgcont/arquivos/Ensino%20de%20Contabilidade/08-K%C3%A9lim%20Bernardes%20Sprenger.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2018.
